

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DENISE TATHIANE BRANDÃO

A VIDA, MILITÂNCIA E A HOMENAGEM EM TORNO DA FIGURA DE JOSÉ
IDÉSIO BRIANEZI
(1966-2019)

Dissertação de mestrado
Orientador: Prof. Dr. Reginaldo
Benedito Dias

MARINGÁ, 2020

DENISE TATHIANE BRANDÃO

**A VIDA, A MILITÂNCIA E A HOMENAGEM EM TORNO DA FIGURA DE JOSÉ
IDÉSIO BRIANEZI
(1966-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História, da Universidade
Estadual de Maringá para obtenção do título
de mestre em História
Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

MARINGÁ, 2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B817v Brandão, Denise Tathiane
A vida, militância e a homenagem em torno da figura de José Idésio Brianezi (1966-2019) / Denise Tathiane Brandão. – Maringá, PR, 2020.
133 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Ditadura Militar - Brasil. 2. Brianezi, José Idésio, 1946-1970. 3. Mortos e desaparecidos políticos - Ditadura - Brasil. 4. Ditadura - Apucarana (PR). I. Dias, Reginaldo Benedito, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.063

Sintique Raquel Eleutério - CRB 9/1641

BRANDÃO, Denise Tathiane: A vida, a militância e a homenagem em torno da figura de José Idésio Brianezi (1966-2019). Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em história da Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de mestre em História Política.

Aprovada em:

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Reginaldo Benedito
Dias (presidente/orientador)



Prof. Dr. Maurílio Rompatto
(Unespar)



Prof. Dr. David Antonio Netto
(UEM/DHI)

Maringá, 2020

*Que as palavras que falo não sejam ouvidas
como prece nem repetidas com fervor,
apenas respeitadas como a única coisa que
resta a um homem inundado de sentimentos,
pois metade de mim é o que ouço e a outra
é o que calo.*

Oswaldo Montenegro

AGRADECIMENTOS.

Falar sobre a ditadura militar nos tempos de hoje não é uma coisa muito fácil, ainda mais quando se vê nas ruas pessoas pedindo a volta do AI-5 durante manifestações ou pedindo intervenção militar. No entanto durante esses dois anos de pesquisa tive o prazer de conviver com pessoas que me proporcionaram conversas reflexivas sobre tal momento e por isso me sinto muito lisonjeada de ter contado com o apoio e colaboração de algumas pessoas que foram de extrema importância para a elaboração da mesma, além da satisfação em falar sobre a trajetória de um ex-militante que foi homenageado na Cidade e no bairro onde mora, além de ter sido uma das crianças que já participaram desse quadro de apresentações.

Primeiramente agradeço a Deus por amparar e por me sustentar até aqui, agradeço ao meu orientador Reginaldo Dias por ter aceitado minha pesquisa e por todas as contribuições, auxílio, apoio durante esses dois anos, quero deixar meus agradecimentos também aos professores Angelo Priori e Davi Netto por todas as colocações durante a qualificação que me permitiram ampliar minha pesquisa, além também do professor Maurílio que fez apontamentos importantes para a entrega do trabalho final, mesmo não fazendo parte da banca agradeço a Professora Doutora Ana Lúcia, por me auxiliar durante as aulas e durante o estágio, grata por tudo que me fez.

Agradeço aos meus pais José Aparecido Brandão e Maria de Lourdes Lourenção Brandão por sempre estarem ao meu lado e por me auxiliarem durante todo esse período de pesquisa, agradeço meu namorado Otávio Bocardo por dividir o tempo entre minha pesquisa e nosso namoro e por todas as vezes que precisei me deslocar até algum outro lugar para realizar as pesquisas, além de ter sido meu maior incentivador para iniciar e dar continuidade no mestrado. Deixo também registrado meus agradecimentos as minhas irmãs Larissa Brandão e Deyse Brandão de Souza, por me ajudar e por estar ao meu lado em todos os momentos.

Quero também deixar registrado aqui meus agradecimentos aos meus amigos, Fabrício Azevedo, Sabrina Santos, Leonardo França, Endrel Godoi, Innara Fernanda, por me incentivarem por me apoiarem e por sempre estarem dispostos a me ajudar, com palavras de apoio, com auto-estima e com carinho.

Agradeço também a toda equipe de professores e funcionários da Escola Municipal José Idésio Brianezi por me permitir assistir as apresentações e por poder realizar minha pesquisa de campo durante as mesmas. Agradeço a entrevista com Suzimara Carvalho da Cruz Oláh de Almeida Lima, que foi diretora da Escola e a Adriana atual diretora que me auxiliou durante o processo de observação e me apresentou a Dona Isabel que é irmã de Idésio, intensificando minha pesquisa mesmo que com alguns problemas tenham interferido nesse requisito.

E por fim, mas não menos importante quero agradecer e dedicar essa pesquisa a minha sobrinha Betina Brandão de Souza, que nasceu no início da Pandemia de Covid-19, e passou por alguns problemas de saúde, e se tornou minha pequena guerreira que me ensinou que devemos lutar por nossos ideais e por nossa vida, mesmo sendo tão pequena me ensinou a ser tão forte.

LISTA DE SIGLAS

AC- Ato Complementar
ADNAM -Associação Democrática e Nacionalista dos Militares
AI- Ato Institucional
ALN- Ação Libertadora Nacional
AMINA- Associação de Militares Incompletamente não Anistiados
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BIM - Batalhão de Infantaria Motorizada
CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia
CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CDDPH- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEMDP- Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CESIMAR - Centro de Informação da Marinha
CIA- Agência Central de Inteligência
CIE - Centro de Informação do Exército
CISA- Centro de Informação de Segurança Aeronáutica
CNV- Comissão Nacional da Verdade
CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito
DOI-CODI- Departamento de Operações Internas Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EUA - Estados Unidos da América
FAC - Frente Anticomunista
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

GA- Grupo de Ação
GERA- Grêmio Esportivo e Recreativo de Apucarana
GTE- Grupo de Trabalho Estratégico
GTA- Grupo Tático Armado
IML- Instituto de Médico Legal
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM- Inquérito da Polícia Militar
MAC- Movimento Anticomunista
MDB- Movimento Democrático Brasileiro
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro
OBAN- Operação Bandeirantes
OLAS- Organização Latino Americana de Solidariedade
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PCdoB- Partido Comunista do Brasil
PDC- Partido Democrático Cristão
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH-3- Plano Nacional dos Direitos Humanos: Terceira Edição
PR- Partido Republicano
PT- Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SNI- Serviço Nacional de Informação
SRB- Sociedade Rural Brasileira
STF- Superior Tribunal Federal
TFP- Tradição Família e Propriedade
UBES- União Brasileira dos Estudantes Secundários
UDN- União Democrática Nacional
UFB- Universidade Federal de Brasília
UPES- União Paranaense de Estudantes Secundaristas
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1 - Mapa que mostra o entrocamento de Apucarana com as cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa pela BR 376
- Imagem 2 - Certidão de óbito de José Idésio Brianezi
- Imagem 3 - Fotografia processual de José Idésio Brianezi
- Imagem 4 - Ficha de José Idésio Brianezi Parte I
- Imagem 5 - Ficha de José Idésio Brianezi Parte II
- Imagem 6 - Decreto nº 128/90 que cria e denomina a Escola Municipal José Idésio Brianezi
- Imagem 7 - Fachada da Escola Municipal José Idésio Brianezi
- Imagem 8 - Placa de inauguração do novo prédio da Escola
- Imagem 9 - Inauguração da escola no João Paulo
- Imagem 10 - Apresentação professora Valéria e João Vitor
- Imagem 11- O silêncio e a violência da ditadura
- Imagem 12 - Opressão
- Imagem 13- Irmã de José Idésio Brianezi é homenageada
- Imagem 14 - Mortos da Ditadura ganham memorial em Apucarana
- Imagem 15 - Capa do Jornal Tribuna
- Imagem 16 - Homenagens aos estudantes de Apucarana mortos na Ditadura
- Imagem 17- Biografia dos estudantes mortos na ditadura

A VIDA, A MILITÂNCIA E A HOMENAGEM EM TORNO DA FIGURA DE JOSÉ IDÉSIO BRIANEZI(1966-2019).

RESUMO

José Idésio Brianezi, um jovem estudante que havia começado seu engajamento político na cidade de Apucarana, foi assassinado pelas forças repressivas do Estado brasileiro em abril de 1970, na cidade de São Paulo. Na época, ele integrava a Ação Libertadora Nacional, uma das mais importantes organizações revolucionárias que haviam sido constituídas com o objetivo de combater e derrubar a ditadura militar brasileira. Como aconteceu em casos análogos, esses fatos foram sucedidos pela mobilização da família pela localização e identificação dos restos mortais. Décadas depois, com o avanço da Justiça de Transição, a família estabeleceu uma demanda contra o Estado brasileiro, em nome de seu direito à verdade, à justiça e à reparação, nos termos estabelecidos pela Lei 9.140/95, também conhecida como a Lei dos Mortos e dos Desaparecidos. Nos anos seguintes, na implementação de políticas de reparação simbólica, José Idésio Brianezi foi merecedor de homenagens patrocinadas pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, no curso do projeto "Pessoas imprescindíveis", e também foi homenageado em Apucarana, cidade em que sua consciência política amadureceu para a necessidade de combater a ditadura. Além de se tornar nome de uma escola, sua biografia passou a ser reverenciada em atividades escolares anuais. Nesse calendário, dirigentes, professores e estudantes são mobilizados para a reflexão sobre o significado de sua biografia. Quando foi assassinado pela ditadura, José Idésio Brianezi recebeu um tratamento de pária. Décadas depois, sua biografia tornou-se merecedora de homenagens e de ritos anuais de memória. Os objetivos deste trabalho podem ser assim delimitados: a) investigar e interpretar essa trajetória política de José Idésio Brianezi, abordando seu engajamento desde o início até o seu assassinato; b) analisar a ressignificação de sua biografia, interpretando as homenagens de que tem sido alvo nos últimos anos. Para tanto, além do diálogo com a bibliografia já existente sobre a resistência à ditadura, esta pesquisa utiliza, como fontes primárias, os materiais produzidos nas atividades escolares. Além disso, também produziu uma entrevista com a irmã de José Idésio Brianezi, a senhora Maria Izabel Brianezi, que representa a família nessas atividades. Parte-se do entendimento de que estudos desta natureza têm relevância no atual contexto nacional, tendo em vista o aquecimento da disputa sobre a memória dos tempos da ditadura.

Palavras chaves: José Idésio Brianezi, ditadura militar, mortos e desaparecidos da ditadura; Apucarana (PR).

ABSTRAT

José Idésio Brianezi, a young student who had begun his political engagement in the city of Apucarana, was assassinated by the repressive forces of the Brazilian state in April 1970, in the city of São Paulo. At the time, he was part of the National Liberating Action, one of the most important revolutionary organizations that had been set up with the aim of fighting and overthrowing the Brazilian military dictatorship. As happened in similar cases, these facts were succeeded by mobilizing the family by locating and identifying the remains. Decades later, with the advance of transitional justice, the family established a lawsuit against the Brazilian State, in the name of its right to truth, justice and reparation, under the terms established by Law 9.140/95, also known as the Law of the Dead and The Disappeared. In the following years, in the implementation of symbolic reparation policies, José Idésio Brianezi was deserving of tributes sponsored by the Special Secretariat for Human Rights, in the course of the project "Indispensable People", and was also honored in Apucarana, a city where his political conscience matured to the need to fight the dictatorship. In addition to becoming the name of a school, his biography came to be revered in annual school activities. In this calendar, leaders, teachers and students are mobilized to reflect on the meaning of their biography. When he was assassinated by the dictatorship, José Idésio Brianezi received a treatment of outcast. Decades later, his biography became worthy of homage and annual rites of memory. The objectives of this work can be defined as this: a) to investigate and interpret this political trajectory of José Idésio Brianezi, addressing his engagement from the beginning until his murder; b) analyze the resignification of his biography, interpreting the tributes of which he has been the target in recent years. To this end, in addition to the dialogue with the existing bibliography on resistance to dictatorship, this research uses, as primary sources, the materials produced in school activities. In addition, he also produced an interview with José Idésio Brianezi's sister, Mrs. Maria Izabel Brianezi, who represents the family in these activities. It is based on the understanding that studies of this nature have relevance in the current national context, in view of the warming of the dispute over the memory of the times of the dictatorship.

Key words: José Idésio Brianezi, military dictatorship, dead and disappeared from the dictatorship; Apucarana (PR).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	20
O PERÍODO DITADORIAL.....	20
1.1. Ditadura no Brasil.....	22
1.1.1 Ditadura no Paraná.....	36
1.2 Apucarana e sua emancipação	49
1.2.1 A ditadura em Apucarana.....	51
CAPÍTULO II	56
AS LEIS DE REPARAÇÃO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	56
2.1 A discussão sobre os desaparecidos	56
2.2. A Lei de Anistia e a busca pelos desaparecidos	60
2.3. Lei de nº 9140/95: Reconhecimento do Estado pelas vítimas da ditadura.....	66
2.4. Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.....	71
2.5. Comissão Nacional da Verdade	75
2.5.1 Comissão Estadual da Verdade no Paraná.....	80
CAPÍTULO III	83
A VIDA DE JOSÉ IDÉSIO BRIANEZI.....	83
3.1 Biografia	85
3.2. Ideologias e enfrentamentos	86
3.3 O direito à verdade e a reparações	89
3.3.1 – A contestação à versão oficial.....	90

3.3.2 – O exame e o verídico da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos..	98
3.3.3 – A Comissão Nacional da Verdade.....	102
3.4 Homenagens	103
3.4.1 Municipalização.....	103
3.4.2 Apresentações	108
3.4.3 Monumento pessoas imprescindíveis.....	114
3.5 Política de memória, e a memória social e coletiva.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS.....	130
Documentais	130
Trabalho de Campo	130
Depoimentos.....	130
Escritos	130
Bibliografias	131

INTRODUÇÃO

Disputa pela memória do período da ditadura militar brasileira tem incidido no processo de nomeação de ruas, focalizando as homenagens efetivadas aos chamados mortos e desaparecidos políticos. Embora o batismo, de logradouros seja uma das mais menosprezadas entre as atividades dos legisladores e agentes públicos, trata-se de importante mecanismo de construção da memória histórica (DIAS, 2012, p. 155).

O fragmento que citamos acima de Reginaldo Benedito Dias (2012) nos permite pensar sobre a construção de memória histórica pós Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Ainda que haja no Brasil certo “esquecimento” sobre esse período, pode-se observar a criação de mecanismos que atuam para o não apagamento dessas memórias. Existem algumas pessoas que foram mortas, e também os que opõem a lista de desaparecidos políticos do período da ditadura, que são homenageados através de nomeação em ruas, praças e escolas, com o objetivo de que se rememore a luta dos que buscavam a liberdade, e uma democratização política no país.

Ao considerarmos essa busca por uma construção de memória histórica, nossa pesquisa surge na cidade de Apucarana, localizada no norte do Estado do Paraná, onde o que se chama a atenção é uma Escola Municipal que foi nomeada com o nome de um preso político, que foi morto no período ditatorial. No ano de 2013, durante uma conversa com Deyse Cristina Brandão de Souza que na época estagiava na Escola, a mesma comentou sobre as apresentações que os alunos faziam todo ano na escola, com a intenção de homenagear o patrono escolar, na qual a irmã do patrono era convidada de honra, e as homenagens eram dirigidas a mesma, isso nos levou a pensar sobre o regime militar no Brasil e sobre os que lutaram contra a opressão e a ditadura dentro da cidade, sendo José Idésio Brianezi, nossa figura central. Percebemos dessa maneira, que já existia uma memória em torno desse personagem que foi constituída pelos alunos durante o processo de preparação das homenagens, pois as professoras agiam como mentora nesse processo, onde o mesmo é homenageado anualmente na escola municipal, o que nos revela a importância desse na história política da cidade. Ao objetivarmos nossa pesquisa em torno da figura de Idésio e o processo de nomeação da escola, decidi-

se analisar alguns períodos que serão necessários para essa compreensão, partindo de 1966, ano que nosso protagonista entrou para os movimentos estudantis anti ditadura, sendo a UNE (União Nacional dos Estudantes) a principal, fundada desde 1937, foi fundamental para as lutas de jovens contra a ditadura militar. Em seguida temos o ano de 1970, ano que foi assassinado, além dos anos posteriores a 1985 e 1995 com a criação de leis como, a lei de reparação e a Comissão da Verdade, e enfim ao ano de 2019 que representa as homenagens que ocorrem na escola. O ano de 2020 não será possível a análise das apresentações, já que essas foram adiadas, devido à paralisação das aulas decorrente da pandemia de COVID-19.

Desse modo, ressaltamos que a pesquisa aqui apresentada começa a ser delineada no ano de 2014, quando no primeiro ano de graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na disciplina de *Introdução a Pesquisa Histórica*, que tinha como trabalho obrigatório para conclusão, o desenvolvimento de um pré-projeto. A professora responsável pela disciplina nos informou que deveríamos apresentar um tema, objeto, fonte e metodologia de pesquisa. O que nos levou o desenvolvimento do trabalho *A Importância de José Idésio Brianezi em Apucarana, na Época Da Ditadura Militar*.

Durante esse trabalho foi feito contato com a irmã de José Idésio, contato esse que ficou restrito apenas a esse momento, mesmo durante uma breve conversa com Maria Isabel em 2019, pós as apresentações, na tentativa de um retorno e uma entrevista mais detalhada, não sendo possível devido a problemas de saúde e problemas pessoais por parte da entrevistada, e no ano de 2020 com a pandemia COVID-19, ficou ainda mais difícil esse novo contato, e por meio de uma entrevista (2014) notou-se a importância de mais estudos acadêmicos sobre o tema na cidade, pois, constatamos que o personagem apenas é citado em alguns trabalhos, sendo eles, *“Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias”* de Leandro Brunelo (2009) e o livro *“Resistência Democrática: A repressão no Paraná”* de Ivan Heller (1988), a obra mais recente sobre a ditadura em Apucarana, *“Apucarana: Uma história de Lutas e Resistências”* de Guilherme Alves Bomba (2018), sem uma análise mais profunda da contribuição social e política de José Idésio.

Ao pensar no estudo de um personagem da ditadura militar na cidade de Apucarana no Estado do Paraná, é necessário, antes, que se faça uma leitura e se tenha uma compreensão sobre como ocorreu esse período no Brasil e no Paraná. O

cenário político de Apucarana-PR na ditadura, segundo Bomba (2018) carrega em sua história a alcunha de ter sido um dos locais de maior repressão da ditadura do Estado do Paraná. (BOMBA, 2018, p.11).

Os militares que estiveram na cidade, tinham como intuito espantar o inimigo comunista, no entanto, para algumas pessoas residentes na cidade desde a ditadura, esse período não foi de grande repressão e de perseguição política. O discurso construído pelo regime militar apontava para a ideia de que a sociedade brasileira corria perigo, e em nome da segurança nacional era preciso combater o inimigo interno, os comunistas, no entanto, desde o Estado Novo com Getúlio Vargas no poder, o governo já delineava os comunistas como inimigos, “o inimigo é, pois o comunista a serviço de uma ideologia de fora, o credo russo, é o invasor que rouba com violência e tudo destrói. Por isso mesmo é expressão do mal e do ódio” (DUTRA, 2012, p. 45).

Em uma das entrevistas realizadas por Bomba (2018), podemos perceber o seguinte relato de um morador da cidade que “era muito bom, não se via nem bandidos nas ruas, o exército era pacato” (BOMBA, 2018, p. 46). Seguindo o mesmo trabalho, pode-se perceber que os relatos dos moradores vão se divergindo uns dos outros, o que nos leva a pensar, que a ditadura na vida de cada cidadão tem uma relevância heterogênea, nos levando a pensar que a memória dentro desse cenário se tem a partir da construção de uma memória individual, e social. Assim, essa pesquisa tem como objetivo aprofundar os estudos da ditadura militar na cidade de Apucarana-PR; e evidenciar a representatividade social e política de José Idésio Brianezi enquanto militante para a cidade e fazer reflexões sobre a construção de uma memória histórica sobre a ditadura na cidade.

As fontes que propomos analisar versam entre fontes escritas, o jornal *Tribuna do Norte*, os documentos da Comissão da Verdade, a pesquisa de campo e a observação das apresentações que homenageiam José Idésio na Escola Municipal.

Para alcançar este objetivo e desenvolver esta dissertação, a pesquisa foi dividida em três capítulos que apresentam cronologicamente, a Ditadura no Brasil, no Paraná e em Apucarana, as políticas de memória e justiça de transição, o processo de municipalização da escola e as homenagens ao Dia do Patrono.

No primeiro capítulo buscou trabalhar com a ditadura militar no sentido macro para o micro; Brasil,Paraná e Apucarana. Desse modo, a apresentação do primeiro

Excluído: ¶

capítulo tange uma reflexão mais atenta ao cenário que compunha o Brasil no período da Ditadura.

Para tanto utilizamos como referência alguns autores que corroboram para essa reflexão.

No contexto de Brasil, se recorreu aos seguintes autores, Héglio Trindade, Leandro Brunelo, João Roberto Martins Filho, Adriano Codato, Marcelo Godoi, Boris Fausto, Maraina Joffily, além do jornalista Milton Ivan Heller, além dos documentos sobre os dossiês dos Mortos e Desaparecidos Políticos, e sobre a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e por último não menos importante um documentário sobre o Golpe militar disponível na plataforma Youtube.

Foi procurado enfatizar principalmente o DOI-CODI, isso não se dará apenas na sua organização mais sim por ser o órgão de repressão pelo qual José Idésio foi assassinado.

No contexto de História do Paraná e de Apucarana, se recorreu às leituras das obras de Mariana Jollily, Alexandre Batistella, René Armand Dreifuss, João Pedro Kunhavalik, Reginaldo Benedito Dias, Guilherme Alves Bomba, e Silva Calciolari, além de alguns autores já citados, no caso da ditadura em Apucarana, por ser um tema com poucos trabalhos realizados, recorreremos às obras dos autores já citados como Heller, Brunelo e Bomba.

No segundo capítulo, analisaremos as Leis e a justiça de transição, será analisada a discussão sobre os desaparecidos através dos documentos da Comissão da Verdade. As leis de reparação, entre elas a Lei de Anistia, e a Lei nº9140/95, que foi aprovada em dezembro de 1995, na qual os membros da Comissão de Familiares entregaram ao ministro o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, que revelavam as circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos, incluindo agora também as vítimas brasileiras das ditaduras militares dos Chile e Argentina, tendo como base, os documentos, Cartilhas da Comissão da Verdade, Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão de Direito à Verdade a tese de Caroline Silveira Bauer.

No terceiro e último capítulo, destacamos por meio do jornal *Tribuna do Norte* e dos documentos da Comissão da Verdade, sobre a vida, luta morte de Idésio. Sendo também analisada a municipalização da Escola Municipal, e as homenagens que são realizadas pelos alunos todos os anos, o que percebemos enquanto uma

construção de “memória” histórica sobre a ditadura na cidade de Apucarana-PR. Para tanto, observamos as homenagens realizadas em 2019.

Além da escola na cidade existe outro monumento também em sua memória, assim destacaremos a respeito da “memória local”, e a importância que se dá para a luta de Idésio. Além de se analisar sobre os lugares de memória e as políticas de memória, para discussão de “memória” atentamos a leitura de Guislane Francisca da Silva, Janaina Cordeiro, Michael Pollak, ficando evidente a importância da memória dentro da sociedade, sendo ela social, coletiva ou individual.

Dessa forma, levamos em consideração as formas de lutas desse jovem contra a tortura, repressão, e a ditadura civil militar no Brasil, e na cidade de Apucarana. Seria na narrativa que Giovanni Levi(2012) aponta ser o fascinante na profissão de historiador, uma resposta para quando perguntar qual a importância de ser historiador e de se trabalhar com um determinado tema, mesmo que não cheguemos a uma verdade concreta sobre o que estamos estudando, pois o historiador não trabalha com a verdade e sim sobre a verdade, coloca Levi:

Nós trabalhamos sobre a verdade, não crendo que encontramos a verdade total e definitiva, senão nossa profissão terminaria. Trabalhamos *ad infinitum* sobre a verdade. Cada ano os historiadores escrevem cerca de 50 livros sobre Felipe II. Porque quê? Isto mostra a grande diferença com a narrativa ficcional. Nós escrevemos todas às vezes o mesmo livro, buscando um detalhe novo de verdade para aproximarmos de algo que não pode ser definitivamente. Esta é a maravilha da nossa profissão, a de encontrar uma nova coisa para dizer de Felipe II, no após ano (LEVI, 2012, p. 02).

Diante disso, partindo das análises das fontes mencionadas, objetivamos contribuir no estudo de história política, principalmente no que remonta a época da ditadura e a vida de José Idésio Brianezi na cidade de Apucarana –PR.

CAPÍTULO 1

O PERÍODO DITADORIAL

A Ditadura Militar Brasileira foi marcada com a deposição do Presidente João Goulart em março de 1964 e se estendeu até 1985. Esses 21 anos de regime militar marcaram a historiografia brasileira se tornando a mais longa ditadura que o país já viveu.

O regime militar no Brasil não foi um período isolado da América Latina. “Na mesma época regimes semelhantes nasceram de rupturas constitucionais de outros países no subcontinente.” (BRASIL. 2007, p. 19)

Outro fato importante que marca essa política é a consonância com a Guerra fria, que dividia o mundo em dois blocos, de um lado capitalistas liderados pelos Estados Unidos da América (EUA), e do outro lado socialistas liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Anterior a 1964 que se pode destacar é a Revolução Cubana de 1959, que marcou profundamente essa política exterior dos EUA que: “para garantir que os governos da América do Sul permanecessem como seus aliados apoiaram ou patrocinaram golpes militares anticomunistas.” (BRASIL. 2007, p. 19)

De acordo com Héglio Trindade (1994) a questão do autoritarismo na América Latina foi intensa, no entanto, no Brasil o termo que mais se aplica é o de autoritarismo militar, esse termo autoritário pode ser utilizado para contextos diferentes, a respeito da estrutura de um sistema político específico, e sobre determinados comportamentos psicológicos de ideologias políticas, tendo como características a concentração do exercício do poder por parte de uma pessoa só ou de um grupo. A ditadura militar brasileira tendeu a singular combinação institucional entre a ditadura e as instituições liberais preexistentes, pode-se salientar a manutenção do calendário eleitoral, mesmo com a proibição da escolha direta para o executivo, a aceitação de um sistema bipartidário, e o parlamento aberto, estabelecendo assim uma presença de regime autoritário militar do padrão lógica/práxis autoritária, diferente das experiências argentinas, chilena e uruguaia, que além de serem mais violentas e repressivas tanto na suas extensões quanto na suas profundidades, essas ditaduras desmantelaram as instituições liberais de seus antigos governos.

Esse sistema bipartidário foi estabelecido através do Ato Institucional 2 (AI-2), que suspendia todos os partidos políticos, no entanto, o Ato Complementar nº4 (AC-4) estabeleceu normas para a criação de novos grupos partidários.

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) seria o partido que aglutinaria todos os parlamentares aliados aos militares. A tarefa difícil era organizar um partido opositor, sendo necessária uma organização partidária com grupos heterogêneos e com tendências políticas diferentes, oriundos de partidos extintos e com interesses de rivalidades em nível estadual e local, sendo consolidado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Nesses períodos militares castelistas e linha dura revezavam no poder. Trindade (1994) enfatiza que o Presidente Costa e Silva consolidou a presença da linha dura no poder devido ao ano crítico de 1968, resultado de uma aliança informal de setores de oposição em 1967 e transmutando em Movimentos Sociais. Dando destaque para três setores principais: Movimento Estudantil, Frente Ampla¹ e Trabalhadores.

Esses três movimentos juntos exerceram uma considerável pressão sobre o Estado, provocando um conflito interno sobre duas políticas alternativas, com maior liberalização das diretrizes políticas, sociais e econômica ou ainda mais ampla investida repressiva. Sendo a última alternativa configurava-se com a resposta do AI-5. (TRINDADE. 1994, p. 129)

Esse período no país foi marcado por grande repressão, censura, tortura, prisão e mortes. Nesse capítulo será discutido o processo ditatorial dentro do território nacional abrangendo sua difusão no Estado do Paraná e na Cidade de Apucarana.

¹ O longo Manifesto da Frente Ampla fazia uma bela ginástica retórica para explicar como Carlos Lacerda e Juscelino (com vistas também a Jango), antes mortais inimigos, eram aliados contra o regime. Conforme o documento, os três estavam juntos em nome de uma luta maior que ameaçava o país, a ditadura, chamada assim mesmo com todas as letras. O Manifesto era uma dura crítica à ditadura e à defesa do processo democrático interrompido em 1964. Criticava duramente a política recessiva de Castelo e apelava aos trabalhadores, estudantes, mulheres, empresários delineando um campo de mobilização que mais tarde seria chamado de "sociedade civil", termo que ainda não aparece no documento. Apelava até aos sentimentos patrióticos dos militares, que, segundo o documento, estavam sendo traídos pelo caráter antinacional e antidemocrático do regime. Apesar das críticas, o tom era de apelo ao diálogo, na esperança de uma saída negociada para o impasse e isolamento político no qual o regime parecia mergulhar. (Napolitano. 2014, p 84-85)

1.1. Ditadura no Brasil

Esse processo ditatorial foi iniciado com a deposição do Presidente João Goulart como exposto anteriormente, popularmente conhecido como Jango, que havia assumido a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, no dia 7 de setembro de 1961.

Tomando posse em um país abalado por uma grave crise econômica e política, o que levava o Brasil a ser dividido em dois campos políticos opostos.

De um lado os setores nacionalistas e de esquerda que reivindicavam as reformas de bases; e do outro os setores conservadores que não desejavam as reformas (principalmente a agrária) e que temia o avanço de movimentos sociais, pois as consideravam subversivos e que poderiam expandir o comunismo no país.

Os indícios de depor Goulart aumentaram quando o mesmo resolveu propor as Reformas de Bases. Essas mudanças eram previstas nos setores: agrário, educacional, eleitoral, bancário e tributário. Essas propostas fizeram aumentar ainda mais a suposição de ser um político simpatizante ou até mesmo comunista, algo que para a época não era visto com bons olhos.

O Brasil já vinha experimentando o processo de construção da democracia, a liberdade política, algo que era assegurado pela Constituição de 1946, alguns setores da população passaram a se organizar e lutar por seus direitos. Durante a década de 50 ampliava-se vigorosamente a participação popular na política, e com isso surgiram às organizações populares.

Essas organizações alarmavam os grupos conservadores, que viam as associações populares como sintomas do avanço do “comunismo” e não como forma de luta democrática, para conter e controlar tais ações foram criadas diversas entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esses institutos eram compostos de empresários e militares, que tinham por objetivo formar dirigentes políticos conservadores, aptos a combater os chamados esquerdistas.

O complexo IPES/ibad, tendo como peça fundamental na engrenagem o General Golbery do Couto e Silva², esse instituto recebia recursos dos Estados Unidos e na orientação de financiamentos nas candidaturas de alguns políticos, além de ser articulado a grupos fascistas e integralistas de extrema direita tinham por finalidade organizar movimentos anticomunistas e praticavam atos de terror e intimidação (BRASIL, 2014, 97).

Em 31 de março de 1964, os generais Luís Carlos Guedes e Mourão Filho desencadearam uma rebelião militar contra Goulart com o objetivo de tomar o poder. Tiveram o apoio de governadores e conservadores.

O golpe de Estado tinha todo o apoio dos Estados Unidos. Lincoln Gordon, o mesmo que reconheceu o governo militar horas depois da deposição de Jango, mantinha contato com os golpistas com o auxílio de dinheiro e com alguns serviços secretos, entre eles a Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência), CIA que financiava a campanha para desestabilizar o governo de Jango por meio do complexo já mencionado IPES/IBAD, dessa campanha participavam: políticos, empresários, militares, religiosos e intelectuais, todos na batalha anticomunista, o que precipitava a queda de Jango.

O mês de março de 1964 foi marcado por grandes manifestações e por tensões sociais além de uma pressão externa que agitava o governo, alguns acontecimentos marcavam a derrocada do regime. A primeira delas ocorreu no dia 13, quando foi realizado um comício na estação Central do Brasil no Rio de Janeiro, essas manifestações eram a favor das Reformas de Bases. No decorrer do discurso Jango pretendia assinar três decretos, sendo eles: encampação das refinarias particulares de petróleo; desapropriação de áreas nas imediações de rodovias federais e açudes para fins de reforma agrária; e a regulamentação da lei de remessa de lucros para o exterior. Em resposta a esse comício, no dia 19 realizou-

² O general Golbery do Couto e Silva foi o chefe do SFICI durante o governo Jânio Quadros, cabendo a Subseção de Operações (SSOP) do órgão ao então coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo. Peça-chave do Conselho de Segurança Nacional, além de criador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), centro a partir do qual foi dado apoio civil às conspirações que resultariam no golpe de 1964, e fundador do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), maior grupo de mobilização das camadas médias da sociedade contra o governo do presidente João Goulart. Golbery articulou a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), grupo de mobilização anticomunista contra o governo democrático. Golbery também criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão central de inteligência da repressão, com rede capilar de agentes espões. Ele foi eminência parda do regime ditatorial e artífice da devolução controlada do poder aos civis. (BRASIL. 2014, p 115)

se também, no Rio de Janeiro a Marcha da Família com Deus pela Liberdade³, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e pela Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Ainda no mês de março de 1964, no dia 25 ocorreu a Revolta dos Marinheiros, que contrariavam as ordens do Ministro da Marinha, mais tarde esses revoltosos foram anistiados por Jango, o que aumentou as tensões entre governo e militares.

No dia 30, Goulart compareceu a uma reunião de Sargentos no Automóvel Clube do Brasil, nessa reunião o presidente discursou a favor das reformas de bases e invocou o apoio das Forças Armadas. O último dia de março foi o momento no qual desencadearia o golpe militar, então no dia 31, o comandante da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora (MG), iniciou uma movimentação das tropas em direção ao Rio de Janeiro para depor o presidente em serviço, no entanto não houve reação de, Goulart o mesmo não agiu contra os militares e nem fez qualquer tipo de oposição ao regime que se iniciava no país, o questionamento que fica é, o que teria levado o presidente a aceitar sua deposição e não ter reagido a esse movimento? Poderia ter sido a sua impopularidade diante das reformas que queria estabelecer ou até mesmo o apoio dos Estados Unidos para prover os governos militares já que o mundo passava por uma divisão geopolítica entre capitalistas e socialistas, e a ameaça comunista rodeava não só o mundo, mas também o Brasil, além dos militares terem o apoio da população o que facilitava a ascensão do novo regime. No entanto o Brasil já havia passado por rupturas políticas nos anos anteriores, e por fim aos regimes populistas já era algo ansiado, nas palavras Heller.

Foi um período agitado na política brasileira: dois presidentes acabaram depostos, tendo o primeiro se suicidado. Um outro renunciou (Jânio Quadros) e um vice-presidente (Café Filho) foi impedido de exercer o cargo. Apenas dois permaneceram no poder pelo tempo que a Constituição determinava: Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1960). Não contanto os presidentes interinos que exerceram o poder entre os governantes eleitos constitucionalmente: José Linhares, após o Estado Novo; Carlos Luz e Nereu Ramos, na crise de 1955; e Ranieri Mazzilli, por

³Assim, sob a bandeira do anticomunismo, da defesa da fé religiosa, da moral e propriedade privada, cerca de 400 a 500 mil pessoas saíram pelas ruas de São Paulo, no dia 19 de março, na famosa manifestação conhecida como "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", na qual membros das classes médias e altas protestavam contra o governo de Jango, "pedindo que Deus e os militares salvassem o Brasil do comunismo" (D'ARAÚJO, 1996, p. 155).

duas vezes, na renúncia de Jânio e na queda de João Goulart. Houve ainda um período parlamentarista (1961-1963). Foram vinte anos marcados por golpes e contragolpes, suicídios, fugas e revoltas, que prepararam o cenário para os acontecimentos iniciados em 31 de março de 1964. (HELLER, 1988, p 22)

Sobre as reformas de base que João Goulart estava propondo, o historiador Boris Fausto afirma que a mesma não era um motivo para levar a deposição de um presidente.

As reformas de Bases incluíam medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Entre essas medidas, estava a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica; a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior; a extensão do monopólio da Petrobras. É fácil perceber que as Reformas de Base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Era apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado (Fausto, 1996, p.448).

As forças militares queriam impedir o avanço do populismo que vinha desde a década de 1930 como o governo de Vargas, além de ter o apoio dos Estados Unidos na luta de conter o avanço do comunismo na América Latina, após a Revolução Cubana. Os militares acreditavam que não se reestruturaria o país pelas vias constitucionais, fazendo isso através do poder constituinte, e nesse contexto surgiram os Atos Institucionais. Assim que ocorreu a deposição de João Goulart, os militares decretaram o Ato Institucional 1 (AI-1) divulgado em 9 de abril como uma confirmação da vitória do movimento militar, e que marcou o fim do período constitucional (BRASIL. 2014, p 94). No dia seguinte a promulgação do AI-1, saiu a primeira lista de políticos cassados, essa lista continha 102 nomes, desses 40 eram congressistas, militares, governadores, sindicalistas, diplomatas, ministros, essas cassações atingiram o Partido trabalhista Brasileiro (PTB), 19 dos 40 deputados que perderam seus mandatos pertenciam ao partido.

O governo militar ocorreu de primeira instância com o apoio de algumas camadas da sociedade, isso fica evidente devido à promessa de manter o país democraticamente, e com a intenção apenas de livrar o país do comunismo, algo que fica evidente quando Brunelo (2009) destaca.

Uma das reflexões possíveis que tange a especificidade do governo militar brasileiro refere-se à forma como o regime autoritário foi planejado e, sobretudo arquitetado no país. Foi carimbado, flagrantemente, por uma ambigüidade inculcada por seus dirigentes que, mesmo no exercício de um

regime de exceção, procuravam legitimá-lo e caracterizá-lo como sendo um sistema de governo democrático. (BRUNELO, 2009, p. 32)

O general Humberto Castelo Branco, antes de ser o primeiro presidente pós 64, liderou as Forças Armadas, com seus oficiais, generais e combatentes contra o governo de Jango, contavam com apoio de membros da Igreja católica e de grandes empresários, na qual acusavam o governo de responsável por todos os males que estava caindo sobre o país.

O general Castelo Branco após assumir o governo, havia se comprometido que promoveria as eleições de 1965, já que estas estavam previstas no calendário eleitoral, no entanto foi algo que não ocorreu, um dos candidatos era Juscelino Kubitschek, que foi cassado pelo novo regime.

Seu governo impôs uma série de medidas antiinflacionárias que afetaram diretamente a classe trabalhadora, teve aumento de tarifas de energia, telefonia, gasolina e pão, e as greves proibidas. Criou-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que acabou com a estabilidade decenal, adquirida após dez anos de serviços prestados ao mesmo empregador.

Ainda no governo do Marechal Castelo Branco, em outubro de 1965, após as eleições para governadores, na qual a oposição saiu vitoriosa em dois Estados importantes o de Minas Gerais e o de Guanabara, foi decretado o Ato Institucional 2 (AI-2), esse ato dissolvia todos os partidos políticos e estabelecia eleição indireta para presidente e governadores, no entanto com o Ato Complementar 4 (AC-4) poderia ser criado um partido para oposição como dito anteriormente.

O Ato Institucional 3 (AI-3), foi institucionalizado em fevereiro de 1966, nesse ato decretava que eleições para governadores e nomeação de prefeitos das capitais seriam auferidas e de forma indireta. A constituição de 1946 foi revogada através do Ato Institucional 4 (AI-4), decretado em 07 de dezembro de 1966, em 24 de janeiro de 1967, se instaurava uma nova constituição (BRASIL. 2014, p 100). Para o país, nessa nova edição o executivo ampliava ainda mais seus poderes e controle sobre os demais poderes.

Todos esses atos juntos davam mais poderes ao Executivo, tiravam a autonomia do Legislativo e do Judiciário e dispunha sobre a supressão das eleições diretas, e a extinção dos partidos, a cassação de políticos e a suspensão dos direitos individuais, acabavam a expectativa das oposições com a liberação do regime e liberava o avanço das forças repressivas. Todas essas implantações e

consolidações desses atos institucionais trouxeram mudanças na estrutura interna do país.

As práticas de censura, tortura e repressão foram usadas como aparelho de controle social, esse aparelho se fortaleceu nos anos posteriores à 1968 devido à instituição do Ato Institucional 5 (AI-5), esse ato foi decretado em 1968 pelo Marechal Arthur Costa e Silva, que foi eleito de forma indireta e tomou posse em 15 de março de 1967, o AI-5 ampliava ainda mais a autoridade do presidente como, fechar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais; suspender os direitos políticos de qualquer cidadão; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos de políticos, tanto nos estados quanto nos municípios; decretar estado de sítio por tempo indeterminado e suspender o direito ao habeas corpus. O AI-5 se caracteriza na teoria dos dois demônios de acordo com Codato (2004). Grosso modo pode-se dizer que houve uma reação dos militares decretando o AI-5 em forma de respostas aos movimentos estudantis, ou seja, uma ação gerou uma reação e que Brunelo chama de o mais cruento de todos os Atos (BRUNELO, 2009, p. 42)

Existem duas teses disponíveis na literatura com explicações opostas sobre a edição do AI-5, a primeira enfatiza certos fatores internos ao aparelho do Estado, já a segunda enfatiza os fatores externos ao aparelho do Estado.

Codato (2004) apresenta quatro hipóteses para marcar suas diferenças. Na primeira hipótese, o AI-5, foi resultado dos embates políticos e ideológicos travados pelos diferentes grupos militares, uma vitória dos militares da linha dura sobre os castelistas.

Na segunda hipótese, o AI-5, foi um produto político de uma manobra muito bem articulada pelos setores mais radicais das Forças Armadas, que utilizavam as manifestações da oposição como pretexto para impor uma solução na crise política. Na terceira hipótese, o autor destaca a radicalização do movimento oposicionista no processo de recrudescimento do regime e do fechamento ditatorial.

Na quarta e última hipótese, vê-se o AI-5, como resultado de uma crise parlamentar, devido a recusa do Congresso Nacional no processo contra o deputado Marcio Moreira Alves do MDB, como já mencionado acima.

Também é no ano de 1968 que se intensificou a prisão de pessoas que faziam oposição ao governo.

Sobre os movimentos oposicionistas eles tiveram grande influência para a decretação do AI-5, entre eles destacamos o Movimento da Frente Ampla, esse movimento reuniu Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e posteriormente João Goulart, esse movimento lutava pela volta das eleições diretas, e pelo sistema democrático de direito.

O movimento estudantil também se mobilizou em torno da discussão sobre a política educacional do Estado Ditatorial. “Somente entre março e maio de 1967, há quarenta e três manifestações de protesto⁴.”

No primeiro semestre de 1968 são registradas cinqüenta e seis manifestações anti-ditatoriais estudantis, onde mobilizou mais de trezentas mil pessoas. Dentre todos os protestos a morte do estudante Edson Luis de Lima Souto em 28 de abril de 1968 durante um choque com a Polícia Militar, em uma manifestação no Rio de Janeiro, polarizou numa onda de protesto que teve como conseqüência a passeata dos cem mil.

Ainda em 1968 surgiram dois movimentos divergentes com experiências grevistas em Contagem e Osasco.

Nesse contexto, cresce a tendência, no seio do governo, a resolver a crise política através do encurtamento de todo espaço para a agitação popular. O foco é principalmente o movimento estudantil. Depois da ocupação da UnB, em fins de agosto, ocorrem três importantes episódios em outubro: a invasão da Faculdade de Filosofia de São Paulo pelo grupo proto-fascista Comando de Caça aos Comunistas (CCC), auxiliado pela força pública e pela Frente Anticomunista (FAC), a ação militar na USP e a prisão de 739 estudantes que participavam do 30. O Congresso da UNE em Ibiúna. Destituído de sua vanguarda, o movimento de massas entrará em refluxo. O caso do deputado Moreira Alves fornece apenas o pretexto útil para a decretação do Ato 5 em 13 de dezembro. (CODATO. 2004, p 22)

Com a decretação do AI-5, o Congresso sofreu várias cassações na Câmara, Márcio Moreira Alves e Hermano Alves, e cinqüenta e um deputados do MDB foram cassados, as assembleias do Rio de Janeiro e São Paulo foram fechadas.

Das cassações dos deputados o caso de Márcio Moreira Alves foi o de maior repercussão, o deputado fez um discurso em 21 de julho de 1968, na qual protestava contra a invasão da UFB (Universidade Federal de Brasília) pela polícia federal. “Sua crítica à violação do Regime e a não aceitação, pela Câmara, do

⁴ CODATO. 2004, p 21

pedido de cassação de seu mandato encaminhada pelo STF (Superior Tribunal Federal), apressaram a edição do AI-5 em dezembro de 68". (BRASIL. 2014. P 101)

Em 1968 surgiram dois eventos opostos entre si, de um lado a Passeata dos cem mil e de outro o Ato nº 5. A passeata aconteceu no dia 26 de junho no Estado do Rio de Janeiro, vários setores sociais que confrontavam o processo de militarização do Estado, política, economia, recessivo e restrição das liberdades.

A institucionalização do AI-5 ocorreu no dia 13 de dezembro, o que simbolizava o ponto decisivo de inflexão do regime e o momento paradigmático, que reforça o processo da centralização militar do poder de Estado. "Os limites severos fixados à atividade política e aos direitos civis revelam a disposição em continuar, agora em estágio superior, o movimento de 31 de março de 1964, e restringem bruscamente a possibilidade da retomada do controle social sobre a Revolução". (CODATO. 2004, p 15, 16)

.Os militares tinham algumas estratégias para se manter no poder, não tinham apenas como foco o combate aos inimigos internos, mas também buscaram se legitimar no poder e para isso buscou erigir situações que garantissem essa autonomia, buscavam vias como a aceitação pela sociedade, sobretudo pela classe média, além do estímulo ao desenvolvimento do país algo que era forte na questão de legitimidade do poder.

Dentro dos métodos de legitimar o Regime Militar, foram criados vários órgãos de repressão que atuavam de forma direta e indireta, cabiam eles a responsabilidade de manter e ajudar no controle do país, cada organismo atuava de acordo com um campo específico de atuação, eram encarregados de função repressiva em território nacional.

Em 1967 Costa e Silva baixou um decreto que criava o novo serviço secreto da força terrestre, CIE (Centro de Informação do Exército) o que pretendia fazer o mesmo na Marinha e Aeronáutica, no entanto devido a uma isquemia cerebral, foi afastado do cargo, e vindo a óbito meses depois, na sucessão o General Emílio Garrastazu Médici, deu continuidade no projeto de serviços secretos militares, e no ano de 1970, concedeu poderes ao Serviço Secreto da Força Aérea criando o (CISA), Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica.

No mesmo ano ainda se deu a conclusão no processo com as mudanças no Serviço Secreto da Força Naval e no (CENIMAR) Centro de Informação da Marinha,

pode-se destacar também outros centros de informações e quais eram suas funções.

Ao Exército cabia a tarefa de policiar o solo brasileiro, quando em Agosto de 1969 assume o comando da 2ª Companhia da Polícia do Exército no quartel de Ibirapuera em São Paulo, o capitão de Infantaria Jayme Henrique Antunes Lameira, foram seus homens que participaram da ação que marcara o início do que seria mais tarde a OBAN.

Por meio da OBAN (Operação Bandeirantes⁵), a sofisticação da máquina de repressão do Estado Autoritário se intensificou em julho de 1969, que tinha por característica ser uma organização que não era legalizada, diferentemente do Serviço Nacional de Informação (SNI), que era uma instituição legalizada, mesmo a OBAN não sendo legalmente instituída recebia financiamentos e tinha jurisdição do Exército, Brunelo destaca:

Era financiada por empresários brasileiros e estrangeiros e canalizava suas forças para combater o perigo subversivo no país por intermédio da atuação de efetivos ligados ao Exército, à Marinha, à Aeronáutica, à Polícia Política Estadual, ao Departamento de Polícia Federal, à Polícia Civil, à Força Pública e à Guarda Civil. (BRUNELO, 2009, p. 65)

O funcionamento da Operação Bandeirante repousava sobre duas vertentes legalidade/ilegalidade, o que dava um dinamismo e uma flexibilidade nas suas atividades.

De acordo com Joffily (2008) o órgão estava ancorado na sólida estrutura do Exército, e tinha o suporte das mais altas patentes. Torturas, invasão de domicílio, assassinatos, mesmo sendo ilegais dentro da legislação autoritária do Regime Militar, eram utilizados não sendo assumido publicamente, o apoio aliado a autorização para agir clandestinamente, portanto sem precisar prestar contas das suas ações, o que permitia agir em liberdade.

Essa estrutura agia em três eixos, Centro de Coordenação, sendo utilizada como central de Informação, Central de Operações e a Central de Difusão.

A estrutura do órgão apoiava-se em três eixos, a partir do Centro de Coordenação: a Central de Informações (constituída pelos oficiais de informações de diversas unidades militares e responsável pelo exame de tratamento de informes); a Central de Operações (formada pelos oficiais de

⁵ “A Operação Bandeirantes não foi legalmente oficializada, seu comando coube ao Exército na pessoa do Coronel Antônio Lepiane, chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria, que faz do órgão o meio de entrada, em grande escala das forças armadas, em operações de ordem policial, especializadas na repressão militar.” (JOFFILY, 2008, p. 31)

operações diversas unidades militares e responsável pelas operações de combate); e a Central de difusão (responsável pela ação psicológica e pelo controle de notícias vinculadas à segurança interna). O Centro de Coordenação era composto dos comandantes do II Exército (II Ex), da 2ª Região Militar (2ª RM), da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI), do 6º Distrito Naval (6º DN), da 4ª Zona Aérea (4ª ZAé), do diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Secretário de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), do superintendente da Polícia Federal de São Paulo (DPF/SP) e do Chefe de Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações (SNI/ASP)". (JOFFILY, 2008, p. 35)

No entanto é no curso da Operação Bandeirante que houve o assassinado de José Idésio em 1969 que será discutido no terceiro capítulo.

O Regime Militar lançou com esses órgãos de repressão, uma ofensiva fulminante sobre os grupos armados de oposição, o seqüestro do embaixador norte americano, trocado pela libertação de 15 prisioneiros políticos deu início aos confrontos contra as organizações que agiam nas grandes capitais. (BRASIL. 2014, p. 27)

Símbolo do arbítrio e dos crimes de um regime o DOI (Departamento de Operações Internas), ganhou de seus integrantes um codinome, Casa da Vovó. Nesses locais militares e policiais trabalhavam lado a lado, existiam outros nomes que eram usados como códigos para se referenciar, como clínica-geral; clientes; pacientes; paqueras e cachorros.

O DOI tinha um serviço de fotografia, quando alguém morria o corpo era levado para lá, o defunto era deixado vestido com roupas íntimas, e um lençol era posto em cima para ser fotografado e depois levado ao IML, sendo sua foto usada como troféu.

Na Casa da Vovó atuavam agentes de um estado cujas leis, mesmo após o AI-5, regiam as ações e o uso da força pelos militares que deveria obedecer, portanto ao preceito da neutralização do inimigo.

Posteriormente denominada de DOI-CODI (Departamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna), tendo a colaboração do Departamento de Polícia Federal, de secretarias de Segurança dos Estados, polícias militares e de uma rede ampla de informantes, tinha existência também de organismos que agiam na clandestinidade, que prestavam relevantes serviços ao sistema sendo eles; esquadrões da morte, o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), a TFP (Tradição, Família e Propriedade), Movimento de

Arregimentação Feminina, Campanha da Mulher Democrática, MAC (Movimento Anticomunista), FAC (Frente Anticomunista).

O DOI-CODI recebia verbas que secretamente o governo concedia para esse órgão, também recebia auxílio de grandes empresas nacionais e internacionais, como por exemplo, o grupo Ultra, General Motors, Construtora Camargo Correia entre outras.

Devido aos seus aliados o DOI-CODI podia montar instalações mais avançadas, tendo a disposição aparelhos sofisticados, equipamentos de comunicação, meio de transporte, instrumentos de torturas, e também móveis clandestinos, suas unidades contavam com trezentos homens, divididos em turmas e essas eram divididas em equipes, que trabalhavam 48 horas por 24 horas, contavam também com uma ampla fonte de informantes.

Essas turmas eram divididas em equipes, destacamos quais eram elas. Equipe de Busca: faziam uso dos meios de transportes e uso dos armamentos, tinham a missão de perseguir, prender e implantar armadilhas para os subversivos. Invadiam residências na calada da noite, adentrando lares, apavorando moradores, e fazendo apropriação de documentos, livros e de todos os pertences de uso pessoal e de valores, documentos que nunca mais foram devolvidos.

Equipe de interrogação: Ao chegarem ao DOI-CODI, os presos eram recebidos com agressões, e depois eram levados para a sala de torturas, nessas salas ocorriam torturas, espancamentos, choques elétricos. Os presos geralmente ficavam nus, amarrados nas que eram chamadas de cadeiras de dragão ou até mesmo pendurados em pau de arara, as torturas ocorriam no período da noite e com intervalos para que o preso não desmaiasse ou morresse, caso os torturados não obtivessem as informações desejadas, usavam de ameaça contra filhos e esposas dos presos, o que ocorreu em alguns casos, muitos dos presos foram mortos sob torturas ou fuzilados e dados depois como desaparecidos.

E por ultimo a equipe de análise: Recebiam informações obtidas de colaboradores e em interrogatórios para orientar o trabalho dos torturadores, faziam diariamente relatório para o DOI-CODI, também desenvolviam funções de carceragem, enfermagem, guarda de segurança, serviços de identificação, comunicação entre outros.

Eram existentes dez DOI dentro do país, e contavam com 400 homens do Exército espalhado pelo Brasil, matar preso, encenar suicídio e torturar opositores

não era novidade no Brasil, mesmo após a redemocratização em 1946, esses métodos não foram abolidos e eram usados pela polícia contra indivíduos indesejáveis e presos.

Entre 1972 e 1974, o governo combateu uma base guerrilheira do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), na região do Araguaia que se mantinha em treinamento desde 1966. A violência era repressiva e não poupava as organizações clandestinas, e nem grupos religiosos que faziam oposição ao Regime. “Os presídios ficavam superlotados e as listas denunciavam mortes sob torturas, pulavam de algumas dezenas de opositores em 1962 para várias centenas em 1979”. (BRASIL, 2014, p 27)

No ano de 1973, último do governo Médici, se tornara evidente o esgotamento do “milagre brasileiro”, período de cinco anos que teve como características o forte crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

O próximo presidente do período ditatorial e de origem castelista, foi Ernesto Geisel, quando o mesmo tomou posse em março de 1974, os órgãos de repressão já tinham êxito no combate aos grupos de oposição, desenvolviam nesse momento a última campanha militar contra os militantes do PCdoB no Araguaia⁶.

Ernesto Geisel ao assumir a presidência, anunciou um projeto de distensão lenta, gradual e segura, nos três primeiros anos, os interrogatórios, torturas e eliminação física dos militantes ainda continuavam. “O desaparecimento de presos, que antes era apenas uma parcela das mortes ocorridas, torna-se regra predominante para que não ficasse estampada a contradição entre discurso de abertura e repetição sistemáticas das velhas notas oficiais simulando atropelamentos, tentativas de fugas e falsos suicídios” (BRASIL. 2014, p. 27)

Durante o ano de 1975, ocorreram dois acontecimentos em que foi usado o falso suicídio para validar a morte e encobrir a verdade do que ocorria nos porões do regime. O assassinado do jornalista Vladimir Herzog no DOI-CODI de São Paulo, que foi morto sob tortura, e três meses depois o assassinado do operário metalúrgico Manuel Fiel Filho, morto sob as mesmas circunstâncias e no mesmo departamento que Herzog, esses assassinados ocasionaram manifestação popular no país, ocasionando assim na crise do Regime.

Editado em 1977, o Pacote de Abril, foi um conjunto de medidas sobre o fortalecimento e crescimento do MDB, esse pacote introduziu a figura do senador biônico como recurso autoritário para impedir que o partido crescesse nas eleições de 1978.

Apesar de todos os expedientes arbitrários, o governo militar sofreu outro revés nas urnas de 1978, com novo salto no fortalecimento do MDB, partido que nessa altura de sua trajetória contava com uma importante ala de "autênticos", designação assumida por deputados e senadores que denunciavam as violações de Direitos Humanos e eram intransigentes no embate parlamentar contra a Arena, sendo muitos deles ligados às lutas sindicais e populares que vinham crescendo no cenário de abertura. (BRASIL. 2014, p. 28)

O último presidente do Regime Militar foi João Baptista Figueiredo, que assumiu em 1979, nesse período a repressão era menos acentuada, o AI-5 estava abolido, a liberdade de imprensa vinha sendo devolvida aos poucos, e se debatiam sobre as propostas de Anistia, sendo aprovada em 28 de agosto de 1979, a Lei de Anistia envolveu questões diversas que será abordada no capítulo seguinte. Ainda no mesmo ano, foi aprovada a reformulação política que deu origem ao sistema partidário vigente até hoje no país.

As eleições de 1982 foram marcadas devido ao surgimento das novas siglas partidárias, essas siglas surgem com a extinção do bipartidarismo que ficou vigente no país, o antigo MDB passa a reintegrar o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PDS (Partido Democrático Social), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PT (Partido dos Trabalhadores). Com as eleições diretas os grupos de oposição conseguiram eleger dentro do Colégio Eleitoral membros para o governo estadual em unidades federativas como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No entanto a sociedade brasileira exigia ainda mais, e nos anos de 1983 e 1984, começaram no país uma grande onda de pressão popular exigindo eleições diretas, milhares de pessoas se mobilizavam em passeatas e comícios, esse movimento ficou conhecido como Diretas Já, mesmo com todo esse apelo social, a Emenda Dante de Oliveira que estabelecia votação direta para presidente de 25 de abril de 1984 não logrou.

Com a rejeição da emenda, a estratégia de alguns partidos da oposição de concorrer nas eleições indiretas, contra o candidato apoiado pelos militares, o civil

Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, do partido PDS. O escolhido pela oposição foi Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais do partido PMDB. Tancredo Neves foi eleito presidente ainda de forma indireta, as vésperas de sua posse, marcada para 15 de março de 1985, Tancredo adoeceu, e seu vice José Sarney assumiu a presidência, um dos civis mais identificados com a Ditadura Militar.

Contrariando expectativas pessimistas, o novo presidente aceitou o ministério montado por Tancredo e tomou uma série de medidas que visavam à redemocratização do país, assegurou a liberdade de expressão, pôs fim à censura e legalizou todos os partidos políticos, e os analfabetos puderam exercer sua cidadania e tiveram direito ao voto. Além dessas mudanças no executivo surgiram mudanças nas organizações do regime que chegava ao fim, entre elas o Serviço Nacional de Informação (SNI), sendo extinto em 1992, outro órgão de repressão o DOI de São Paulo teve seu fim em 1991, além disso, as atuações dos movimentos sociais fizeram pressão para poder garantir vários artigos da nova constituição de.

Promulgada em 1988 a Carta que Ulisses Guimarães batizou de Constituição Cidadã, o Brasil votou as urnas em 1989, podendo eleger o presidente da República, depois de quase 30 anos sem participação política.

A preponderância de uma burocracia militar no regime nos abriga a enfatizar as características dominantes desse setor para mostrar seu funcionamento, é isso que nos leva a chamá-la de Ditadura Militar, mesmo que durante elas não foram poucas às vezes em que ministros fardados e presidentes reafirmaram a fórmula protocolar e simbólica de que o Exército ou as Forças Armadas “manteriam a obediência ao Poder Civil”.

Era a conciliação entre a autonomia militar, o constitucionalismo e as necessidades da segurança nacional. (GODOY. 2014, p 112)

A Ditadura Militar estava extinta, mas começava a luta dos familiares em busca de resposta por seus entes que perderam suas vidas ou que estavam desaparecidos, acabava uma batalha, no entanto a luta continuava, a busca por resposta é algo que até hoje se perpetua entre algumas pessoas. No próximo capítulo será visado como foi esse processo para os familiares de presos políticos após a Lei de Anistia de 1979 e o processo de redemocratização de 1985, mas antes analisaremos a Ditadura Militar no Paraná e na cidade de Apucarana, abordados nos próximos tópicos.

1.1.1 Ditadura no Paraná

Dentro da conjuntura em que se encontrava no país no pós 1960, e com as articulações que visavam tirar Jango do governo, tivemos alguns complexos que agiam como já citados anteriormente em relação à campanha de desarticular o governo, entre esses complexos os IPES/IBAD, financiou campanhas de diversos políticos no Paraná, durante as eleições de 1962, dentre eles podemos destacar o candidato ao senado Bento Munhoz Rocha Neto do (PR), os candidatos a deputado federal Ivan Luz (PRP) e Othon Mades (UDN) e o governador Ney Braga (PDC) (DREIFUSS, 1981. P 334)

No Paraná em relação á campanha pelas reformas de bases, se tem uma aproximação entre os pragmáticos - reformistas do PTB, e os reformistas do PDC, Ney Braga utilizava da retórica da reforma, quando referendadas pela doutrina social cristã, não se aproximando de políticos que a defendiam de maneira mais contundente como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Em meios as manifestações que ocorriam em todo o país contra as reformas de bases e contra o governo de Goulart, no Estado do Paraná em Curitiba, ocorreu uma manifestação no dia 24 de março de 1964, “A Marcha a favor do ensino livre”, durante as manifestações as pessoas ali presentes faziam protesto contra a comunização do ensino e a encampação dos Colégios particulares.

A Assembléia legislativa do Paraná do lado da bancada petebista, se manteve ao lado de Goulart dando apoio ao presidente, no entanto a bancada udenista por influência de Haroldo Leon Peres líder do partido criticava o presidente e elogiava o golpe militar. (BATISTELLA, 2015, p. 288)

O primeiro representante da ditadura no Paraná foi Ney Braga, militar, ex-cunhado de Bento Munhoz da Rocha Neto, Ney Aminthas de Barros Braga, ocupou o cargo de Chefe de Polícia do Paraná (1952 e 1954), no ano de 1954 foi eleito prefeito da cidade de Curitiba, depois de romper alianças com Bento Munhoz da Rocha Neto e com o Partido Republicano (PR), se aliou ao Partido Democrata Cristão (PDC), por esse partido foi eleito deputado federal em 1958 e governador em 1960. Após a posse do Presidente João Goulart, o então governador rompeu com Jango⁷ e se aliou aos governadores Carlos Lacerda, José de Magalhães Pinto,

⁷Em julho de 1963 Ney Braga também indicou a Goulart a nomeação do seu secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, para a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Porém, como Jango não queria fortalecer Ney Braga em detrimento do PTB, nomeou o senador (e presidente do PTB

Adhemar de Barros, Ildo Meneghette, e juntos agiram na conspiração que deu início ao golpe de 1964. Durante o processo eleitoral de 1965, Ney Braga conseguiu eleger como seu sucessor Paulo Pimentel, que exercia o cargo de Secretário da Agricultura, essa eleição mostrou a força de Ney Braga dentro do Estado do Paraná, alcançando prestígio nacional sendo convidado pelo Marechal Castelo Branco a assumir o Ministério da Agricultura em 1965, e posteriormente ministro da Educação no governo de Ernesto Geisel.

A popularidade e a força política de Ney Braga no Paraná explicam-se por três fatores: o seu projeto de modernização e industrialização do estado, até então meramente agrícola; a sua participação na "revolução" de 1964; e a construção da sua imagem pública como líder competente, bom pai de família, honesto, trabalhador e, sobretudo, católico fervoroso. (BATISTELLA, 2019, p. 430-431)

Logo após a institucionalização do governo militar no Paraná já iniciaram as cassações de mandatos, Moysés Lupion, Amaury de Oliveira e Silva, Léo de Almeida Neves, e os sargentos Walmor Weiss e Wilson Teixeira foram presos e expulsos do Exército.

Com a decretação do AI-1, no Paraná no dia 14 de Abril de 1964 tiveram mais cassações de alguns políticos, dentre eles o Deputado Federal João Simões (PSD), o Deputado Federal petebista Tenente Coronel Humberto Moliaro, os Deputados Estaduais Waldemar Barros e Walter Pecoits, além dos Prefeitos Brasília Abud de Paranaíba e Benedito Lucio Machado de Santo Antônio da Platina.

Dentre esses políticos cassados Pecoits foi um dos que mais sofreu com a repressão do novo regime.

Após sua cassação, o ex-deputado petebista havia viajado ao Uruguai, onde passou férias. Voltando ao Brasil, no dia 9 de agosto de 1964, em Cascavel, enquanto esperava um avião que o levaria de volta a Francisco Beltrão, resolveu almoçar na casa de um amigo, onde foi preso ilegalmente sob a acusação de "insuflar uma rebelião de posseiros em Três Barras, no sudoeste paranaense". Conduzido a uma cela, Pecoits foi brutalmente espancado, inclusive ficando cego do olho esquerdo em virtude de uma coronhada. Contudo, a notícia da prisão, sem mandato judicial, e das agressões sofridas por Pecoits repercutiram amplamente em todo o Paraná. Requerida pelo deputado Joaquim Néia de Oliveira, a Assembléia aprovou uma CPI para apurar as responsabilidades. Porém, ninguém foi punido e

paranaense) Nelson Maculan para o cargo. Conforme Kunhavalik, a nomeação de Maculan somada à rejeição de Goulart em nomear Queiroz Filho, do PDC, à embaixada brasileira na Iugoslávia, além das nomeações nos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), que favoreciam o PTB em detrimento do PDC, determinou o afastamento de Ney Braga/PDC de Jango. (KUNHAVALIK, 2004, p. 309)

Pecoits foi posto em liberdade somente no dia 24 de dezembro de 1964, beneficiado por um *habeas corpus*. Após sua libertação, ele reassumiu a direção do seu hospital em Francisco Beltrão, porém era obrigado a apresentar-se periodicamente em Curitiba, onde respondia ao processo (BATISTELLA, 2015, p. 292)

Ainda em 1964, houve mais uma série de cassações no Paraná, em junho do mesmo ano, foram cassados o Deputado Estadual Leon Naves Bacelos e Luíz Alberto Dalcanale, o Deputado Estadual nacionalista Almir Moreira Passos (UDN).

A primeira fase de cassações no Paraná, principalmente dos deputados ocorreram por fazerem oposição ao governador Ney Braga, o que caracterizava um revanchismo político e pessoal. No entanto posteriormente inúmeros parlamentares e cidadãos tiveram seus mandatos e direitos políticos cassados. (BATISTELLA, 2015, p. 293). Entre esses cidadãos nesse trabalho analisaremos o caso de José Idésio em Apucarana.

A repressão no Paraná foi marcada por prisões, torturas e ameaças, algo que fica evidente se analisarmos a obra de Milton Ivan Heller (1988), onde percebe-se que em toda a obra são expostos vários relatos de perseguições ocorridas no Estado durante o período ditatorial, muitos políticos e estudantes foram presos, cassados e exilados, e até mesmo assassinados durante as várias operações policiais, sendo ameaçados de morte e tendo ameaças diretas á seus familiares, isso fica explícito no depoimento de Francisco Hardy⁸ para Heller, onde ele diz:

O promotor de Justiça, Benedito Felipe Rauen, me submeteu a maus tratos, principalmente psicológicos, durante os interrogatórios que eram feitos de madrugada, ameaçando a minha mãe idosa, minha esposa e filhos. Fiquei incomunicável e perdi a conta dos dias, transferido de uma unidade para outra, sempre com ameaças de fuzilamento. Assim eu fiquei até 1968. Ora me soltavam, ora me prendiam. Um dia prenderam meu filho, que não tinha nada a ver com nada, e disseram que iam torturá-lo na minha presença. Fiquei isolado em uma cela, durante horas, preocupado com meu filho. “De vez em quando chegavam no cubículo e diziam: ‘Apanhamos você e apanhamos o chefão’”. Mas “eu estava afastado do partido, que havia se atomizado após o golpe de 64 e compreendi que aquilo era guerra de nervos. (HELLER, 1989, p. 133)

Dando continuidade no depoimento de Francisco Hardy, depois de serem libertados ele e seu filho, a repressão passou da cela para sua residência, como ele destaca:

⁸Francisco Hardy era membro do PCB há mais de 40 anos, tenente da FAB, era editou e distribuía o jornal Faísca nos quartéis antes de 1964. Em 1959 foi encaminhado no Hospital Central da Aeronáutica do Rio de Janeiro por três médicos, onde o atestaram como doente mental. Depois disso foi reformado no posto de major e dedicou-se como professor de cursinhos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. (HELLER, 1988)

Eu até me divertia, pois quando chovia e fazia frio eu convidava os policiais para entrar e tomar um café, para que me vigiassem mais de perto. Sem jeito, os homens alegavam que tinham ordens para ficar na rua, em frente a casa. Por influência do promotor, que, este sim, era um débil mental, eu era acusado de ser comunista, de receber dinheiro da União Soviética e de haver festejado a morte do presidente John Kenedy com um banquete. Tudo uma estupidez muito grande. Testemunhas escolhidas entre os militares, que não me conheciam e que faziam acusações sem nenhuma prova. No fim, o despacho do meu processo foi feito pelo general Ernesto Geisel, que era ministro do Superior Tribunal Militar: "Arquive-se por falta de provas. (HELLER, 1989, p. 133)

Logo no início de 1964, implantou-se o terrorismo dentro das Universidades do País, o Conselho da Universidade Federal do Paraná, puniu estudantes com suspensão, e o professor Amílcar Gigante foi demitido, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda como Ministro da Educação, provocou a revolta dos estudantes, a chamada Lei Suplicy, que extinguiu a UNE, e as entidades estudantis no Paraná. (HELLER, 1989, p. 27). Essa lei levou a UNE a promover reuniões clandestinas em várias cidades entre elas Curitiba.

A ditadura no Paraná teve importante características, algo que vale salientar é sobre sua organização política depois da decretação do AI-2, ato que suspendia partidos políticos, implantando um sistema bipartidário. No Paraná ficaram encarregados aos trabalhistas que não foram cassados e alguns dissidentes do PDC de fazer oposição, esses grupos já faziam oposição ao ministro Ney Braga e ao governador Paulo Pimentel.

Dos 25 deputados federais paranaenses, 17 (68%) ingressaram na ARENA, que contou também com a adesão de dois senadores paranaenses: Adolpho de Oliveira Franco (ex-UDN) e Rubens de Mello Braga (ex-PTB). Contudo, a hegemonia arenista na Assembléia Legislativa do Paraná foi ainda maior, uma vez que 84,5% dos deputados estaduais filiaram-se ao partido governista. (BATISTELLA. 2019, p 442)

Durante o governo de Paulo Pimentel, especificamente no segundo semestre de 1967, os deputados estaduais emedebistas agiam com forte oposição, no entanto dentro do MDB paranaense o que mais se repercutiu foi à organização da Frente Ampla no Paraná.

O deputado federal Jorge Khury, arenista e amigo de Carlos Lacerda, foi o primeiro a aderir a Frente Ampla no Paraná, o mesmo já fazia oposição ao governo de Castelo Branco e procurava articular um Partido Popular, não obtendo repercussão no Estado.

É durante o governo de Costa e Silva que a Frente Ampla critica fortemente o governo, vale ressaltar que a mesma não conseguiu se incorporar, pois a maioria dos emedebistas desconfiava que Carlos Lacerda que liderava, estivesse usando o movimento para se promover na presidência da República, o deputado federal Léo de Almeida Neves foi o primeiro emedebista declarar adesão à Frente Ampla, no início de outubro de 1967, alegando ser um dever patriótico.

Contudo, sob a liderança de Léo de Almeida Neves, a Frente Ampla foi

Conquistando adeptos dentro do MDB do Paraná, que convocou uma convenção estadual do partido no dia 18 de novembro de 1967 para tratar sobre o tema. Na referida convenção, o MDB paranaense aprovou, com ampla maioria, o seu ingresso na Frente Ampla, tornando-se o primeiro diretório emedebista do país a apoiar, oficialmente e publicamente, o movimento. Durante a convenção, o deputado federal Renato Celidônio, presidente da Executiva estadual, declarou o seu apoio à Frente Ampla, enquanto o deputado federal Fernando da Gama e Souza declarou-se contrário ao movimento... No final de dezembro de 1967, Renato Celidônio encontrou-se pessoalmente com Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e Renato Archer, no Rio de Janeiro, para declarar o seu apoio e do MDB paranaense à Frente Ampla (BATISTELLA, 2019, p 457)

Essa forte oposição ao governo Costa e Silva, sendo iniciado pela Frente Ampla em 1967, fez aumentar no ano seguinte o crescimento dos movimentos oposicionistas, caracterizado pelos movimentos estudantis e grevistas, concretizando posteriormente para o decreto do AI-5, nas palavras de BATISTELLA (2019)

Dessa forma, desde o final de março de 1968, o país passou a viver sob a ameaça da decretação do Estado de sítio e de fechamento do regime. No final do ano, a ameaça se concretizou com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro. O principal argumento para a promulgação do AI-5 foi a "subversão social e política" (isto é, o crescente movimento de oposição ao regime durante praticamente todo o ano de 1968, com a intensificação do movimento estudantil, os movimentos grevistas, as críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas).

Em 1968, a imprensa do Estado do Paraná, passou a noticiar que a Frente Ampla pretendia realizar comícios pelo país, com atos no Paraná, no entanto o primeiro comício popular da Frente Ampla não se realizou no Estado e sim em São Paulo, na cidade de São Caetano do Sul na região do ABC paulista em Março.

A Caravana da Frente Ampla chegavam à Cidade de Londrina, e na mesma noite Lacerda ministrou para os estudantes londrinenses, no dia seguinte a Comitiva

almoçou na cidade de Apucarana na residência do então Deputado Estadual Valmor Giavarina (BATISTELLA, 2019, p, 458).

Pouco dias depois da morte do estudante Edson Luis de Lima Souto, ocorreu em Maringá um comício da Frente Ampla que mobilizou oito mil pessoas. O evento foi realizado com autorização das forças policiais, que disponibilizaram um esquema de segurança (DIAS, 2018 p. 80). Devido há grande repercussão em nível nacional, esse foi o maior e o ultimo ato da Frente Ampla declarada ilegal por parte do ministro da Justiça.

Após a edição do AI-5⁹, que representou a amplificação do recurso à repressão a qualquer movimento de oposição à ditadura, além de se tornar um instrumento punitivo a ser utilizado a qualquer momento e contra quem quer que fosse considerado inimigo.

No entanto com esse decreto alguns parlamentares perderam seus direitos políticos e foram perseguidos. No Paraná as cassações começaram em 16 de Janeiro de 1969, na qual Jorge Khury da ARENA foi cassado devido a sua relação com Carlos Lacerda e por ter sido líderes da Frente Ampla no Paraná. No dia 7 de Fevereiro de 1969, foram cassados 2 senadores e 30 deputados federais, entre eles Renato Celidônio, que era presidente do MDB e um dos líderes da Frente Ampla no Estado do Paraná. No dia 13 de março, foram cassados o Deputado Federal Léo de Almeida Neves, presidente do diretório do MDB de Curitiba e um dos líderes do MDB paranaense e da Frente Ampla no Paraná, os deputados estaduais Jacintho Simões e Lázaro Servo, ambos do MDB, e os arenistas Aníbal Khury e Mirian Pirih. Já no dia 29 de abril, foram atingidos os deputados estaduais Sinval Martins de Araújo emedebista e os arenistas Jorge Miguel Nassar e Miguel Dinizo. Ainda no dia 29 tiveram seus direitos cassados, João Kotzias (ARENA), prefeito de Paranaguá; Halim Maraaqui (ARENA), prefeito de Nova Londrina; José Maria Galvão (ARENA), prefeito de Rolândia; e Osmar Ramos de Oliveira (ARENA), prefeito de Carlópolis. Posteriormente no dia 1º de julho João Nelson Sobieray e Agenor Brasilino Costa (ambos do MDB), respectivamente prefeito e vice-prefeito de Jardim Alegre.

Além das cassações de políticos em nível nacional, estadual e municipal, com o AI-5 ocorreu uma série de aposentadorias compulsórias ou demissões de profissionais com juízes, embaixadores, militares, professores

universitários, jornalistas, funcionários públicos, entre outros, que perderam os seus empregos e os seus direitos políticos. Ademais, a perseguição política a todos os que eram considerados inimigos da “Revolução” se exacerbou, com a amplificação do terrorismo de Estado que fez uso sistemático da tortura e do assassinato. Soma-se a isso a censura a todos os meios de comunicação, aos artistas, intelectuais e a todos os cidadãos. O Brasil vivenciaria um dos períodos mais sombrios da sua história. (BATISTELLA, 2019, p. 463)

Ayrton Loyola foi preso depois de ser intimado á comparecer ao QC da 5ª Região Militar, o mesmo era testemunha do IPM contra Aníbal Khury, sua prisão se deu por conta do vínculo com Khrury.

Entre as pessoas que faziam oposição ao governo surgiu a figura do sargento Albery Vieira dos Santos, com disposição de luta, ele organizou uma guerrilha denominada guerrilha do coronel Cardim, entrando em contato com exilados no Uruguai que viera ao Brasil clandestinamente.

A guerrilha foi derrotada no Rio Grande do Sul, juntamente com o coronel Cardim, dezoitos homens forma presos e conduzidos ao quartel do Exército em Foz do Iguaçu, lá foram interrogados e torturados, posteriormente os presos foram transferidos para Ponta Grossa e mais tarde para o presídio do Ahu.

O processo em torno da guerrilha do coronel Cardim envolveu personalidades muito conhecidas no país, como Leonel Brizola, os ex-deputados federais Max da Costa Santos e Neiva Moreira, os ex-ministros Amaury de Oliveira e Silva, Darcy Ribeiro, o ex-presidente da UNE, Aldo Arantes, oficiais militares como Dagoberto Rodrigues, Alfredo Ribeiro Daudt e Fernando Souza Costa Filho, além de Maia Neto, diretor da Rádio Mairink Veiga, Ivo Magalhães, ex-prefeito de Brasília, o escritor Paulo Schilling e outros. (HELER, 1989, p 148)

Em 1965 o promotor Amador Cysneiros do Amaral incriminou 38 réus, sendo pessoas de todo Brasil, abaixo segue a lista dos nomes e das funções de cada um

1. Leonel de Moura Brizola, ex-deputado federal cassado;
2. Dagoberto Rodrigues, ex-tenente-coronel do Exército, ex-diretor-geral do Departamento de Correios e Telégrafos;
3. José Wilson da Silva, ex-tenente do Exército;
4. Nilo Silva, ex-tenente do Exército;
5. Darcy Ribeiro, ex-chefe da Casa Civil do presidente da República;
6. Ivo Magalhães, ex-prefeito de Brasília;
7. Max da Costa Santos, ex-deputado federal;
8. Eliseu Torres, ex-delegado da Supra em Porto Alegre;
9. José Guimarães Neiva Moreira, ex-deputado federal;
10. Paulo Schilling, economista;
11. Sibilis Viana, economista;
12. Amaury de Oliveira e Silva, ex-ministro do Trabalho;

13. Maia Neto, ex-diretor da Rádio Mairink Veiga;
14. Alfredo Ribeiro Daudt, ex-capitão-aviador;
15. Fernando Souza Costa Filho, ex-militar;
16. Aldo Arantes, ex-presidente da UNE;
17. Jefferson Cardim de Alencar Osório, ex-coronel do Exército;
18. Albery Vieira dos Santos, ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul;
19. Firmo Chaves, ex-sargento do Exército;
20. Adamastor Antônio Bonilha vigia portuário;
21. Euzébio Teixeira Dorneles, agricultor;
22. Odilon Vieira, açougueiro;
23. Alcindor Ayres;
24. Valdetar Antônio Dorneles, professor;
25. Silvino Souza fraga, motorista;
26. Abrão Antônio Dorneles, agricultor;
27. Adão Oliveira da Silva, agricultor;
28. Antônio Ribeiro Vogt, agricultor;
29. João Batista Figueira, agricultor;
30. Pedro Campos Bones, agricultor;
31. João Antônio Jaques, agricultor;
32. Reinoldo Von Groll, agricultor;
33. Arsênio Blatt, comerciante;
34. Arcelino Alves Dorneles, agricultor;
35. Virgílio Soares de Lima, agricultor;
36. Silvano Soares dos Santos, agricultor (irmão de Albery);
37. Manoel Ayres, agricultor;
38. Alípio Charão Dias, pedreiro;

No contexto do Paraná a Universidade Federal sofreu e relutou contra os males que caíram na instituição, após o golpe de 1964, a intenção do governo era transformar a universidade pública em privada, nas palavras do professor Ried Salamuni. “A partir de 64 verificou-se a tentativa de desestatização das universidades, reduzindo-se gradativamente o peso e a importância da universidade pública e gratuita”. (HELLER, 1988, p. 281)

A qualidade de ensino e a pesquisa dentro das universidades brasileiras foram duramente afetadas no pós 64, algumas pessoas tiveram que abdicar do magistério, muitos dirigentes eram postos sem consulta o que resultava em professores sem carreira e sem currículo nos comandos das universidades. Se de um lado tinha o governo prestigiando pessoas não qualificadas, de outro havia professores altamente qualificados que não podiam ingressar na instituição porque eram suspeitos de comunistas.

Nesse período de impasses ressurgiu a UPE (União Paranaense dos Estudantes), sua militância começa em 1965, eles travaram uma luta pela redemocratização do país, além de lutarem para a melhoria do ensino e contra o excesso de alunos nas salas de aulas. Apesar da repressão, o movimento estudantil

era muito ativo, culminando em passeatas de protesto. De acordo com o então presidente da União Paranaense dos Estudantes Stênio Sales Jacob,

Nós aqui do Paraná sempre tivemos a preocupação, em toda a nossa atuação no movimento estudantil, de discutir profundamente com os estudantes. Nós conseguimos agilizar o movimento estudantil porque mantivemos um trabalho permanente de discussão com os estudantes em todo o Estado. Percorríamos as salas de aulas, e assim foi, por exemplo, na luta contra a introdução do pagamento de anuidades na Universidade Federal do Paraná. (HELLER. 1988, p.293)

Apesar dos conceitos que povoavam a mente das esquerdas em todo o mundo, o que aconteceu no Brasil depois de 64 e principalmente no Paraná, foi um comportamento firme e enérgico da juventude universitária na luta contra a ditadura, mesmo com alguns caindo nas malhas da repressão, sendo torturados, processados e condenados, sendo substituídos por novas lideranças, que sustentavam as mesmas bandeiras com cuidados dobrados. Somente no governo de Álvaro Dias é que foi estabelecida a gratuidade do ensino nas universidades estaduais do Paraná. Se analisado o número elevado de pessoas que foram presas, dando ênfase para a ação da polícia na Operação Marumbi, o que fica evidente ao destacarmos a fala de posse do governador Haroldo Leon Peres eleito de forma indireta em 1970, em seu discurso ele afirmava que finalmente a revolução chegava ao Paraná, e declarava que agiria com mão de ferro contra a corrupção e a subversão se constatar a sua existência no Estado. (HELLER. 1989, p, 81)

No âmbito da repressão os meios de comunicações no Paraná começaram a ser censurado nas redações de jornais, sendo o principal alvo o jornal *O Estado do Paraná*, no decorrer de seus periódicos começaram a colocar espaços em brancos, esses espaços indicavam que as matérias estavam proibidas, a censura não ficou restrita apenas no Paraná, pois essa prática foi estendida por todo território nacional. Várias cidades do Paraná tiveram características de repressão e tortura, além de destacarmos o caso de Apucarana, na cidade de Maringá também houve prisões, um caso abordado por Heller é do médico Salim Haddad, que caracteriza o regime ditatorial pelo medo.

Na ditadura um tem medo do outro e o intelecto de cada um é atrofiado. Os homens não se desenvolvem intelectualmente e foi isso o que aconteceu após 64. Medo que persiste até hoje para muitos brasileiros. Até 1964 eu era ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, tentando conscientizar os trabalhadores dos seus direitos. Nunca se pretendeu

implantar o socialismo no Brasil, o que seria uma utopia. (HELLER, 1989, p 536)

Após ter sua prisão decretada Salim Haddad ficou foragido por mais de um ano, tendo que escapar de Estado para Estado, tentando fugir da repressão, na continuidade de seu depoimento.

Eu era acusado de comunista e a acusação tinha procedência, pois sempre vi no socialismo a solução para o Brasil, como país que precisa se desenvolver e resolver os seus problemas sociais. Através da nossa atividade somos elementos catalisadores, que retardamos ou aceleramos o processo. Mas o processo segue seu curso e o mundo inteiro caminha para o socialismo. (HELLER, 1989, p 537)

Na questão da significativa participação da repressão em território paranaense, elevados números de prisões ocorridas no Estado desde o início da ditadura em 1964.

Um relatório divulgado pelo Comitê Brasileiro de Anistia em março de 1979 revelou a ocorrência de 2.726 prisões por motivos políticos no Paraná, desde março de 64. Ou mais de vinte por cento das prisões arroladas em todo o país, em 1978, pela Arquidiocese de São Paulo. Sem dúvida um número exagerado de prisões em um Estado periférico, que não teve ações armadas, excluindo-se a tentativa de organização de uma escola de guerrilheiros por iniciativa da Ação Libertadora Nacional, entre Registro e Cananéia, no vale do Ribeira. (HELLER, 1989, p 549)

Em relação à Operação Morumbi, mesmo ela sendo posterior á morte de Idésio, é necessário fazer destaque, pois foi à maior operação realizada no Estado do Paraná, de acordo com Brunelo (2009), que especificamente, em todas as atividades constituíam em vigiar e exercer um determinado controle na sociedade, com início no século XX pela Chefatura de Polícia e, posteriormente, na década de 1920, pelo Comissário de Investigação e Segurança Pública, o que deu origem para Delegacia de Ordem Política Social, criada através da Lei nº 177 de 05 de março de 1937. Esse órgão de repressão atuou no Estado por 69 anos, teve significância para as investigações que ocorreram entre 1920 até 1989. “Nesse caso, então, constatou-se que os olhares vigilantes da DOPS miravam suas lentes para grupos específicos em determinadas épocas”. (BRUNELO, 2009, p. 67)

Se constituindo em 12 de setembro de 1975, a Operação Marumbi, executada pela DOPS e CODI-DOI, foi à maior operação desencadeada no Estado do Paraná (BRUNELO, 2009, p 67).

Ganhou destaque através da publicação do jornalista João Arruda para o jornal *Folha de Londrina* no ano de 1983. Essa matéria foi publicada em um caderno especial referente ao regime militar, que deu ênfase a esse período.

João Arruda entendeu ser importante resgatar essa parte da história do Paraná e revelar, por meio do seu trabalho, que inúmeras pessoas sofreram diversas espécies de sevícias por defenderem posições políticas que não se harmonizavam com os preceitos daqueles que detinham o poder. Porém, não eram apenas esses indivíduos que agonizavam frente ao autoritarismo, mas também as suas famílias que se sentiam impotentes, inseguras e ameaçadas por aqueles que acreditavam defender a ordem social e política do país. (BRUNELO, 2009, p. 68)

A OM tinha como propósito de prender pessoas que eram acusadas de terem alianças ou de ser filiado com o PCB do Paraná abrangendo mais de treze cidades do Estado, entre essas cidades Apucarana, durante a Operação, o general prometia ao povo paranaense que os órgãos eram incumbidos de zelarem pela paz social e procurariam na medida do possível, oferecer à sociedade um clima de tranquilidade e, sobretudo de ordem. (BRUNELO, 2009, p 68)

Mais de 100 pessoas foram presas, e dessas 65 foram indiciadas, sendo seis pessoas de Apucarana, o que torna ainda maior e evidente a importância da cidade no período ditatorial.

No projeto Brasil Nunca Mais existem mais de 707 processos, desses 45 estão circunscritos no Paraná.

O que equivale a 6.36%, se analisarmos os estados com mais processos encontra-se Rio de Janeiro com 208; São Paulo 154; Pernambuco 66; Minas Gerais 58; Rio Grande do Sul 51; e Paraná com 45, abaixo segue uma lista com os processos do Paraná.

BNM	DENUNCIA	ORGANIZAÇAZÃO	DENUNCIADO	SENTENÇA	CONDENADO
			S		S
062	31/05/1966	Não consta	07	17/04/1969	03
069	29/05/1969	Não consta	05	16/07/1979	03
096	29/11/1971	Ação Popular	20	18/09/1972	09
125	09/09/1970	VAR (Palmares)	08	13/07/1971	03
139	02/12/1966	Não identificado	04	29/07/1968	04
151	01/10/1964	Grupos dos 11	33	23/11/1967	—
163	06/10/1969	Setor Estudantil	17	29/05/1972	5

				11/08/1977	
169	23/02/1972	Ação Popular	16	19/07/1972 05/04/1973	1
175	04/05/1970	Partido Comunista Brasileiro e Revolucionário	10	05/08/1971	6
182	24/02/1971	Partido Operário Comunista	18	16/08/1972	6
220	21/07/1964	PCB	09	17/02/1970	7
231	26/12/1969	MR-26/05 PCBR/FLN	04	16/03/1971	2
238	05/07/1966	Não identificado	03	09/08/1968	—
240	11/07/1966	Não identificado	02	23/05/1969	2
243	04/09/1970	Jornalistas	01	16/09/1971	1
245	22/04/1970	Não identificado	04	29/04/1970e 26/08/1971	—
249	30/12/1968	Setor Estudantil	15	24/03/1969	15
260	23/02/1972	Ação Popular	16	15/03/1973	2
270	16/10/1970	Jornalistas	01	21/09/1971	—
282	14/01/1972	PCBR	30	18/06/1973	5
292	11/07/1966	Não identificado	02	12/07/1968	—
298	03/06/1966	Não identificado	03	29/04/1969	03
312	01/07/1966	Setor Político	01	20/08/1968	—
330	10/01/1966	Setor Militar	02	17/10/1967	—
339	30/06/1971	Não identificado	02	13/03/1972	01
368	10/07/1972	Ação Popular	01	04/12/1972	—
381	11/05/1970	Setor Político	01	17/11/1971	—
385	Julho de 66	Setor Político	01	12/10/1967	—
386	06/07/1971	Setor Político	01	22/11/1971	—
390	13/11/1967	Setor Estudantil	12	09/06/1969	10

391	23/12/1964 05/10/1965 22/11/1965 27/12/1965 06/07/1967	Não identificado	53	14/01/1965 11/12/1969	06
396	13/03/1970	Setor Político	01	29/07/1971	–
397	31/05/1966	Não identificado	10	15/06/1966 15/05/1969	05
462	12/06/1969	Não identificado	01	15/12/1971	–
464	10/12/1970	Não identificado	01	25/11/1971	–
495	11/07/1966	PCB	04	13/07/1968 04/05/1973	03
505	18/03/1965	Grupos dos 11	05	09/11/1967	–
512	11/12/1967	PCB	29	27/06/1968 08/11/1972 18/02/1974 28/02/1978	11
513	16/08/1966	PCB	09	17/08/1970	09
551	08/11/1967 05/12/1975	PCB	66	3, 4, 5 e 6/10/1977	17
560	21/07/1970	Jornalistas	01	06/04/1971	–
574	Ilegível	Não Consta	01	23/09/1971	–
601	14/09/1971	MR-8	02	20/09/1972	01
606	05/02/1965	Não identificado	26	17/02/1965 23/02/1967 05/06/1973 09/06/1975	14
616	10/09/1971	Jornalistas	01	11/04/1972	–

Ao analisar o quadro do Paraná, destacasse que os perfis mais atingidos foi o PCB que foi alvo de 5 processos, se agruparmos no final e somar os números de processos envolvendo os partidos e organizações de esquerda são no total de 25 processos.

Após o processo de transição política, no ano de 1995 foi aprovada o projeto de Lei nº 369/95, pelo Deputado Beto Richa (PSDB), na qual autorizava o governo a pagar indenização as pessoas que foram mantidas sob custódia ou que sofreram tortura psicológica ou física por agentes públicos entre os anos de 1961 há 1979. Esse projeto deu origem a Lei nº 11.255 pelo governador Jaime Leiner, na qual funcionava como instrumento para uma revisão da história, esse processo de indenização e de reparação pelo Estado será analisado no capítulo seguinte.

1.2 Apucarana e sua emancipação

Segundo o historiador paranaense Romário Martins¹⁰, “a região admirável de recursos e belezas, a Serra de Apucarana, era a atalaia dominadora do Atibagiba, descortinador dos valores florestais do Norte ao Ocidente, até onde corre o rio Paranapanema, como um fio branco, no horizonte de ocasos deslumbrantes”.

Projetada no ano de 1934, pela Companhia de Terras Norte do Paraná, sendo esta região colonizada apenas para ser um dos pólos intermediários da produção agrícola que tinham por objetivos abastecer núcleos maiores, como Londrina e Maringá.

Embora tenha enviado para cá o mineiro de Angostura Benevides Mesquita como seu preposto, a empresa não tinha por objetivo aqui investir seu capital. Em virtude disso, seu trabalho se resumiu na demarcação das áreas urbanas e rurais apenas para venda. Ressentiu-se da falta de apoio da empresa colonizadora e, posteriormente também da administração municipal de Londrina, a qual pertencia. No entanto seus primeiros moradores, oriundos de vários pontos do território nacional, confiantes na perspectiva de um futuro se empenhavam com seus esforços, e formarão um elo indestrutível que embalou seus primeiros passos. Os pioneiros desafiavam o destino que a Companhia de Terras havia previamente traçado para Apucarana, construíram as primeiras casas comerciais para suprir às necessidades básicas da população, a primeira capela, as serrarias e demais estabelecimentos para o seu conforto foram se instalando. O abandono em que se

¹⁰Foi um importante historiador do Estado, com destaque para o clássico "História do Paraná". Alfredo Romário Martins (1874-1948) teve uma vida dedicada ao estudo da história paranaense. Natural de Curitiba, Martins é oriundo de família tradicional. Seu avô Manoel Felix Martins, por exemplo, foi comendador, enquanto o pai José Antônio Martins, teve ligação importante com o Museu Paranaense e se tornou administrador do Correio Geral do Paraná.

encontrava o patrimônio pela administração municipal de Londrina, fazia com que a comunidade apucaranesa procurasse com seus próprios recursos, solucionar os problemas que lhes afetavam. Isso eram o motivo de maior empenho e conscientização da necessidade de redobramos seus esforços para conseguirem o mais rápido possível a emancipação, do patrimônio, que continuava crescendo em todos os seus setores de atividades, no entanto nem todos os habitantes participavam desse processo, um exemplo é a população nativa (indígenas) que nada se tem escrito sobre onde estavam e como se portaram diante dessas mudanças. A sede do Grêmio Esportivo e Recreativo Apucaranesa (Gera), era o ponto de encontro dos líderes do movimento, que em cada reunião mostravam-se cada vez mais entusiasmados e confiantes de que a reivindicação alcançaria seu objetivo. Por entenderem que a visita ao patrimônio do Interventor Manoel Ribas, para o dia 22 de julho de 1943, seria o momento ideal para manifestar-lhe toda estima do povo apucaranesa e, ao mesmo tempo, reivindicar a criação do município. Durante uma reunião que aconteceu no dia 18 de julho de 1943, na sede do (GERA) Grêmio Esportivo e Recreativo de Apucarana, a fim de recepcionar o interventor Manoel Ribas, que visitava Apucarana em 22 de julho de 1943 e tinha por intuito prestar-lhe as manifestações do povo apucaranesa, além de solicitar-lhe a criação do município.

Talvez como um estímulo providencial à luta dos apucaraneses pela emancipação do patrimônio, em 8 de dezembro de 1943, Dom Ernesto de Paula, Bispo da Diocese de Jacarezinho, criava a Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, que foi instalada em 18 de março de 1944, sendo seu primeiro vigário, o Padre Francisco Korner. Em 30 de dezembro de 1943, através de um telegrama, o interventor Manoel Ribas comunicava a assinatura do decreto-lei número 199, que criava concomitantemente, o município e a comarca. O interventor Manoel Ribas, após analisar as ponderações dos integrantes da Comissão Pró-Município criou pelo decreto-lei número 199, de 30 de dezembro de 1943, brindou Apucarana como sede do poder judiciário.

A instalação ocorreu em 19 de abril de 1944, em solenidade presidida pelo juiz de Direito Substituto da Comarca de Jacarezinho, Doutor Guilherme da Motta Correia, tomando posse como primeiro titular o Doutor Antônio Franco Ferreira da Costa e primeiro Promotor de Justiça, o Doutor Henrique Victor Giublin, em

substituição ao titular, Doutor Pedro Firman Neto, que foi designado para outro cargo da administração estadual em Curitiba. Criado o município e a comarca, a preocupação dos líderes do movimento passou a ser a organização da solenidade de instalação do município e a posse do primeiro prefeito nomeado, tenente Luiz José dos Santos, da Polícia Militar do Paraná, marcada para o dia 28 de janeiro de 1944. A instalação do município foi o coroamento de toda a luta dos diversos segmentos do patrimônio, pondo fim a sua submissão à administração municipal de Londrina. Na ocasião foi lavrada a ata:

“Aos 28 dias do mês de janeiro de 1944, no edifício do Paço Municipal, nesta cidade de Apucarana, Estado do Paraná, sob a presidência do primeiro tenente Luiz José dos Santos, prefeito municipal, na forma da lei, reuniram-se em sessão solene as autoridades e pessoas gradas, com significativa assistência, para o fim de declarar efetivamente em vigor para todos os efeitos, a partir desta data até 31 de dezembro de 1948, o novo quadro territorial da República fixado para o Estado com o decreto-lei número 199, de 30 de dezembro de 1943, de conformidade com as normas legais estabelecidas na Lei Orgânica Nacional número 311, de 02 de março de 1938, na parte referente às circunscrições que têm por sede esta cidade e os demais distritos que compõem o seu município”¹¹

Por ocasião da criação do município de Apucarana, desmembrado de Londrina pelo decreto-lei número 199, de 30 de dezembro de 1943, a extensão de seu território abrangia uma área de 18.658,06 quilômetros quadrados.

1.2.1 A ditadura em Apucarana

Situada no norte do Paraná, conhecido como Norte Novo, a cidade de Apucarana, conhecida por Cidade Alta, sua posição geograficamente está entre duas grandes cidades Maringá e Londrina, cidades com muita influência, por isso considerada Cidades Metropolitanas.

Além desse entroncamento ao sul se tem acesso a Londrina, e ao norte o acesso á Ponta Grossa e Curitiba, a capital do Estado, essas ligações entre cidades são realizadas através da BR- 376¹², algo que fica evidente se analisarmos o mapa do Estado do Paraná que é destacado abaixo.

¹¹ Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/historia/>, acesso dia 20/05/2020

¹² A BR-376 foi inaugurada oficialmente em 25 de julho de 1965, sendo considerada a maior obra de seu gênero entre 1961 e 1965 com aproximadamente 530 km de extensão desde Paranaguá até Maringá. DER- Departamento de Estradas e Rodagem Paraná



De acordo com Bomba (2018), essa triangulação ampliava por terra a ação das forças de controle sobre todos os espaços, e sobre os lugares mais distantes do território do Paraná, criando uma rede direta de comunicação entre elas. Outra instalação na cidade que merece destaque é a da 4ª Companhia de Fuzileiros de Apucarana, ocorrida no ano de 1965, vale salientar que o controle dos militares ocorria de forma total, tendo dessa forma uma nova instalação, já que esta se localizava na antiga Estação Ferroviária Central do Paraná, as transações financeiras para tais fins ocorreram de forma bem rápida em relação às demais obras públicas na cidade, é o que destaca Guilherme Alves Bomba:

Três meses antes da homologação do Ato Institucional número 5 (AI-5), no dia 17 de setembro de 1968, dois lotes de terra, localizados na saída do município de Apucarana em direção ao de Ponta Grossa, cuja dimensão totalizava 61.785,00 m² (sessenta e um mil setecentos e oitenta cinco metros quadrados), foram desapropriados em benefício do município. Os custos das desapropriações somaram NCr\$9.000,00 (nove mil cruzados novos). Trinta e sete dias depois, no dia 24 de outubro de 1968, estavam formalizados a doação das terras à União Federal para a construção de edifício que abrigaria o batalhão. (BOMBA, 2018, P.48)

Transferida em 1971, para a BR 376 Km 353, a 4ª Companhia era transformada agora em Batalhão, de acordo com a portaria nº045, passando assim de 4ª Infantaria a 30º Batalhão, local esse que foi palco de torturas e violências, esses atos foram intensificados em Apucarana, onde o intuito era investigar e prender os envolvidos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A busca de investigar e prender militantes que tinham simpatia ou que eram aliados ao comunismo, era algo que acontecia no Brasil desde o governo de Vargas, algo que foi mais intensificado no país no pós 1964, com a derrubada de Jango.

¹³Figura 1: mapa que mostra o entroncamento de Apucarana com as cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa pela BR 376

A localização da Cidade Alta possibilitou a instalação do 30º Batalhão da Infantaria Motorizada na cidade, além de seu posicionamento ser também um ponto estratégico já que a mesma foi usada com um dos pontos de ação de repressão militar dentro do Paraná.

Já não era segredo que a violência generalizada no país deixara um rastro de sangue, matando militantes/cidadãos, desmantelando organizações políticas e lesionando irremediavelmente aqueles que ousaram discordar da doutrina oficial do Regime Militar. Em Curitiba, temos o prédio do antigo Dops, o Provisório do Ahu e as dependências do Exército na Praça Rui Barbosa; outras cidades como Apucarana, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu também serviram de instalação para que o Poder Público Estadual compactuasse com as mais bárbaras atrocidades (CALCIOLARI, 2004, p.69).

Na questão da significativa repressão dentro do território nacional, se tem um elevado número de repressão que ocorreram dentro do Paraná como já foi exposto anteriormente, grande parte dessa repressão partiu do 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, sendo exaltada a importância do mesmo para o período, a maioria das torturas que ali aconteceu estavam sob o comando do capitão Ismar Moura Romariz. A tentativa de cassar membros do Partido Comunista continuou intensa durante o Regime Militar, resultando posteriormente na elaboração da Operação Marumbi que foi dirigida pelo DOPS (Departamento de Ordem Social e Política) e o DOI (Destacamento de Operações Internas) – CODI (Centro de Operações de Defesa Interna).

A Operação Marumbi mesmo não fazendo parte do nosso recorte é importante destacar que muitas pessoas tiveram suas prisões decretadas, e muitas delas foram levadas para Cidade de Apucarana, numa espécie de triagem e dali partiam em direção à Curitiba, local que ocorria os processos que eram realizados por militares. “Em Curitiba, ironicamente, os presos eram levados para uma “clínica”, chamada Marumbi, local onde a maior parte das torturas era realizada, além daquelas praticadas no presídio Ahú e nas delegacias. ”Em um trabalho sobre a ditadura realizada na cidade Apucarana, com bases em pesquisa oral, realizada pelo historiador Guilherme Alves Bomba¹⁴, o autor traz vários depoimentos no que diz respeito às torturas ocorridas na cidade, os torturadores eram encabeçados em Apucarana pelo Capitão Ismar de Moura Romariz, o nome do capitão aparece em vários desses relatos, entre eles esse merece um destaque.

¹⁴ BOMBA, Guilherme Alves: Apucarana: uma história de Lutas e resistências/ Guilherme Alves Bomba.- Maringá: UEM/PGH/História, 2018.

Os seqüestrados que passaram por Apucarana, como Osvaldo Alves, João Alberto Einecke, Genecy Guimarães e outros, sofreram horrores nas dependências do Exército, onde o capitão Ismar de Moura Romariz submeteu-se ao terror, usando métodos dos mais torpes, chegando a deter esposas de presos e familiares, provocando aborto na esposa de João Alberto Einecke, que sofreu traumas profundos em virtude desta ocorrência (BOMBA, 2018, p 51).

De acordo também com Ivan Heller (1988), o braço forte do Regime Militar no Paraná agia com mais energia sobre tudo em Apucarana, município da região norte que sedia desde 1965 o 30º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército. Comparada a sua população Apucarana, teria sido a cidade do Estado do Paraná com maior número de presos políticos, essa afirmação é apontada por de Antonio Narciso Pires.

Iniciei minha participação na política estudantil com Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianesi, mortos pela repressão em São Paulo, em 1970. Em 67 fui eleito presidente do Centro Estudantil Nilo Cairo e a partir de 68 nos engajamos na luta contra a cobrança da taxa de matrícula, que era o prenúncio do ensino pago nas escolas públicas. Além do Três Reis e do Brianesi, outros companheiros entraram na luta contra o regime militar, como Francisco Dias Vermelho, morto em um acidente de carro, Geraldo Magela, Valdir Feltrim, que foi para a França e lá permanece até hoje, Manoel Cesar Motta, Valdecir Feltrim e outros. (Ver depoimento também em Resistência Democrática: A repressão no Paraná de HELLER, 1988, p.549).

Durantes os finais dos anos de 1960 e o início dos anos 1970, o movimento estudantil se eclodiam, esse grupo se posicionavam contra o regime militar, muitos dos estudantes aliados ao movimento estudantil, foram para o Estado de São Paulo e acabaram sendo mortos. Esses jovens eram integrantes ao MR-8 (Movimento Revolucionário), afastando-se meses depois, formando um grupo independente que passou a ter apoio da ALN (Aliança Libertadora Nacional), tendo Carlos Marighela á frente, resultando no grupo revolucionário de 19 pessoas em Apucarana.

A linha política da ALN não nos convenceu quanto à avaliação teórica e prática da chamada revolução brasileira. Acabamos por nos distanciar, mas Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianesi fecharam com o pessoal do Marighela. Para mim ficou difícil viver na minha cidade, pois quando fui eleito presidente da União dos Estudantes de Apucarana a sede foi invadida pelo Exército e nós passamos a ser vigiados... Ainda bem que nunca tivemos um confronto porque ninguém sabia dar um tiro. Era um grupo de garotos, de dezoito, dezenove anos, amedrontados. Mas um encorajava o outro, porque entendíamos que não havia outro caminho. Que aquela era uma forma válida de luta, pensando nos que estavam sendo presos e torturados em todo o país. O problema maior era a oposição dos pais, que receavam pela vida dos filhos, e quando eu saía de casa, em Apucarana, minha mãe me submetia a uma revista completa, temendo que eu levasse algum bilhete comprometedor

e que a repressão me pegasse. Isso foi muito bom, porque ela me ensinou a nunca carregar papel nenhum. Uma sábia precaução, pois, ainda em Apucarana, o comandante do batalhão do Exército, Ricardo Ritter Von Chelita, convocou os líderes dos jovens rebeldes na cidade para dizer que seríamos presos se não nos comportássemos. Os convocados foram eu, Antônio Três Reis de Oliveira, José Idésio Brianesi e Francisco Dias Vermelho. Desses quatro eu fui o único sobrevivente (ver depoimento também em Resistência Democrática: A repressão no Paraná de HELLER, 1988, p. 550).

Além dos nomes destacados no depoimento de Narciso Pires, na cidade um ex-vereador José Godoy Viana, fazia oposição ao regime na cidade, onde permaneceu e sofreu repressão na mesma. De todos os presos de Apucarana, é Idésio que ganha um maior destaque por ser a figura principal da pesquisa, nos próximos capítulos abordaremos a vida de Idésio, sua morte e as mudanças do período pós ditadura que o transformaram em Patrono Escolar.

CAPÍTULO II

AS LEIS DE REPARAÇÃO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A partir do ano de 2007, iniciou-se um debate no Brasil sobre o tema da “Justiça de Transição”, tendo sido objeto de várias discussões, esse processo de justiça ocorre no contexto da transição entre um regime autoritário e um regime que lhe sucede, com princípios e valores democráticos.

Entre as normas fundamentais e medidas legais que se incentivam na concretização da Justiça de Transição estão as que devem contribuir para o esclarecimento da verdade sobre as violações praticadas durante períodos políticos. Ao mesmo tempo, outros fundamentos da Justiça de Transição devem ajudar na construção de parâmetros para as reparações individuais e coletivas, na reforma das instituições que cuidam da justiça e da segurança pública e, finalmente, devem incentivar políticas públicas de educação para a memória, com o objetivo fundamental de conscientizar a denominada “Cultura do Nunca Mais”. (BRASIL, 2007, p. 6)

A reconstrução democrática impõe atribuir responsabilidade as violências do direito à memória e a verdade, garantindo a não repetição das atrocidades cometidas no passado.

A seguir analisaremos sobre as discussões em torno dos desaparecidos políticos, as leis de reparação e as comissões sobre mortos e desaparecidos políticos, enfatizando suas organizações e a busca dos familiares pelos corpos e por uma justiça reparatória.

2.1 A discussão sobre os desaparecidos

O desaparecimento como um crime é uma contínua incerteza para os familiares e amigos, é como um capítulo que nunca finda e jamais se concretiza como a vida ou morte. Nas reflexões de Bauer (2011),

O desaparecimento como um crime contínuo – porque nunca se concretiza como vida ou morte – e suas consequências individuais e coletivas, como a impunidade, são responsáveis por uma impressão de que o passado sobre essas ditaduras é um passado que não passa – pelas dificuldades da

elaboração, representação e simbolização -, de que existe “alguma coisa do passado que ficou suspenso”, ou “ainda, de que o presente encontra-se saturado do passado. Os resultados dessa experiência não se extinguiram com a mudança do regime político, e não se mantiveram restritos aos que sofreram direta ou indiretamente essas estratégias, mas foram transmitidos às gerações subsequentes. (BAUER. 2011, p.41).

No período da ditadura militar, os que se opunham ao governo e manifestavam essa oposição “desapareciam”, podiam eles estar presos, foragidos e/ou mortos, mas a certeza da morte apenas ocorria quando encontravam os restos mortais. Segundo o Dossiê da Ditadura,

O termo desaparecido é usado para definir a condição de pessoas sobre quem as autoridades governamentais jamais assumiram ou divulgaram a prisão e morte, apesar de terem sido seqüestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão. Foram consideradas pelo Estado pessoas foragidas até a publicação da lei 9.140, em 4 de dezembro de 1995 (DOSSIÊ DITADURA. 2009, p, 22)

Ao pensar nessas práticas Caroline Silveira Bauer (2011) aponta que variavam de acordo com o caso apresentado, podendo se apresentar como sequestro, interrogatório, torturas físicas e psicológicas, e desaparecimento forçado de pessoas, somando-se aproximadamente milhares de pessoa atingidas pela repressão.

Essas práticas de violências não ficaram vinculadas apenas aos que faziam oposição ao governo, familiares e conhecidos também foram vítimas, como foi relatado no primeiro capítulo, no caso do filho de Francisco Hardy, que foi preso junto com ele, como foi destacado no sub-tópico Ditadura no Paraná¹⁵.

O desaparecimento de uma pessoa, seja ele temporário ou definitivo, era composto de algumas etapas, de primeiro momento era necessário o uso de informações, essas eram importantes nos processos de orientação para capturar a pessoa, feito essa operação os agentes de órgãos repressivos efetuavam os sequestros.

As vítimas de sequestros eram levadas para dependências militares, sendo impostas a interrogatórios, torturas físicas e psicológicas. Após essa inquirição, seus destinos variavam entre permanecer nos centros clandestinos, ser “legalizados”, ser preso e sua prisão ser comunicada à justiça, e depois serem transferidos para os presídios, morrer ou desaparecer.

¹⁵ PÁGINA 35

O sequestro tinha por estratégia implantar o terror da ditadura, tinham como características o anonimato dos executores, utilizavam a violência física e verbal, e ainda em alguns casos faziam a apropriação dos bens dos seqüestrados. Sendo parte da estratégia de implantação do terror, a partir da decretação do AI-5.

No Brasil, através de relatório Brasil: Nunca Mais, sabe-se que houve 7.367 acusados judicialmente e 10.034 atingidos na fase de inquérito, mas somente nos primeiros meses da ditadura, estimam-se em 50 mil presos políticos, muitos deles passavam por uma fase de seqüestro. Por fim, existem os seqüestrados que permanecem na condição de desaparecidos até os dias de hoje (BAUER. 2011, p 102).

Os interrogatórios eram usados para obtenção de informações, essa prática era regida por normas legais elaboradas de forma autoritária, decretadas por meio dos atos institucionais mesmo que continuamente eram infringidos pelos agentes das forças de segurança. As confissões que eram obtidas nesses interrogatórios geralmente eram acompanhadas de torturas físicas e psicológicas. Sendo utilizada em processos judiciais como prova que incriminassem o preso. Bauer (2011) discorre que no caso da tortura, a mesma era utilizada para punir os presos políticos, era usada para disseminar o terror em seus familiares e dentro da sociedade, trazendo traumas a uma pessoa que sofreu agressões físicas e psíquicas. (BAUER. 2011, p 127)

Para Bauer (2011), tratava-se de uma guerra psicológica, desta forma, parece adequado afirmar que não houve apenas traumas individuais, mas que a sociedade vivenciou situações traumáticas decorrentes do medo, insegurança, desconfiança, inexistência da crítica e da submissão a estrutura autoritárias e repressivas, na esfera pública e privada.

A ditadura foi marcada pela repressão que tinham as estratégias de implantação do terror, caracterizada pela tortura, morte, desaparecimento, estimulando os opositores à cultura do medo, Bauer (2011) destaca que em seu sentido consciente e racional, salienta-se a utilização do terror como forma de dominação política, uma opção realizada pelos civis e militares. Outro aspecto importante que assegurar os militares no poder foi à tortura que garantiu em grande escala a eficiência como método de interrogatório, mas também como forma de controle político. A repressão se organizou a partir da existência de dois pontos

relacionada com métodos legais e clandestinos, havia uma repressão de caráter público e a outra clandestina.

Havia uma repressão de caráter público configurada pelo conjunto de normas sancionadas durante esse período para a consecução dessas, e uma repressão clandestina, composta práticas ilegais fundamentadas em ordenamentos elaborados pelas Forças Armadas...No caso brasileiro, prevaleceu o aspecto legal, mesmo que essa legalidade representasse um arbítrio (BAUER,2011, p. 44).

A extensão e intensidade com suas diferenças somada com os mecanismos de legitimidade atribuída à censura aos meios de comunicação configuravam-se para a formação do inexistencialismo dentro da sociedade brasileira, ou seja, uma realidade que nunca existiu. Sendo resultado do pequeno número de vítima direta da ditadura e dos processos de privatização da memória, na verdade essa memória é uma memória que esta contida, por ser uma memória de repressão e de violência que além de tido impactos significativos também marcou com traumas as pessoas que foram suas vítimas, e muitas vezes não se negam a falar ou não falam já que é visto como algo que ninguém quer ouvir, outro aspecto importante que vale ressaltar é o medo de falar, o dor da lembrança e a memória que quer ser esquecida já que as mesmas mantiveram suas lembranças e suas consequências restritas a grupos determinantes.

A experiência do terror de Estado não foi simbolizada, ficando ausente na memória e na construção da história recente do país. A tortura era algo legitimado pelos generais que comandavam o país, durante 1974 a 1978, Ernesto Geisel governou o país, e dizia estar em um confronto e que era preciso enfrentar, liquidar, reprimir, “Não posso discutir o método de repressão: se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou” (BAUER. 2011 p. 53).

Além, do desaparecimento, uma das práticas comuns do governo era o uso de cartazes com fotos de pessoas foragidas espalhados com a frase “Terroristas Procurados”, por vários lugares, estes cartazes faziam parte da propaganda do regime que visava criar com a sociedade o colaboracionismo e a cumplicidade. Mesmo que alguns indivíduos das fotografias já tivessem sido presos ou mortos,

Essa prática perpassou e marcou a ditadura, na onde muitos foram presos, torturados e outros se exilaram ou se refugiavam fora do país, a Lei da Anistia em

1979, mesmo que irrestrita e com algumas brechas, permitiu que os indivíduos que estavam refugiados comecem a regressar, além de se ter um início pelas buscas dos mortos e desaparecidos, como será possível observar no próximo tópico.

2.2. A Lei de Anistia e a busca pelos desaparecidos

A anistia representou o silêncio e o esquecimento sobre os envolvidos nas ações repressivas após o golpe de 1964. Na prática, os torturadores foram anistiados graças à interpretação de que a abertura política poderia retroceder caso as oposições reivindicassem justiça. O termo “revanchismo” tem sido utilizado para denominar de forma pejorativa a posição daqueles que insistem em investigar os casos dos mortos e desaparecidos pela repressão política e exigem o julgamento dos responsáveis por tais crimes. (DOSSIÊ DITADURA. 2009, p. 24).

A Anistia é um ato jurídico em que crimes políticos que ocorreram dentro de um determinado período são esquecidos. A Lei de Anistia no Brasil foi sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979. Considerado um dos atos que permitiam em grande medida que os acusados e perseguidos da ditadura militar regressassem ao país. Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2010), a Anistia surge como proposta a partir das conversações da Frente Ampla em 1966, mas é só a partir dos anos de 1970 que essa luta começou no Brasil, quando iniciam as formações dos Primeiros Comitês de Anistia¹⁶. Formando, entidades como o Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Políticas e, em 1978, os Comitês Brasileiros pela Anistia, espalhados em vários estados. Essa luta teve fortalecimento em diferentes segmentos da sociedade civil e começaram a ganhar as ruas em 1977. “Em 1978, o general Ernesto Geisel aboliu o AI-5, o direito ao habeas corpus foi restituído, a pena de morte e a prisão perpétua deixaram de existir e foram abrandadas as leis que controlavam a censura à imprensa” (DOSSIÊ DITADURA. 2009, p. 23).

Os familiares começaram a se organizar, em 1974, em torno dos casos de desaparecidos políticos. A inexistência de um corpo ou de uma notícia a respeito da morte aumentava o desespero dos familiares, tornando impossível o esquecimento. Assim como Bauer (2011), Janaina de Almeida Teles (2010¹⁷), nos traz reflexões

¹⁷ TELES, Janaína de Almeida: Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: *O que resta da ditadura: A exceção brasileira*, Boitempo, 2010.

sobre como o desaparecimento perpetua a dor, para esse o silêncio introduzido pelo terror do desaparecimento criava uma situação sem um fim, perpetuando a tortura, onde vivenciava a ausência de seus corpos e de informações. A inexistência de um momento de dor e as obrigações morais sobre o morto se associa ao desconhecimento das mortes, constituindo uma nova figura de privação da morte.

A categoria “desaparecido” representava, a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura.

As campanhas e divulgação das denúncias de tortura no Brasil e no exterior foram fundamentais para a luta dos familiares de mortos e desaparecidos na ditadura.

Nos anos 70, a CIDH (Comissão Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos) da Organização dos Estados Americanos (OEA), encaminhou várias denúncias de torturas, entretanto foi negada a autorização para investigar indícios de tortura.

A Comissão apreciou oito denúncias de violações de Direitos Humanos que ocorreram entre 1968 e 1974, que resultaram em mortes e desaparecimentos de opositores políticos (BRASIL, 2009, p. 526). Mesmo o Brasil não fazendo parte da Convenção Americana de Direitos Humanos, no ano de 1970, 40 comunicações foram encaminhadas a CIDH referentes a nove casos, sendo oito de mortos e/ou desaparecidos políticos.

No entanto o governo do país fazia oposição à resistência e a qualquer investigação das responsabilidades, alegando não haver nenhuma violação dos Direitos Humanos no país. A partir de então, a comissão decidiu publicar no seu relatório anual recomendações endereçadas ao governo brasileiro, essas recomendações reiteravam indícios de práticas de tortura no qual o país se recusava a adotar as medidas recomendadas. A correspondência de seus familiares com a OEA ocorreu entre junho de 1974 e agosto de 1984, mas a ação não teve maiores desdobramentos no sentido de auxiliar a publicidade das violações de direitos humanos e garantir a proteção desses direitos, gerando apenas um discreto constrangimento político e moral ao Estado brasileiro. Estranhamente, a Comissão Interamericana passou a não publicar em seu relatório anual as conclusões e recomendações a respeito dessas denúncias. (BRASIL, 2009, p. 526)

Na busca pelos desaparecidos e pelos mortos houve o engajamento da igreja Católica através de D. Paulo Evaristo Arns, reunindo-se juntamente com os familiares de desaparecidos políticos e com o Ministro Chefe da Casa Civil, Golbery

do Couto e Silva em busca de informações sobre seus parentes. O Ministro ouviu caso a caso das histórias e lhe foi entregue dossiês de cada caso, que relatavam os dados obtidos sobre as prisões e os seqüestros de 22 desaparecidos.

Golbery prometeu dar uma resposta em 60 dias, o que não ocorreu, terminando o prazo. D. Paulo denunciou à promessa não cumprida a imprensa. “Os familiares continuaram a lutar e engajaram-se na campanha pela anistia desde seu início, quando esta foi proposta por D. Paulo Evaristo Arns em reunião próxima ao Natal de 1974, na Cúria Metropolitana de São Paulo” (BRASI, 2009, p. 628).

Em 30 de janeiro, as famílias foram a Brasília pedir apoio aos deputados, redigiram um apelo ao MDB onde pediam que continuassem as investigações sobre o destino dos desaparecidos e que criasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as violações dos direitos humanos. Em resposta aos apelos dos familiares, o governo resultou em uma nota e um pronunciamento do então ministro da Justiça, Armando Falcão, em 6 de fevereiro, quando forneceu explicações evasivas a respeito de 27 pessoas, sem esclarecer maiores informações.

As críticas às explicações evasivas de Armando Falcão partiram das famílias, da OAB, da Igreja, a OAB manifestou-se mediante uma nota oficial, na qual defendia a volta do estado de direito.

O MDB obteve assinaturas de 138 parlamentares do seu partido, o fez com que o ministro da Justiça, Armando Falcão, fosse à televisão para divulgar a investigação sobre as pretensas ligações entre o articulador da CPI e o Partido Comunista Brasileiro.

José Bonifácio de Andrada, então deputado (ARENA-MG), transmitiu a acusação de que 22 deputados eleitos pelo MDB teriam o apoio do PCB, levando 108 dos deputados do requerimento para a constituição da CPI retiraram suas assinaturas. O projeto não foi levado à votação no plenário. Diante dessas questões, a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita se constituiu num movimento eminentemente político que recebeu certo apoio popular e cuja adesão ocorreu, em grande medida, em função da extensa divulgação pública das denúncias a respeito dos crimes cometidos pela ditadura. Desde o início do processo de formação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) houve uma preocupação com a necessidade de popularização dessa luta, pois tal passo significaria a formação de um vigoroso movimento contra a ditadura. Os CBAs assumiram um compromisso unindo aos princípios do movimento: o esclarecimento circunstanciado das torturas, mortes e

desaparecimentos políticos; a devolução dos restos mortais às famílias; a atribuição das responsabilidades e a devida punição dos torturadores e assassinos de presos políticos; o desmantelamento do aparelho repressivo e o fim das chamadas “leis de exceção”, sendo considerada recíproca, por não ter anistiado os crimes dos torturadores.

Em 1975 é fundado o Movimento Feminino pela Anistia, já em 1978 têm o início das atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Fortaleza, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Ernesto Geisel, para deslegitimar a Campanha pela Anistia, promulgou a Lei de Segurança Nacional de nº 6620 de 17 de dezembro de 1978, essa Lei reduzia as penas de crimes cometidos contra a Segurança Nacional, o que permitiu a liberdade de muitos presos políticos. (BAUER. 2011, p 240)

Antes de ser promulgada a Lei de Anistia teve suas propostas negadas várias vezes dentro do Parlamento¹⁸, totalizando oito encontros para analisar 306 pedidos da emenda, foi aprovada a Lei de nº 6683/79, era um projeto com proposta do Executivo, ficando um grande desacordo entre as demandas das vítimas e dos familiares.

A provação da Lei 6683/79, ressalta Bauer (2011) não colocou um fim nas discussões, até então os presos políticos permaneceram encarcerados, o projeto aprovado não contemplava a totalidade dos presos políticos, mas anistiava todos os agentes de segurança.

O que ficava previsto que não se teria um questionamento do passado e nem o compromisso de aparato repressivo, pois o mesmo não seria investigado e nem julgado, abrangendo crimes políticos praticados em 1961 e 1979, seria uma lei de “duas mãos” (PIOVESSAN, 2010, p.99), na qual beneficiava torturados e vítimas. Desse modo, podemos observar duas faces da Anistia. Ainda podemos considerar que,

As anistias são geralmente incompatíveis com o dever dos estados de investigar tais atos; para garantir a não ocorrência de tais atos dentro de sua jurisdição; e para assegurar que não ocorram no futuro. Os estados não podem privar os indivíduos de seu direito a um recurso eficaz, inclusive a

¹⁸ Na maioria dos encontros não houve quorum suficiente para a aprovação de nenhuma medida [...]. No dia 22 de agosto de 1979, a proposta de Anistia da oposição política, elaborada pelo MDB, que fora derrotada por 209 a 194. No mesmo dia aconteceu a votação da emenda Djalma Marinho, que garantia maior abrangência para a lei, também derrotada por 206 votos contra 201. Sendo aprovado desta forma o projeto de Anistia proposto pelo Executivo (BAUER, 2011. p. 242)

possibilidade de compensação e plena reabilitação (COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS, 1992).¹⁹

Para os familiares essa Lei de Anistia marcava a perda definitiva de seus parentes, já que o governo concedeu um atestado de paradeiro ignorado ou de morte presumida, porém muitos mortos não voltaram sequer com um atestado de óbito. Com o passar dos anos, essa mobilização recebeu setores da sociedade civil, no qual foi ampliada e os militares cassados começaram a se organizar em entidades, entre elas destacamos, Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM) e Associação de Militares Incompletamente não Anistiados (AMINA).

Surgiram outros aspectos políticos delicados que emergem, e a inclusão em aberto dos desaparecidos, no entanto uma pauta ainda ficaria pendente, o não equacionamento da impunidade dos torturadores.

De acordo com Teles (2005²⁰) o conceito de Anistia remete a dois sentidos, sendo um deles o de Anamnesis (reminiscência) e o outro Amnésia (perda de memória), o que nos faz pensar que essa Anistia estava norteadada na intenção de esquecimento, mesmo na contemplação dos torturados.

Mesmo com essa pretensão, na perspectiva Cunha (2010) pondera que a Anistia teve alguns avanços, já que permitiu uma oxigenação política com a volta de milhares de exilados.

A primeira Anistia foi concedida pelas fortes pressões que o Governo de Figueiredo recebia no ano de 1979 (Lei nº 6.683/79). Com a promulgação da Lei de Anistia e considerando que os primeiros anos da década de 1980 foram tempos em que se tem uma transição política de ditadura para a democracia, era comum entre os familiares das vítimas da ditadura, a esperança de que os seus entes desaparecidos, reaparecessem.

Em alguns casos, vários dos que foram presos durante esse período sumiram o que levou o governo, reconhecer através da lei que estavam mortos. Entregando a seus familiares um atestado de morte presumida:

¹⁹ Recomendação Geral nº20, do Comitê de Direitos Humanos da ONU, sobre o artigo 7 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Disponível em: [http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/6924291970754969c12563ed004c8ae5?Opendocument](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/6924291970754969c12563ed004c8ae5?Opendocument)

²⁰ TELES, Janaína de Almeida, Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por "verdade e justiça" no Brasil (Dissertação de Mestrado em História Social, São Paulo, Depto. de História da FFLCH, USP, 2005)

No contexto de busca pelos que foram perseguidos e presos, começou a ser elaborada uma listagem das pessoas desaparecidas pelos familiares das vítimas, esse dossiê contabilizou 339 mortes e 144 desaparecimentos em 1980.

Em 1990, foi descoberta uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco em Perus, São Paulo, a prefeita Luiza Erendina criou uma Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Peru, essa iniciativa foi seguida pela abertura de uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, na Câmara Municipal de São Paulo e a formação de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos na Câmara Federal, juntamente com a aprovação da lei 9140/95, possibilitou a ampliação do Dossiê de 1984, que foi revisado, e publicado com o título Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos desde 1964.

Essa nova versão relacionou 321 mortes e 137 desaparecidos. Em 2009, o Dossiê foi publicado agora sendo nomeado de Dossiê ditadura: Mortos e desaparecidos, sendo registrados 69 novos casos (BAUER. 2011 p. 150).

A Anistia Ampla Geral e irrestrita em seu projeto inicial não somente negava o regime militar, mas a reincorporava a vida política e militar para aqueles que foram cassados injustamente. Embora muitos temas da Constituição recebeu um tratamento progressistas, isso não ocorreu no caso dos civil-militares (ZAVERRUCHA. 2010, p. 41), a constituição manteve prerrogativas militares não democráticas que estavam presentes na constituição autoritária passada.

A Constituição de 1988 descentralizou poderes e estipulou benefícios sociais semelhantes às democracias mais avançadas. Entretanto parte dessa nova constituição permaneceu semelhante à Constituição autoritária de 1967, e a emenda de 1969, principalmente nas cláusulas relacionadas às Forças Armadas, Policiais militares e estaduais.(ZAVERRUCHA. 2010, p. 44)

A manutenção do segredo sobre os crimes da repressão política tem sido prática de todos os governos civis instaurados desde o fim da ditadura. No período democrático, poucas medidas foram adotadas para garantir o conhecimento da verdade jurídica e a justiça.

Apesar de algumas iniciativas dos poderes Executivos e Legislativos no sentido de garantir alguma reparação às vítimas, manteve-se o veto ao acesso aos documentos públicos contidos nos arquivos dos órgãos de informação daquele período e, principalmente, o das Forças Armadas, de um lado se tinha a imprecisão das leis de informação, com negativas vindas dos comandos das armas, mais

também contraindo com a leniência explícita dos ministros civis, em manter esses documentos intocáveis, sendo essa uma grave situação, devido ao baixo retorno que a sociedade civil tem quando requisita estes documentos mesmo aparado pela lei.

No governo Sarney, se fez uma vista grossa para a ocultação desses documentos, de acordo com Figueiredo (2005) o SNI (Serviço Nacional de Informação), permanecia como peça central na condução política do país, mantendo suas atividades, já no governo de Fernando Collor é que se desmobiliza o serviço e que ganha outro nome.

São apenas nos primeiros governos eleitos de forma direta (Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) ambos por terem participação de forma direta com o Regime Militar, é que se apresenta um novo horizonte de possibilidades, assim, tem início a tentativa de conciliar os traumas da Sociedade brasileira.

Para Cunha (2010) a Assembléia Constituinte de 1988, possibilitou inegavelmente a ampliação da Anistia de 1979, na qual passou a ser abrangida o projeto de 18 de setembro de 1946 até a promulgação da Constituição, anistiando os atingidos pelo decreto Lei nº 864 de 12 de julho de 1969, ou seja, os participantes da Revolução Comunista de 1935 e a Campanha do Petróleo é Nosso também foram beneficiados com a Anistia.

Tanto a lei 9.140/95 destacada no próximo tópico, quanto à lei 11.111/05, foram iniciativas do Executivo, votadas em rito de urgência, sem que houvesse apresentação de emendas. Se a redemocratização poderia assegurar os direitos políticos, um limite claro se efetivou em relação aos direitos civis, entre os quais se destacavam o direito à justiça, que estabelece o direito de defender e afirmar todos os outros direitos em termos de igualdade, e o devido encaminhamento processual.

Nesse contexto, a luta dos familiares por verdade e justiça sobre as vítimas durante a ditadura no Brasil, é fundamental para a construção de uma consciência democrática pós-ditadura.

2.3. Lei de nº 9140/95: Reconhecimento do Estado pelas vítimas da ditadura

Após um longo período de silêncio os militares vão a público (BAUER. 2010, p. 283) para expor suas versões sobre a Ditadura Militar, mas especificamente falar sobre a repressão nesse período surge projetos de memórias.

O projeto de memória 'Os Anos de Chumbo' realizado pela fundação Getúlio Vargas, no Brasil, que entrevistou entre 1990 e 1992 militares direta ou indiretamente ligados ao regime, resultando na publicação de três livros; 'A Memória Militar sobre o Golpe'; 'A memória militar sobre a repressão'; e 'A memória militar sobre a abertura' (BAUER. 2010, p. 283).

Essas constatações feitas pelos militares são enfatizadas na busca pela memória nacional, se por um lado saíram vitoriosos na luta contra a subversão, no entanto perderam a batalha da memória sobre a Ditadura. Percebemos que havia de um lado a versão dos militares, o que leva a busca pelos relatos e perspectivas das vítimas e de seus familiares. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, um ex-exilado (1995-2002) o mesmo determinou ao ministério da Justiça que a questão aos direitos Humanos fosse tratada como política específica. Ainda em 1995, Nelson Jobim que na época era ministro da justiça recebeu os representantes da Comissão de Familiares de Presos Políticos, Mortos e Desaparecidos e do grupo Tortura Nunca Mais, tendo divulgada a Carta-Compromisso durante as Campanhas de 1994, resumida em 10 pontos que dizia:

1. Reconhecimento público formal pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade plena na prisão, na tortura, na morte e no desaparecimento de opositores políticos entre 1964 e 1985.
2. Imediata formação de uma Comissão Especial de Investigação e Reparação, no âmbito do Poder Executivo Federal, integrada por Ministério Público, Poder Legislativo, Ordem dos Advogados do Brasil, representantes de familiares e dos grupos Tortura Nunca Mais, com poderes amplos para investigar, convocar testemunhas, requisitarem arquivos e documentos, exumar cadáveres, com a finalidade de esclarecer cada um dos casos de mortos e desaparecidos políticos ocorridos, determinando-se as devidas reparações.
3. Compromisso de não indicar para cargos de confiança, pessoas implicadas nos crimes da ditadura militar e de afastá-las do serviço público.
4. Compromisso de abrir irrestritamente os arquivos da repressão política sob sua jurisdição.
5. Compromisso de anistiar plenamente cidadãos vítimas da ditadura e reparar os danos causados a eles e seus familiares.
6. Edição de lei incriminadora assegurando o cumprimento do artigo 5º, parágrafo III da Constituição Federal, que proíbe a tortura e o tratamento desumano e degradante.
7. Desmilitarização das Polícias Militares estaduais e sua desvinculação do Exército.
8. Aprovação do projeto de Hélio Bicudo, que retirava da Justiça Militar a competência para julgar crimes praticados contra civis.
9. Desmantelamento de todos os órgãos de repressão política.

10. Revogação da chamada Doutrina de Segurança Nacional.²¹

Durante esse primeiro encontro, elaborado desde a votação da Anistia, os familiares entregaram ao ministro o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, esse dossiê continha biografia, informações e circunstâncias das mortes e desaparecimentos. Os materiais foram obtidos através do acesso do Departamento de Ordem Polícia Social, abertos no começo da década de 1990.

O então chefe de gabinete do Ministério da Justiça e secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregório, foi o responsável de elaborar o projeto de lei, não sendo tramitado como Medida Provisória, e passaria por debate no Congresso Nacional antes de ser aprovado. Esta reivindicação partia dos familiares, “dar à sociedade e aos parlamentares a oportunidade de conhecer melhor os fatos ocorridos no país durante o período ditatorial” (BRASIL, 2007, p. 33).²²

Aos familiares foram garantidos pelo relator do projeto que seriam realizados todos os esforços para que a lei fosse abrangida, e os casos do dossiê seriam considerados como “lista oficial” de mortos e desaparecidos, criando assim uma Comissão Especial, que analisaria os novos casos que não constavam no dossiê, e as famílias teriam um integrante dentro da Comissão. Os familiares conseguiram garantir, no escopo da lei, a possibilidade de serem incluídos, outros mortos e desaparecidos que ainda não constavam do Dossiê.

Durante a elaboração da Lei, José Gregori contou com o auxílio da Comissão²³ de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, na qual percorreu vários estados realizando audiências públicas para ouvir familiares de vítimas, para obter informações detalhadas dos casos conhecidos, e buscando a existência de novos.

A elaboração da lista de desaparecidos políticos que constaria como anexo da lei, contava também com o Dossiê apresentado pelas famílias, e as anotações pessoais do relator, essas anotações foram realizadas na época que o mesmo

²¹BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. ,2007, p. 33

²²BRASIL. Secretária Especial dos Direitos Humanos. Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. 2007, p 33

²³Desde a Constituição de 1988, a abrangência da anistia foi se ampliando, em um longo processo ainda em andamento, cujo marco foi a criação da Comissão de Anistia, no Ministério da Justiça. Em abril de 2000, o então ministro da Justiça, José Carlos Dias, elaborou o texto de uma medida provisória que tratava de ações reparatórias. Seu sucessor, José Gregori, sintetizou o texto e, em 21 de maio de 2001, foi editada a Medida Provisória 2.151 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (DOSSIÊ DITADURA. 2009, p 24).

integrou a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, além de informações fornecidas por Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns, ambos reverendos e responsáveis pelo projeto Brasil Nunca Mais.

Para a elaboração do projeto de lei foram estabelecidos três pontos básicos: O Estado admitiria sua responsabilidade pelas mortes; reconheceria oficialmente os mortos e desaparecidos; pagaria as indenizações devidas, desde que a família assim o desejasse,

“O Estado é permanente, independente dos governos prenderem cidadãos, em vez de submetê-los a julgamentos, executá-los, é agir contra a lei. O Estado não protegeu quem estava sob custódia” (BRASIL, 2007, p.34).²⁴

Assim como traz Bauer (2010) no dia 8 de agosto de 1995, é aprovado o projeto de Lei nº 869, no dia que se completava 16 anos da Lei de Anistia. Todos os parâmetros da proposta estavam relacionados ao reconhecimento por parte do Estado, além de ser responsáveis pelas mortes e pelos desaparecimentos. Para os familiares este item significou o reconhecimento pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade no assassinato de guerrilheiros e opositores políticos²⁵.

O projeto de lei para os familiares não foi satisfatório, pois dos 152 nomes contidos no Dossiê que foi entregue ao ministro da Justiça, apenas 136 tinham responsabilidade do Estado. Sendo excluídos nesse primeiro momento os brasileiros que havia desaparecidos no exterior (Argentina, Chile e Bolívia), e três pessoas tratadas apenas por codinomes.

Para a apuração de novos casos, seria criada uma Comissão, que não receberia instrumentos ou poderes para apurar as circunstâncias dos mortos e desaparecidos. Para o pagamento das indenizações se exigia a apresentação de um atestado de óbito, algo dificultoso entre os familiares.

Sempre foi muito difícil o acesso a documentos probatórios. Aqueles obtidos para comprovar que o Estado era responsável pelas mortes foram procurados nos arquivos estaduais já abertos, livros dos cemitérios clandestinos, registros municipais e também aproveitando testemunhos de sobreviventes. Fragmentos foram recolhidos e juntados minuciosamente para reconstruir o histórico das mortes, mas o número de desaparecidos cujos corpos puderam ser localizados e identificados ainda é considerado ínfimo. (BRASIL. 2007. p, 38)

²⁴ BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. 2007, p.34

²⁵ BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Op. cit...p 37

Nas mortes e desaparecimentos dos casos constantes no Anexo I da Lei, o Estado reconhecia sua responsabilidade, assim como aqueles que seriam investigados pela Comissão Especial. Mas, não seriam investigadas as circunstâncias e nem os responsáveis pelos crimes, na qual prevalecia a “ideologia de conciliação”, vigentes desde a Lei de Anistia de 1979.

Para Nilmário Miranda, a Lei “era apenas uma legislação de caráter indenizatório, que precisava ser aprimorada. Declara formalmente a responsabilidade do Estado brasileiro, mas ninguém seria julgado” (BRASIL, 2007, p.35).²⁶

O projeto de lei foi pouco discutido no Executivo, sendo o mesmo lido no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 30 de agosto de 1995, e encaminhado a uma Comissão Especial no mesmo dia. A votação tinha caráter de urgência e nos dias 12 e 13 de setembro, as emendas foram votadas. No dia 19 de setembro retornou a Câmara e no dia 13 de novembro encaminhado ao presidente para sanção²⁷.

Os familiares redigiram um documento onde declaravam que “era direito de toda a sociedade brasileira, e não exclusivamente das famílias, resgatarem a verdade histórica. Essa não é uma questão humanitária entre os familiares e o governo, e sim uma exigência e um direito da sociedade” (BRASIL, 2007, p. 37).²⁸ Também pleitearam,

Esclarecimento detalhado (como, onde, porque e por quem) das mortes e dos desaparecimentos ocorridos; Reconhecimento público e inequívoco pelo Estado de sua responsabilidade em relação aos crimes cometidos; Direito de as famílias enterrarem condignamente seus entes queridos, visto caber ao Estado, e não a elas, a responsabilidade pela localização e identificação dos corpos; Inversão do ônus da prova: é dever do Estado, e não dos familiares, diligenciarem as investigações cabíveis, buscando provar não ser ele o responsável direto pelos assassinatos; Abertura incondicional de todos os arquivos da repressão sob jurisdição da União; Compromisso de não nomear e de demitir de cargos públicos todos os envolvidos nos crimes da ditadura; Inclusão de todos os militantes assassinados por agentes do Estado no período entre 1964 e 1985; Indenização como direito e, principalmente, efeito de todo o processo de luta. (BRASIL. 2007, p 37)

²⁶ BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Op. cit...p 35

²⁷ BRASIL. PL 869/1995. Dispõe. Sobre o reconhecimento como mortes de pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 à 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.2.camara.gov.br>. Acesso em 21 de maio de 2020

²⁸ BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Op. cit...p 37

A Lei nº 9140 é aprovada em 4 de dezembro de 1995, em seu primeiro artigo o Estado reconhecia 136 pessoas relacionadas no Anexo I como mortas, aos familiares ficavam o requerimento do atestado de óbito (BAUER. 2010, p. 311). Significando aos familiares o reconhecimento do Estado e sua responsabilidade nos assassinatos de guerrilheiros e opositores. No entanto a lei não obrigava o Estado a investigar os fatos, apurar a verdade, e proceder ao resgate dos restos mortais, e a identificar os responsáveis pelos crimes e punir os culpados, deixando às famílias as incumbências de apresentarem as provas dos crimes e os indícios da localização dos corpos dos militantes assassinados.

No décimo primeiro artigo da Lei, foi estipulado sobre o pagamento das indenizações, seriam calculadas através das expectativas dos mortos ou desaparecidos, considerando a idade à época dos acontecimentos, em nenhuma hipótese os pagamentos seriam inferiores a 100 mil reais. (BAUER. 2010, p. 312).

A Lei nº 1940 possibilitou duas modificações para os casos que de primeiro momento haviam sido negados pela justiça, somente em 14 de agosto de 2002, é que seria promulgada a Lei nº 10536, que se estendia o período de abrangência para 5 de outubro de 1988, e beneficiavam as mortes e desaparecimentos ocorridos até 15 de agosto de 1979, estabelecendo um prazo de 120 dias para o protocolamento de processos.

A medida provisória 176/2004, transformada em Lei nº 10875 de 1º de janeiro de 2004, possibilitando que as mortes e desaparecimentos ocorridos não apenas em dependências policiais, mas em centros clandestinos, manifestações públicas, conflitos armados, suicídio e também casos como as causadas pelas torturas, fossem reconhecidas como responsabilidade do governo.

Reuniram-se no dia 8 de janeiro de 1996, Miguel Reale Junior, Nilmário Miranda, Eunice Paiva, Suzana Keniger Lisbôa, Oswaldo Pereira Gomes, Paulo Gustavo Gonet Branco e João Grandino Rodas, com o objetivo de recolher em 120 dias, o maior número de informação sobre mortos e desaparecidos, integrando a CEMDP, que será trabalhada no próximo item, criada através da Lei 9140/95.

2.4.Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Instituída pela lei nº 9140/95, já citada acima, de dezembro de 1995, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), tem como principal função buscar soluções dos casos de desaparecidos e mortos políticos durante o Regime Militar, no período de 1961 e 1988.

Em 1996, foi publicado um dossiê dos mortos e desaparecidos políticos, este trabalho tinha por finalidade os esclarecimentos das mortes das pessoas que foram assassinadas ou que desapareceu no Brasil, a publicação desse material só foi possível graças aos grupos dos familiares que buscavam esclarecimentos das mortes e prisões no início dos anos de 1970.

A utilização da palavra desaparecido teve validade, para definir a condição das pessoas que foram sequestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, no entanto as autoridades jamais assumiram suas prisões, e as pessoas foram consideradas foragidas.

A Lei 9140/95 reconheceu 136 mortos e desaparecidos, através do dossiê que foi entregue pelos familiares como exposto anteriormente, ficando a CEMDP a incumbência de apurar novos casos, novas denúncias e outros registros²⁹.

No período de redemocratização o Estado cumpriu um papel de juiz ao fazer esse resgate em busca da memória e verdade. Os dossiês preparados pela CEMDP foram utilizados como ponto de partida para um rigoroso exame da Comissão Especial, que exigia depoimentos, que corroborassem com as denúncias para a realização de perícias científicas para se ter uma versão definida dos casos.

A luta dos familiares foi uma história longa e repleta de obstáculos. Mais de dez anos depois, persistindo na batalha permanente para obter informações e denunciar os crimes cometidos pelo Estado sob o regime militar, os brasileiros que buscavam o paradeiro de seus filhos, pais, irmãos e amigos desde os anos 70 reavivaram a esperança em 4 de setembro de 1990³⁰ com o descobrimento de uma vala no cemitério de Dom Bosco em São Paulo, as escavações revelaram que ali haviam sido depositadas 1049 ossadas, que provavelmente pertencera aos opositores políticos, pessoas enterradas como indigentes, entre outros. Nesse mesmo cemitério em 1979 haviam sido encontrados os restos mortais de Luiz Eurico

²⁹BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. , p 35, 2007, p. 17.

³⁰BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. p 35. 2007., p. 32

Tejera Lisbôa, o primeiro desaparecido político a ser localizado, depois de a viúva, Suzana Keniger Lisbôa, perseguir pistas durante sete anos.

A escavação ficou por conta da prefeita da cidade Luiza Erendina, que assumiu a mesma e criou uma CPI para apurar toda investigação. Durante o mandato do presidente Fernando Collor em 1992, depois de grande pressão das famílias, foi liberado para as mesmas os arquivos do DEOPS/SP, o que possibilitou as consultas dos familiares, advogados e jornalistas.

Com as novas fontes de pesquisa, o dossiê organizado pelos familiares foi ampliado com muitos dados relevantes. Papéis localizados no arquivo paulista permitiram, por exemplo, descobrir o local de sepultamento do desaparecido Ruy Carlos Vieira Berbert, enterrado com nome falso em Natividade de Goiás. Nesse período, também foram abertos os arquivos do DOPS de Pernambuco, em seguida os do Paraná e depois os do Rio de Janeiro, tendo os governos de Pernambuco e São Paulo imprimido para publicação o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 1964 (BRASIL, 2007. p. 32).

Sobre a abertura dos arquivos,

A chegada da oposição aos governos estaduais também estimulou a abertura dos arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social. A situação, de estado para estado, foi diferente. Houve casos de destruição de acervos, assim como de criação de inúmeros impedimentos para que a documentação fosse aberta à consulta pública (DIAS. 2012 p. 158).

Nos anos de 1990, o tema dos direitos à memória e à verdade voltou a ganhar visibilidade, o deputado e ex-presos político Nilmário Miranda criou uma Comissão de Representação Externa da Câmara para acompanhar as buscas no Cemitério de Perus e apoiar as famílias dos mortos e desaparecidos, essa comissão funcionou por três anos e permitiu que esse assunto ganhasse divulgação. Nilmário Miranda ainda em 1995 criou o projeto instituindo a Comissão Permanente de direitos Humanos da Câmara Federal que assumiria o reconhecimento do Estado Brasileiro de ser o responsável em relação às torturas e assassinatos de opositores do regime de 1964.

A CEMDP era composta por sete integrantes, um deputado da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, um membro ligado as vítimas da ditadura, um representante das forças armadas, e um membro do ministério público federal, além de três pessoas escolhidas pelo presidente da República. Os trabalhos da Comissão

começaram no dia 8 de janeiro de 1996, a partir dessa data começaram uma revisão de duas décadas da história deliberadamente escondidas³¹.

Os integrantes tinham por finalidade o trabalho de montar processos, anexar documentos e elaborar um relatório com explicações sobre as circunstâncias das mortes. O acesso aos documentos era difícil, os mesmos foram procurados nos arquivos estaduais já abertos, livros encontrados nos cemitérios clandestinos, além de testemunhos de sobrevivente, esses documentos eram juntados para reconstruir o histórico de mortes, porém o número de desaparecidos cujos corpos puderam ser localizados e identificados ainda era considerado ínfimo,

Com lupas, respirando o ar viciado e o mofo dos arquivos, os parentes dos mortos reviravam papéis amarelados, garimpando detalhes perdidos em caudalosos textos de linguagem técnica ou dissimulada, em especial nos arquivos do DOPS de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Também as fotos dos corpos coletadas no Instituto Médico Legal (IML) foram fundamentais para que médicos legistas emitissem laudos comprovando as marcas de tortura (BRASIL, 2007, p. 39).

Essa situação revela o longo trabalho que a CEMDP teve, além de se concentrar também na busca dos corpos, se tornando uma árdua tarefa e sendo o trabalho desgastante, já que em muitos casos os recursos eram pouco e os lugares ínfimos. Com a Medida Provisória 176/2004, que foi transformada em Lei nº 10.875/04, algumas mudanças ocorreram dentro da Comissão. A nova lei abrangia os casos de mortes recorrentes de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do Poder Público³², como a morte de José Idésio que ocorreu em um conflito com policiais na ditadura, além de suicídios cometidos, antes da promulgação da lei, qualquer processo que indicassem tais atos, perdia o direito ao reconhecimento e indenização.

Maria do Rosário, deputada federal do Rio Grande do Sul em 2004, e representante da Câmara da CEMDP entre 2003 e 2006, via a Comissão, “como responsável pela recuperação de uma história do país, feito pelo próprio Estado, que travou e ainda trava luta com setores do poder público pelo direito fundamental à verdade e a memória.”(BRASIL, 2007, p. 44).

³¹BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. .,2007, p. 38

³²BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. .,2007, p. 44

Celso Nenevê, policial civil da Polícia Técnica do Distrito Federal e perito criminal que analisou o laudo necroscópico do caso de José Idésio através da solicitação de Nilmário Miranda, Nenevê se dedicou na conferência de fotos dos corpos e laudos legistas, fornecendo e apresentando contradições cruciais sobre registros fraudulentos. Por conta dessas ações foi prejudicado em sua carreira e perdendo até oportunidades, mas nunca cobrou por seus serviços na busca de informações sobre desses casos.

Na visão de Belisário dos Santos Junior, os trabalhos e as manifestações da Comissão Especial, “contribuíram para amenizar, em certa medida, a dor das famílias que tiveram membros mortos ou desaparecidos” (SANTOS JUNIOR, 2007, p. 45)³³. Tendo um órgão do Estado reconhecendo a morte ou o desaparecimento de pessoas, surgem consequências jurídicas. Desse modo, tendo acesso a um atestado de óbito que por muito se foi negado, os familiares sentem a resposta do Estado, como se fosse um pedido formal de desculpas. Ainda conforme avaliação de Santos Junior, infelizmente a questão das mortes e desaparecimentos políticos não chega a ser um tema uma pauta de nossa democracia. A sociedade parece ter aceitado a tese de que a Anistia se estendeu aos torturadores – “o que juridicamente é equivocado, pois o conceito de crimes conexos trazido pela Lei de Anistia de 1979 não tem o condão de beneficiar os autores de tortura e outros crimes do mesmo tipo, como, os desaparecimentos forçados” (BRASIL, 2007, p. 45).

A CEMDP vem desempenhando seu trabalho há mais de 20 anos, dando contribuição para a vida democrática brasileira, concluindo quase todos os casos apresentados, e garantindo a reparação indenizatória aos familiares das vítimas, contribuindo para a história e memória do país.

No ano de 2006 a Comissão encerrou uma longa etapa da sua primeira de suas atividades, concluindo a fase de análise e investigação e julgamento dos processos relacionados aos 339 casos de mortos e desaparecidos, esses números, somam com os 136 já anexados na Lei 9140/95.

2.5. Comissão Nacional da Verdade

³³ SANTOS JUNIOR, BELISÁRIO DOS, Depoimento. In: *Direito à verdade e memória*. 2007, p. 45

A CNV surge no processo de promover e apurar as graves violações de Direitos Humanos, fixado pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da constituição federal, em consonância com o 3º Programa de Direitos Humanos (PNDH-3) lançado em 2009. A CNV soma-se também com o esforço das famílias dos mortos e desaparecidos políticos que não mediram esforços na busca de esclarecimentos. No dia 13 de janeiro de 2010, o grupo de trabalho foi instituído com a finalidade de elaborar o anteprojeto de lei para criar a CNV, sobre a presidência de Erenice Guerra, as ações da CNV visaram ao fortalecimento das instituições democráticas, onde procurava beneficiar, em um primeiro plano, toda a sociedade.

No contexto da passagem do cinquentenário do golpe de Estado, a CNV atuou com aconvicção de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de detenção ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, bem como a identificação de sua autoria e dos locais relacionados à prática dessas graves violações de direitos humanos,

A CNV situou o Brasil entre as dezenas de países que, diante de múltiplos mecanismos da Justiça de Transição, criaram uma comissão da verdade para lidar com o legado de graves violações de Direitos Humanos. Com a significativa presença que detém no cenário internacional, o reconhecimento do Estado brasileiro de que o aperfeiçoamento da democracia não prescinde do tratamento do passado, mas fortalece a percepção de que sobram no mundo cada vez menos espaços para a impunidade.

O tempo também adquire relevância por permitir que a CNV se beneficiasse dos esforços permanentes tanto de vítimas e de seus familiares e amigos na busca de memória, verdade e justiça, como das instituições que a precederam e conduziram o Estado a assumir a responsabilidade por graves violações de direitos humanos – como a CEMDP, a Comissão de Anistia e as comissões estaduais de reparação.

A Comissão Nacional da Verdade também atua como mecanismos oficiais de operação que investigam abusos e violações dos direitos humanos. Utilizadas no mundo como forma de esclarecer um determinado passado histórico, tendo como prioridade ouvir as vítimas de violência, e ao mesmo tempo em que dá lugar para o conhecimento do padrão abusivo, por meios da versão dos perpetradores dessas

violências. A Comissão da Verdade são órgãos temporários, investidos de poderes o que facilita identificar, reconhecer fatos ocorridos, pessoas que participaram e sofreram essas violências. Sua finalidade é a produção de relatórios para ajudar a sociedade a ter o conhecimento sobre os regimes que os oprimiu e violou³⁴.

A Comissão Nacional da Verdade se reinsere no debate social em relação à questão do autoritarismo e suas nefastas consequências, promovendo a reflexão e prevendo a eventualidade de políticas públicas. A primeira Comissão que se têm conhecimento foi a de Uganda em 1974.

A Comissão dá o direito das vítimas de contarem sua própria verdade, o primeiro objetivo da Comissão da Verdade é descobrir, esclarecer e reconhecer abusos do passado, dando voz às vítimas, de grosso modo seria fazer um registro apurando o passado através dos testemunhos das vítimas, dando voz aos que por muito tempo permaneceram em silêncio, constituindo a história silenciada de um período.

Os resultados finais da Comissão da Verdade são considerados “verdade histórica” em contraposição à “verdade judicial”. No dia 21 de dezembro de 2009, constituiu o grupo de trabalho (GT), formado por representantes da Casa Civil, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Secretaria de Direitos Humanos e Sociedade Civil, foi esse GT que elaborou um projeto de lei que instituía a Comissão Nacional da Verdade.

No final de abril em 2010, foi elaborado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva o projeto de Lei nº 7.376, sendo enviado ao Congresso Nacional no dia 12 de maio do mesmo ano e aprovado, de acordo com o projeto de lei, a Comissão Nacional da Verdade teria como competência de:

Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violações de Direitos Humanos ocorridas nesse período. Promover, com base em seus informes, a reconstrução histórica dessas violações e incentivar a revelação de informações e documentos; Identificar e tornar públicas as estruturas e locais utilizados para a prática dessas violações, suas ramificações nos diversos aparelhos do Estado e em outras instâncias da sociedade; Divulgará os procedimentos oficiais utilizados, contribuindo, dessa maneira, para o esclarecimento das circunstâncias nas quais ocorreram casos de tortura, mortes e desaparecimentos. (COMISSÃO DA VERDADE NO BRASIL, p 19)

³⁴ Comissão da Verdade no Brasil, p. 08.

O desejo de conhecer a verdade sobre o passado não decorre de um espírito revanchista, mas sim do afã de divulgar a verdadeira história para que ela não se repita nunca mais, abaixo segue o texto do projeto da Lei nº 7376

Cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Art. 2º A Comissão Nacional da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por sete membros, designados pelo Presidente da República, entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

§ 1º Os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, a qual será considerada extinta após a publicação do relatório mencionado no art. 11.

§ 2º A participação na Comissão Nacional da Verdade será considerada serviço público relevante.

Art. 3º São objetivos da Comissão Nacional da Verdade:

I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;

II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;

III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V – colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições das Leis nos 6.683, de 28 de agosto de 1979, 9.140, de 1995, e 10.559, de 13 de novembro de 2002;

VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Art. 4º Para execução dos objetivos previstos no art. 3º, a Comissão Nacional da Verdade poderá:

I – receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitado;

II – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer

grau de sigilo;

III – convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV – determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;

V – promover audiências públicas;

VI – requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça, em razão de sua colaboração com a Comissão Nacional da Verdade;

VII – promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; e

VIII – requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

§ 1º As requisições previstas nos incisos II, VI e VIII serão realizadas diretamente aos órgãos e entidades do Poder Público.

§ 2º Os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Nacional da Verdade não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo.

§ 3º É dever dos servidores públicos e dos militares colaborar com a Comissão Nacional da Verdade.

§ 4º As atividades da Comissão Nacional da Verdade não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

§ 5º A Comissão Nacional da Verdade poderá requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

Art. 5º As atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção de sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, vida privada, honra ou imagem de pessoas.

Art. 6º A Comissão Nacional da Verdade poderá atuar de forma articulada e integrada com os demais órgãos públicos, especialmente com o Arquivo Nacional, a Comissão de Anistia, criada pela Lei no 10.559, de 2002, e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei no 9.140, de 1995.

Art. 7º Os membros da Comissão Nacional da Verdade perceberão o valor mensal de R\$ 11.179,36 (onze mil, cento e setenta e nove reais e trinta e seis centavos) pelos serviços prestados.

§ 1º O servidor ocupante de cargo efetivo, o militar ou o empregado permanente de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, designados como membros da Comissão, manterão a remuneração que percebem no órgão ou entidade de origem acrescida da diferença entre esta, se de menor valor, e o montante previsto no caput.

§ 2º A designação de servidor público federal da administração direta ou indireta ou de militar das Forças Armadas implicará a dispensa das suas atribuições do cargo.

§ 3º Além da remuneração prevista neste artigo, os membros da Comissão receberão passagens e diárias, para atender aos deslocamentos, em razão do serviço, que exijam viagem para fora do local de domicílio.

Art. 8º A Comissão Nacional da Verdade poderá firmar parcerias com instituições de ensino superior ou organismos internacionais para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 9º Ficam criados, a partir de 1º de janeiro de 2011, no âmbito da administração pública federal, para exercício na Comissão Nacional da Verdade, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores:

I – um DAS-5; II – dez DAS-4; e III – três DAS-3.

Parágrafo único. Os cargos previstos neste artigo ficarão automaticamente extintos após o término do prazo dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, e os seus ocupantes, exonerados.

Art. 10º A Casa Civil da Presidência da República dará o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão Nacional da Verdade.

Art. 11º A Comissão Nacional da Verdade terá prazo de dois anos, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.

Art. 12º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2007, p. 26-31)

2.5.1 Comissão Estadual da Verdade no Paraná

Instituída pela Lei Estadual nº17362 de 27 de novembro de 2012, sancionada pelo governador Carlos Alberto Richa. A comissão tentou investigar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas no estado do Paraná, entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, estipulados pela Lei nº 12528/2011. A Comissão Estadual da Verdade do Paraná direcionou seus trabalhos para tratar contra o esquecimento e sobre a verdade, em relação aos casos da Ditadura Militar e o processo de transição democrática, além de investigar, reparar e punir crimes praticados.

Foi um árduo trabalho de investigação e coleta de documentos, sobretudo do significativo testemunho dos cidadãos que sofreram torturas, prisões e demais violações de direitos humanos, principalmente no período da ditadura civil-militar de 1964. Sem dúvida, o processo de dar voz às vítimas das violações ou a seus familiares foi o mais relevante. Rememorar os acontecimentos e os detalhes foi uma ação de luta contra o esquecimento. (Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. Vol 2. 2017, p. 12)

O relatório foi organizado em onze capítulos contendo dois volumes, resultado das investigações realizadas pelo GT (Grupo de Trabalho). O primeiro volume consiste em seis capítulos: inicialmente, um breve resumo das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban; o segundo capítulo, “Ditadura, sistemas de justiça e repressão”, contempla os trabalhos de Daniel de Oliveira Godoy Junior, Maria Aparecida Blanco de Lima e Olympio de Sá Sotto Maior Neto; o terceiro capítulo trata das “Graves violações de direitos humanos” e foi elaborado por Vera Karam de Chueiri, José Antônio Peres Gedieli,

Eduardo Faria Silva e Heloisa Fernandes Câmara. O quarto capítulo relata as “graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas”, coordenado por Olympio de Sá Sotto Maior Neto; o tema “Graves violações de direitos humanos no campo” intitula o quinto capítulo, coordenado por Olympio de Sá Sotto Maior Neto e Angelo Aparecido Priori; finalmente, o sexto capítulo trata da “Segurança pública e militarização”, coordenado por Pedro Rodolfo Bodê de Moraes e Silvia Calciolari. O segundo volume foi organizado em cinco capítulos: o primeiro intitulado “Operação Condor” e o segundo “Outras graves violações de direitos humanos”, ambos coordenados por Ivete Maria Caribé da Rocha e Norton Nohama; o terceiro capítulo, coordenado por Márcio Mauri Kieller Gonçalves e Roberto Elias Salomão, trata dos “Partidos políticos, sindicatos e ditadura”; por fim, a seção “Textos temáticos” contempla dois capítulos: “Flávio Suplicy de Lacerda”, escrito por Fátima Branco Godinho de Castro e “O papel das igrejas durante a ditadura civil-militar”, que contou com a colaboração de Maria Aparecida Blanco de Lima, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Angelo Aparecido Priori, Jefferson de Oliveira Sales, Raquel de Souza Ferreira Osowski e Mauro Domingues dos Santos³⁵.

A Comissão Estadual da Verdade do Paraná, desde a data da sua instalação coletou 106 depoimentos durante 14 audiências públicas realizadas nas cidades de Foz do Iguaçu, Apucarana, Curitiba, Cascavel, Londrina, Umuarama, Maringá e Papanduva (SC), os procedimentos incluíram oitivas individuais e coletivas, audiências públicas, visitas, pesquisas documental e bibliografia, além de participação em eventos sobre a memória, verdade e justiça, foram ouvidas individualmente pessoas, vítimas e familiares das vítimas, incluindo Maria Isabel irmã de Idésio, além de agentes do Estado que atuavam em favor do Regime Militar.

No contexto de uma comissão da verdade, a narrativa dos fatos pelas vítimas, seus familiares, como também pelos seus algozes, permite a reconstrução do passado em outros termos que não aquele narrado oficialmente pelo Estado, em circunstâncias de um verdadeiro terrorismo de Estado e da obliteração da verdade, em nome de razões forjadas na exceção do direito, da política e da justiça. Também o acesso aos arquivos e neles os documentos disponibilizados pelos governos federal, estadual e municipal, bem como alguns arquivos de particulares, permitiu a pesquisa sobre os fatos investigados por esta Comissão da Verdade do Paraná – Teresa Urban. (Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. Vol 1. 2017, p. 38)

³⁵ Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017, p 13

Ao pensar nessas leis e nesse processo de transição política, percebe-se que os familiares passaram por um longo processo de luta, em busca dos arquivos referentes à Ditadura Militar, muitos desses familiares ainda hoje estão em busca dos corpos de seus entes, e ainda lutam por justiça e reparação do Estado. A trajetória de José Idésio, parte do processo de luta, na busca da sua ossada, já que o mesmo foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa. No próximo capítulo será analisada a busca de seus restos mortais por seus pais, e o processo de municipalização em torno de sua imagem, em busca de reviver sua vida, através das homenagens feitas pelos alunos da Escola Municipal destacando a importância da memória social e coletiva.

CAPÍTULO III

A VIDA DE JOSÉ IDÉSIO BRIANEZI

Ao estudarmos sobre trajetórias individuais, precisamos estar atentos e sermos cuidadosos. Quando, no presente, olhamos para uma trajetória de vida no passado, devemos nos atentar tanto aos fatos históricos do período narrado, quanto nos momentos que sucedem esses fatos, pois existe uma distância entre a experiência do viver e a expectativa sobre o futuro. Giovanni Levi(2012) aponta que os historiadores inseriram uma linearidade que gerou uma simplicidade ao personagem biografado:

O problema da biografia e da maneira como ela foi incorporada nos estudos históricos consiste em que assumimos uma linearidade que imprime muita simplicidade aos personagens que estudamos. Podemos nos deter a pensar nisto num momento: nós definimos nossa identidade todas as manhãs em frente ao espelho, não temos uma identidade fixa, coerente, pois sempre, todos os dias, enfrentamos variações eleições, discussões e contradições. Nesse sentido, o tema que considero central na biografia é a incerteza, e os historiadores a aboliram completamente de sua atividade. Em lugar de buscar a complexidade, os historiadores assumem que os indivíduos enfrentam o mundo de maneira totalmente ativa e racional (LEVI, 2012, p.172).

Ao fazer a biografia de um indivíduo, a principal distorção é acreditar que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade limitado, no qual não sofrem com incertezas, tendo uma personalidade coerente e estável, como ainda afirma Levi (2012):

[...] nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. [...] contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas (LEVI, 20012, p. 169).

Isso ocorre, porque trabalhamos com documentos, e esses documentos se tratam de fragmentos da vida das pessoas, Levi (2012) ressalta que “os documentos se criam só de ações ou coisas que ocorreram. Dificilmente um documento reflete a indecisão, a dúvida ou a incerteza” (LEVI, 2012. p.170).

Tendo em vista a necessidade de nos atentarmos a esses cuidados metodológicos sobre a biografia, buscamos compreender a trajetória de vida de José Idésio Brianezi

Procuramos destacar suas atividades no período ditatorial, sua luta pela a redemocratização e como consequências de suas atividades, sua morte. No entanto, partimos da perspectiva que busca analisar a influência de José Idésio em Apucarana, por meio das políticas de memórias³⁶. Destacamos a municipalização da Escola Municipal José Idésio Brianezi na cidade, a construção de um monumento na mesma, além, das homenagens realizadas na Escola pelos alunos do 5º ano.

Para falar sobre a vida e morte de José Idésio tivemos os depoimentos cedidos através dos documentos, Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, publicado em 1996; o livro: Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, publicado em 2007, e o Livro Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985) de 2009. Foram utilizados os depoimentos do Pai de José Idésio e alguns companheiros de luta, esses depoimentos estão presentes na obra de Milton Ivan Heller: Resistência Democrática a repressão no Paraná de 1988, já utilizado no primeiro capítulo, além de uma entrevista com a irmã de José Idésio, realizada em março de 2019.

No que decorre das homenagens, ao se tratar de tal temática recorreremos à pesquisa de campo e entrevistas e ao jornal Tribuna do Norte. Na pesquisa de campo realizada no dia 19 de março de 2019, fotografamos e filmamos as apresentações.

No tocante das entrevistas conversamos Adriana Beletatti diretora da Escola Municipal José Idésio Brianezi, Valéria Cardoso, professora do 5º ano e responsável pela apresentação, e Jordana Mendes, professora de música, responsável pelas canções e por ensaiar as crianças, essas entrevistas ocorreram dias antes da apresentação no dia 03 de março de 2019, já a entrevista com a Suzimara Carvalho da Cruz Oláh de Almeida Lima, professora do município que já foi diretora da Escola, ocorreu no dia 20 de maio de 2020, e foi por meio do whatsapp devido à pandemia.

³⁶ Discussão que abrange o *Capítulo 2*.

3.1 Biografia

Na cidade de Londrina no Estado do Paraná no dia 23 de março de 1946 nasceu José Idésio Brianezi, segundo filho de José Paulino Brianezi e América Tomioto Brianezi, irmão de Maria Izabel Brianezi, se mudando para Apucarana com toda a família, onde fez o primário, o ginásio³⁷ e o segundo grau na escola Técnica de Comércio, em Jandaia do Sul, município próximo à cidade. Concorreu à presidência da União dos Estudantes em 1966, foi atuante do Movimento Estudantil de Jandaia do Sul, e na cidade de Apucarana lutou contra o ensino pago deflagrado em 1968. No mesmo ano, participou do XIX Congresso da União Paranaense dos Estudantes Secundários³⁸ na cidade de Cornélio Procópio- PR, tendo se destacado como uma das lideranças de oposição entrou para a diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), no Estado de Minas Gerais.

Ainda no ano de 1968, representou a cidade de Jandaia do Sul no Congresso da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES), no mesmo ano, passou a integrar a dissidência no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Apucarana, permanecendo integrado a esta organização até setembro do mesmo ano.

Em abril/maio de 1968 foi chamado ao quartel do Exército de Apucarana para prestar esclarecimentos de suas atividades políticas no meio estudantil.

Trabalhou na secretária do Colégio Sete de Setembro³⁹ de Apucarana, no entanto, devido à invasão de fechamento da UEA em dezembro de 1968, pelo regime militar, torna-se insustentável a sua permanência na cidade, mudando-se para São Paulo-SP onde em janeiro/fevereiro de 1969 se integrou à ALN ao lado de Antônio dos Três Reis Oliveira, outro paranaense assassinado em 1970, que compõe a lista dos desaparecidos políticos até hoje.

³⁷ adjetivo de dois gêneros

Relativo a ginásio; Diz-se de ou o uso composto pelos quatro anos seguintes ao primário (atualmente ensino fundamental)

³⁸ A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), fundada em 25 de julho de 1948, na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, é a entidade que congrega e representa todos os estudantes de instituições de ensino fundamental e ensino médio, ensino técnico e ensino pré-vestibular do Brasil. Disponível em: <https://ubes.org.br/Acesso> em: 31 de maio de 2020

³⁹ Tudo começou em 1967 com o Colégio Sete de Setembro, oferecendo um Curso Supletivo de I Grau e em 1969 o Curso Supletivo para II Grau. Em 1974, amplia seus horizontes instalando-se na Vila Nova, onde hoje funciona o Colégio Platão. Disponível em: <http://plataoapucarana.com.br/new/institucional/>. Acesso em: 20 de maio de 2020

3.2. Ideologias e enfrentamentos

Como destacamos anteriormente, José Idésio teve uma ampla participação política dentro do cenário político da história do Brasil, se engajando em movimentos estudantis e se destacando com uma das lideranças, desagradando os militares tanto dentro em Apucarana como no Brasil de modo geral. No primeiro capítulo dessa dissertação, no subtópico a *Ditadura em Apucarana*⁴⁰ destacamos os movimentos como MR-8 e a ALN, esses foram movimentos que José Idésio participou, e tinham por objetivos o fim do Regime Militar.

Dentro de sua participação política, a militância junto a ALN, merece um maior destaque por ser tomada como um dos exemplos de maior representatividade dentro da conjuntura nacional da época da ditadura militar.

A ALN criada por Carlos Marighela, em 1967 quando esse estava em Cuba tendo sua origem nas dissidências do PCB, uma dessas dissidências girava em torno de Marighela, crítico da linha partidária, e não pretendendo se desligar do PCB. No entanto, sua aproximação com a Revolução Cubana, e com grandes perspectivas de guerrilha teve como consequência sua expulsão em 1967.

Nesse ano participava de uma conferência em Cuba que dera início a Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS). De início com o codinome Agrupamento Comunista, a ALN tinha por objetivos a adoção da guerrilha como único caminho da luta contra a ditadura militar (SALES. 2008 p. 210.), algo que não foi acatado por alguns integrantes do PCB que desejavam uma luta partidária e não armada. Essa guerrilha seria uma vanguarda revolucionária, na qual Marighela anunciava que era uma organização revolucionária do tipo clandestina, pequena, bem estruturada, flexível e móvel.

Dentro da estrutura da organização, havia três princípios que seus membros deveriam seguir; o primeiro princípio referia-se ao dever de que todo membro deveria fazer revolução; o segundo princípio baseava-se no não pedir licença para atos revolucionários; e por fim o terceiro princípio ter compromisso apenas com a revolução.

Na estrutura da ALN, havia divisão de grupos, esses grupos eram divididos em trabalhos específicos, entre eles o Grupo de Trabalho Estratégico (GTE)

⁴⁰Página 50.

responsável pelo planejamento e de implantar uma guerrilha rural; Grupo Tático Armado (GTA) voltado para as ações armadas; e o GA Grupo de Ação (GA) ligado ao trabalho de massa, havia ainda grupos independentes, eram setores que davam apoio ou eram simpatizantes com a ALN.

Dentre esses grupos José Idésio era chefe de uns dos GTAs, ou seja, possuía relações com atividades voltadas às ações armadas.

É difícil falar em números de membros dentro da ALN, que desde seu surgimento esteve na clandestinidade, “Normalmente afirma-se que foi a maior das organizações da esquerda Armada” (SALES. 2008, p, 212).

No entanto, mesmo com toda essa significação só em 1967 que a ALN se desencadeou com uma organização de guerrilha. Sua primeira ação no interior de São Paulo teve a intenção de angariar fundos para a guerrilha, essas ações ocorriam de formas anônimas, tendo a ideia de fazer a polícia pensar que eram crimes realizados por bandidos.

Dentre essas ações a ALN praticou muitos assaltos em bancos, intensificados durante os anos de 1968, os membros da organização praticavam assaltos, essas ações eram chamadas de expropriações pelos revolucionários, ou seja, eles julgavam que estavam expropriando os grupos capitalistas para fazer a revolução em nome do povo, e ao mesmo tempo buscavam áreas adequadas para a implantação de futuras bases.

No final de 1968, a existência da organização foi descoberta pela polícia, fato que aconteceu devido à prisão de um dos participantes durante um assalto, que sob tortura relatou as atividades aos policiais. Mesmo com o ocorrido a atuação da guerrilha não diminuiu. “Isso porque de um lado a polícia não estava preparada para lidar com esse tipo de ação, e por outro a ALN se fortaleceu mais ainda no primeiro semestre de 1969” (SALES, 2008.p, 212).

No ano de 1969 foi o ano que a ALN participou juntamente com o MR-8 no sequestro do embaixador norte americano Charles Burke Elbrick, no Brasil, tornando Marighela logo um alvo para a ditadura e se caracterizando como inimigo nº 1⁴¹ do governo, tais fatos desencadearam em uma emboscada que levou ao seu assassinado em novembro de 1969, tendo como sucessor na liderança da ALN, Joaquim Câmara Ferreira. .

⁴¹ Revista Esboço, Florianópolis, v. 18, n.26, p. 158, dez. 2011.

O que podemos apontar é que a ALN foi pensada como um elemento que faria frente na luta ampla contra o Regime militar, na qual a saída para o Brasil se daria através da luta armada e do caminho revolucionário, preparando uma insurreição armada do povo.

Assim partiam de uma perspectiva da substituição do governo ditatorial por um governo que assegurasse a independência, sendo possível, segundo essa organização por via armada e com a união das forças populares. Se tornando um dos exemplos de influência exercido pela Revolução Cubana sobre a esquerda revolucionária brasileira.

É diante desse contexto, que encontramos documentos que relatam o envolvimento de José Idésio em um dos confrontos armados em 1969. Em depoimento a Marcelo Godoy, Absalon Moreira Luz que era soldado da antiga Força Pública, e tendo o que se chama de bom comportamento, foi mandado para a OBAN, no ano de 1969, apresentou-se na Casa da Vovó (já mencionado sobre sua estrutura e organização no primeiro capítulo) ao Tenente Carlos, da Polícia Militar.

Seguimos com um fragmento do depoimento,

Ele conta que o nome do homem que lhe acertou um tiro no peito era José Idésio Brianezi, um estudante nascido em Londrina, que tinha 24 anos, e havia ingressado na ALN em 1969. Logo ele se tornou chefe de um dos Grupos Táticos Armados da organização. Brianezi era conhecido pelos colegas como Mariano e esteve em ações como roubos a banco e assaltos a viaturas da Polícia Militar. Nos dias seguintes ao roubo de uma agência do Bradesco, na Vila Leopoldina, três integrantes de seu GTA foram presos pelo DOI, que teria assim descoberto a pensão em que Brianezi morava na Rua Itatins, 88, perto do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo (GODOY. 2014 p.178).

Luz evidencia que José Idésio era membro da ALN, e chefe de um dos grupos que a organização era dividida. O depoente, Luz ainda relata como foi realizada a operação que levaria à morte de José Idésio. Nossa narrativa direciona-se na constituição da emboscada apresentada por Luz a Godoy. Segundo Luz, o Tenente Carlos deixou três praças na vigilância, Neydson ficou aguardando no carro, enquanto os sargentos entravam na pensão que o militante morava. O dono da pensão foi quem indicou aos policiais qual dos meninos que ali moravam era o procurado, dando ainda auxílio aos policiais para a captura do mesmo. O pensionista ainda preparou um cômodo do outro lado do pátio cuja janela era possível ver a entrada do quarto do militante. Às 21 horas, avistaram o alvo e ao perceberem as

luzes acesas, esperaram cinco minutos e bateram na porta, “Brianezi não respondeu. Bateram de novo e o chamaram pelo nome” (GODOY. 2014 p. 179).

Os militares estavam portando apenas revólveres, e de novo insistiam para que abrisse a porta, dizendo ser a Polícia. José Idésio abriu a porta e,

Ele deu o primeiro tiro e eu avancei nele e nós nos atracamos. Ele era um moço alto e eu sou de estatura baixa [...] Meu revólver só deu um tiro, pois uns dias antes ele tinha enguiçado e eu não prestei atenção, pois era um [calibre] 32 ainda, que era meu, particular, e quando aconteceu, que ele [Brianezi] nos atacou e não aceitou a voz de prisão, ele descarregou o revólver em cima de mim e do outro [sargento] e eu só dei um tiro, que foi fatal pra ele. Ele me deu um tiro no peito que saiu nas minhas costas... A pessoa numa situação dessas perde a noção, sei lá de que, e age como um leão, pois quando eu me vi assim [após os tiros], ele estava deitado no chão com os pés em cima da cama, os dois pés em cima da cama e o corpo no chão e eu no canto da sala assim de cócoras, que eu olhei pro meu peito saindo sangue. Aí eu me revoltei com aquilo. Cheguei em cima dele com meu revólver e não saía nada, que meu revólver estava enguiçado – só saiu um tiro, pra minha felicidade. E o dele, eu cheguei e vi o [revólver] dele no chão e peguei o dele e pus a mão em cima da ferida e cheguei com a outra [arma] em cima dele, mas não saía nenhum tiro. Por quê? Porque estava descarregada. Foi uma coisa tão violenta que a gente não escuta tiro. Parece que não escuta, fica surdo, sei lá. Uma coisa tão rápida que... se eu disser que eu escutei ele dar seis tiros eu estou mentido, que eu não escutei, mas ele descarregou o revolver todo. (GODOY. 2014, p 179- 180)

Absalon descreveu que seu colega Nascimento, também acertara uns dos tiros em Brianezi, ambos os policiais foram para a unidade do Corpo de Bombeiros do aeroporto. Alguns meses depois do ocorrido, ao retornar suas atividades depois de 40 dias, a Polícia Militar pensou em promovê-lo por ato de bravura, continuou a relatar para GODOY (2014). Logo em seguida começaram a entrevistar os envolvidos e a fazer perguntas sobre a morte de José Idésio. Querendo exumar o corpo para ter certeza do que ocorrera, no entanto o corpo foi posto para fora do DOI pelo comandante Ustra.

3.3 O direito à verdade e a reparações

De acordo com a versão oficial Idésio foi morto em confronto com policiais, no entanto o nosso objetivo é mostra como que essa versão foi constatada, e tornando a versão de que Idésio foi assassinado, preso e torturado por agentes da OBAN em São Paulo. Nos próximos tópicos veremos como foi o processo em busca da

veracidade em relação a sua morte, a busca da família por seus restos mortais e o papel da Comissão no processo de reparação aos seus familiares.

3.3.1 – A contestação à versão oficial

José Idésio foi morto no dia 14 de abril de 1970, segundo a versão oficial em um confronto com alguns policiais da equipe do delegado D'Andréa do DOI-CODI em São Paulo que haviam se integrados a OBAN, na pensão onde morava perto do aeroporto, na Rua Itatins, número 88, Campo Belo.

Na certidão de óbito (Imagem 2) consta que José Idésio faleceu no dia 13 de abril de 1970, os legistas do IML, Cypriano Osvaldo Mônaco e Paulo Queiroz Rocha, alegaram que Idésio morreu de hemorragia traumática (DOSSIÊ DITADURA. 2009, p 186). Essa é a versão oficial no que se refere aos mortos em tiroteio com agentes da OBAN (DOI-CODI). Essas são as informações fornecidas pelos documentos do IML, no DOPS/SP sobre a morte de José Idésio, no Dossiê da Ditadura (2009, p.185) é ressaltado que não há informações como, por exemplo, o horário da chegada do corpo.

O laudo necrótico foi assinado pelos legistas Cypriano Osvaldo Mônaco e Paulo A. Queiroz Rocha, a descrição dos ferimentos provocados por três projéteis de arma de fogo que o atingiu, sendo transcrito apenas um como destacado abaixo.

Ferimento perfuro contuso, ovalar com cinco por quatro milímetros nos eixos, com lábios equimóticos deprimidos representando orifício de entrada de projétil de arma de fogo-bala, localizado na porção média da região carotídea esquerda; 2) ferimento perfuro contuso, ovalar, com seis por quatro milímetros nos eixos, com lábios equimóticos, evertidos, representando orifício de saída de projétil de arma de fogo-bala, localizado na metade direita da região occipital; 3) ferimento perfuro contuso, ovalar, com cinco por quatro milímetros nos eixos, com lábios equimóticos, deprimidos, representando orifício de entrada de projétil de arma de fogo (bala), localizado na linha média axilar sobre o flanco esquerdo; 4) ferimento perfuro contuso, ovalar, medindo seis por quatro milímetros nos eixos, com lábios equimóticos, evertidos, representando orifício de saída, localizado na porção média do pilar axilar anterior direito; 5) ferimento perfuro contuso, ovalar, com seis por quatro milímetros nos eixos, com lábios deprimidos equimóticos, representando orifício de entrada de projétil de arma de fogo (bala), localizado na linha média axilar, logo acima do arco ilíaco esquerdo...nos músculos dorsais, lado direito, ao nível da décima vértebra dorsal notamos a presença, pela apalpação de um corpo estranho; feita incisão encontramos um projétil de arma de fogo (bala), que devidamente envelopado foi enviado ao Instituto de Polícia Técnica⁴².

⁴² Dados apresentados pelo laudo da necropsia

Concluindo que o laudo afirma que dois projeteis atravessavam o cadáver e um dos projeteis se alojaram nos músculos dorsais, os projeteis tiveram uma trajetória da esquerda para direita de baixo para cima ligeiramente de trás para frente, concluindo causa da morte hemorragia interna traumática. Um dos indícios é de que houve execução sumária efetuada quando Idésio já encontrava dominado pelos agentes policiais, devido ao fato do mesmo ter 1,84m conforme o laudo, e ter levado três tiros com trajetórias de baixo para cima e de trás para frente.

O mais importante dentro do processo de tortura e morte, os órgãos de repressão precisava legitimar que o Estado não tinha ligações com essas mortes, suicidar o militante não bastava apenas era necessário que houvesse um legista, um delegado, um escrivão, um agente, ou seja, um conjunto de pessoas que tornava essas ações de morte “legais”. Normalmente, esses casos iam para delegacias cujos delegados faziam parte ou tinha alguma relação com os agentes da repressão.

A foto encontrada no DOPS/SP é de qualidade ruim, e mostra apenas o rosto de frente, o tórax foi coberto por uma etiqueta com a inscrição 1696-70, nessa foto foi possível fazer algumas observações, sendo elas. Não fica visível o tiro descrito no laudo; Comparada fotos de Idésio vivo e a do arquivo do DOPS/SP, se nota uma grande diferença apresentando que o militante passou por um período prolongado de maus tratos, isto é, aparentava estar mais magro a barba por fazer, algo que um militante que vivia na clandestinidade e sob disfarce de vendedor jamais deixaria acontecer; Há também sinais de maus tratos na face de Brianezi, notando uma depressão na têmpora esquerda.

Oficialmente a morte ocorre na casa onde morava na Rua Itatins, nº 88, Campo Belo/SP, não tendo evidências do laudo da perícia local. Ao longo do trabalho a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, chegou à conclusões bem esclarecedoras sendo possível detectar que órgãos de repressão além de usarem teatrinhos, atropelamentos, fugas e suicídios, recorriam a mais procedimentos ilegais, nos casos de tiroteio os militantes eram levados a OBAN ou sítios clandestinos, ali eram interrogados até a morte, só depois os corpos eram levados para o IML.

Partindo dessas análises é possível compreender elementos que aparecem em vários casos como; Contradições de locais e datas; Os corpos de pessoas que morreram em tiroteio na rua chegavam despídos; Assinaturas dos legistas pouco confiáveis; Inúmeros casos de laudo com causa da morte sendo hemorragia interna;

Os tiros a queima roupa indicava que foram desferidos quando as pessoas já se encontravam caídas e conseqüentemente, subjugadas; A pontaria infalível dos agentes de repressão que em tiroteios acertam preferencialmente a cabeça dos militantes, apesar de mirarem um alvo móvel; Nos casos em que foi possível obter fotos dos cadáveres, foram detectadas manchas, lesões, equimoses e ferimentos visíveis a olho nu e não descritos nos laudos; A não existência da Perícia do local realizada pelo instituto de Criminalística, previsto no Código de Processo Penal, art. 158; E a ausência de exames para detectar a presença de pólvora nas mãos dos supostas vítimas de tiroteio.

Imagem 2- Certidão de Óbito de José Idésio Brianezi

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
 ESTADO DE SÃO PAULO
 30.º SUBDISTRITO DE IBIRAPUÉRA
 MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CAPITAL
 CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO

Zuleika Guilger Simões
 ESCRIVA

Rosael Guilger Simões
 OFICIAL MAIOR

Julio G. Simões
 Escrevente Auxiliado

DO REGISTRO CIVIL E TABELIÃO
 Cartório: RUA JOAQUIM NABUCO, 171 — (BROOKLIN PAULISTA) — TELEFONE: 61-6843

CERTIDÃO DE ÓBITO

Livro nº15-0 Fls. 75
 sob nº 15.879 no Livro e fls. supra foi lavrado o assento
 de JOSÉ IDÉSIO BRIANEZI falecido em treze de abril, de mil novecentos e setenta (13-4-1970)
 em este subdistrito, à Rua Itatins, nº 88-Fundo-Campo Bólc de sexo masculino de cor branca, profissão comerciante natural de Londrina-Batado do Paraná com 24 anos de idade, solteiro filho de JOSÉ P. BRIANEZI e dona AMÉRICA T. BRIANEZI tendo sido declarante o Sr. ALMAMIR ROCHA BONFIM o óbito atestado pelo Dr. CYRILANO OSWALDO MONACO que deu como causa da morte hemorragia interna-traumática e o sepultamento foi feito no cemitério do Vila Formosa-Capital

Obs.: O declarante deixou de prestar declarações exigidas por lei, por ignorá-las, compareceu a serviço do Instituto Médico Legal datilografada por Selagem no verso

O referido é verdade e dou fé
 São Paulo, 6 de outubro de 1970.

RECONHECER FIRMA NO
CARTÓRIO DE INDIANÓPOLIS
 AVENIDA IBIRAPUÉRA, 2102
 (Em frente a Igreja de Nossa)

[Assinatura]
 O OFICIAL

Fonte: (BOMBA, 2016)

As formas de justificar a morte de militantes políticos requeriam a montagem de cenas como, suicídios, atropelamentos, tiroteio, resistência à prisão e outros, sendo possível por conta da cooperação de órgãos como, DOPS, DOI-CODI, Polícia Técnica, Forças Armadas, IML, Cartórios e Cemitérios até mesmo da Justiça Militar, que recebia atestados de óbitos com nomes falsos nos quais já constava o nome verdadeiro do militante.

A foto (Imagem 3) a que essa se refere é a mesma utilizada pela CEMDP para investigar a morte de José Idésio que foi encontrada no arquivo do DOPS/SP.

Imagem 3- Fotografia processual de José Idésio Brianezi morto.



Fonte: BOMBA, 2016

Entre as declarações de pessoas que conviveram com Idésio, Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz, militante da ALN, em depoimento ao Livro Dossiê Ditadura, refutou a versão de que o militante teria morrido em tiroteio, revelando evidências sobre a possível prisão e tortura de José Idésio:

[...] José era um bom militante e seguia à risca as regras de segurança exigidas pela clandestinidade. Lembro-me dele sempre arrumado, de terno e com barba feita todos os dias. [...] José foi declarado morto em tiroteio na pensão onde morava às 21:00 h do dia 13/4/1970. Voltava, portanto, de um

dia de trabalho. A barba que ostentava na foto não é aquela de uma pessoa que necessita manter um disfarce a qualquer custo, aparenta muito mais que 24 horas, o que induz a pensar que ele esteve sob custódia, vivo [...]. Seu rosto estava mais magro, denotando sofrimento anterior à morte (DOSSÊ DITADURA. 2009, p. 186)

Em outro relato, Guiomar Silva Lopes, também militante da ALN que conviveu com José Idésio entre os anos de 1969 e 1970, momento em que também foi detida, ratifica o depoimento anterior. Do convívio estabelecido, afirmou que ela:

[...] era um rapaz jovem, alto, forte, com cabelos castanhos, pele muito clara que lhe dava um aspecto de um europeu. Tinha o visual de um jovem de classe média, vestia-se com discrição, sem nunca ter notado descuidos com o penteado, com a barba ou com a roupa [...]. A foto que me foi apresentada me deixou surpresa, pois não parecia a mesma pessoa por causa do aspecto e das transformações em seu rosto⁴³

O então prefeito de Apucarana Carlos Scarpelini também fez declarações sobre a morte de Idésio e a maneira que o corpo foi entregue a família, o ex-prefeito alegou que os seus restos mortais só foram entregues a sua família dentro de um saco contendo uma ossada e um atestado de óbito.

No inquérito é apontado que por meio da foto de José Idésio, ele está com o dorso nu e com a barba para fazer. Essa contrariava as regras de segurança dos militantes clandestinos, como percebemos no relato de Paz (2009).

Sobre o período dos acontecimentos da morte de José Idésio o pai, José Paulino Brianezi, disse em uma entrevista concedida a Milton Ivan Heller, reforçando a hipótese de que Brianezi sofreu uma execução sumária, o pai da vítima conta:

Ele participava do movimento estudantil e de reuniões políticas que eu desconhecia na época, com pessoas daqui e de fora. Depois foi para São Paulo e a cada dois, três dias ele telefonava para casa. Quando ele passou uma semana sem dar notícias, fui a São Paulo e não o achei mais. Fui primeiro à casa de uma irmã, que mora em São Paulo, onde ele ia todos os dias. Ela também estranhou quando ele ficou uns oito dias sem aparecer. Aconselhado pela minha irmã, Angelina, procurei um advogado e iniciamos a busca. Fomos ao quarto onde ele morava, perto do aeroporto de Congonhas e falamos com um rapaz que morava ao lado. Ele me disse que foi tudo tão rápido que não deu tempo pra ver nada. Derrubaram a porta e metralharam o Idésio em cima da cama, lendo um jornal. Depois pegaram o corpo dele, jogaram em uma viatura e foram embora. O dono do hotel ou pensão onde ele morava não quis falar nada quando eu o procurei. Disse que só falaria perante a Justiça (BRIANEZI apud HELLER, 1988, p 553)

Ainda durante o mesmo depoimento, o pai de José Idésio, mostra como ocorreram às buscas pelo corpo do filho, logo após ele fica ciente do seu assassinato.

Fomos ao DOPS e corremos vários cartórios de São Paulo, e não achamos nada. Voltei para Apucarana numa sexta-feira, para ver como estava minha mulher, com a ideia de ir novamente para São Paulo na terça-feira. Mas na segunda-feira o advogado telefonou, dizendo que havia localizado informações em um cartório no Ibirapuera. Fui para São Paulo e ao cemitério na Vila Formosa, onde achei a cova com o nome de Idésio. Quis tirar para identificar o cadáver, mas não me deixaram. Diziam que só depois de três anos seria possível abrir o caixão. Quando faltavam uns vinte dias para três anos, eu voltei lá e vi que a cova tinha sido revolvida. Desmancharam todas as juntas e colocaram os ossos dentro de um saquinho plásticos. Eu acho que não era meu filho, que tinha um metro e oitenta de altura. Tentei obter informações com os coveiros e outras pessoas, e não me disseram nada. Só me mandaram ficar calado e ir embora, que seria melhor para mim. Não voltei satisfeito, porque eu tenho os ossos guardados, mas não sei se são do meu filho ou não. Eu acho que não. Ele tinha um Volkswagen e eu procurei os pertences dele no DOPS, no II Exército, no DEIC e outras delegacias. Não encontrei a sua conta bancária, nem relógio, nem o carro. Voltei para casa e não trouxe nada dele. Foi uma vergonha o que fizeram com o Idésio. Mandarem um grupo de homens armados para acabar com ele daquele jeito. Não posso perdô-los porque o meu filho não teve nenhuma chance de defesa, e ele não era nenhum marginal ou criminoso (BRIANEZI, HELLER, 1988, p. 554)

José Idésio foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa em São Paulo (DOSSIÊ MORTOS E DESAPARECIDOS..., 1996, p 85.).

Foi descartada a exumação dos seus restos mortais para exame, o motivo foi de que os pais, na época, tiveram dúvidas se gostariam de fazer isso ou não além, de ter sido descartada pelo perito, havendo dúvidas por parte de seus pais em relação à identificação do corpo entregue, se pertencia realmente ao filho. De acordo com Maria Isabel (2019), a confirmação do corpo se consolidou a partir do exame da arcada dentária. Sendo então, a busca de mais informações sobre as circunstâncias da morte e a busca por novos documentos.

O corpo de José Idésio foi translado para o Cemitério Municipal de Apucarana. A Comissão Estadual da Verdadedo Estado de São Paulo realizou a 118ª audiência pública, o caso de José Idésio foi mencionado, no dia 20 de março de 2014.

Durante essa seção foi relatado que o corpo de José Idésio foi levado, pela família para ser enterrado em Apucarana no Cemitério Municipal Cristo Rei. As imagens abaixo resumem as atividades realizadas por José Idésio até sua morte.

Imagem 4- Ficha José Idésio Parte I

PALECIDO

M-94-H
05902

8455 **DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL**

FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL



Nome **JOSE IDESIO BRIANEZI** Vulgo

Data **22/10/68** Prontuario na Delegacia N.

Pai Mãe

Idade Data do Nascimento Sexo **Masculino**

Nacionalidade Natural de

Estado Civil Profissão **Funcionário da secretaria do Colégio 7 de Setembro de Apucarana e Estudante**

Local do Trabalho

Residencia atual **Jandaia do Sul**

Residencias anteriores

É sindicalizado sindicatos e locais que costuma frequentar

Nome e residencia dos conhecidos parentes:

Notas Cromaticas: 01/02

FI 05902

Fonte: DEAP (Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná, 2020)

Imagem 5- Ficha José Idésio Parte 2

Em 23/10/68 - O fichado participou do XIX Congresso dos Secundaristas Paranaenses, realizado em Cornélio Procopio, de 17 a 21 de janeiro de 68, é Líder da bancada de Jandaia do Sul, porém funcionário da Secretaria do Colégio 7 de Setembro, de Apucarana. O elemento é agitador que frequentemente atacou o governo constituído. (V. Pasta RVFSC - INF. 2/68)P. UPES XIX Cong. Est.-

Em 19.9.69 - Estudante e motorista de praça. Ligado ao Grupo subversivo de Apucarana, suas ligações parecem ser mais com pessoal de outras localidades. Parecer ser um dos coordenadores do MEL. Atualmente alega não tomar mais parte em movimento algum. (.vp. 2ª seção - 5ª RM)

Contacto da ALN, no Paraná, passou 3 meses num sítio próximo a S. João do Ivaí, exercitando guerrilha.

Em 25-11-70- Consta que o fichado morreu na Cidade de São Paulo. (Informações da Cia.PE)

ET 05902

Fonte: DEAP (Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná, 2020)

Como observamos sobre a morte de José Idésio, existem contradições onde alguns documentos apontam que o mesmo morreu em tiroteio, outros já apontam que antes de ser assassinado José Idésio foi torturado, sendo essa alternativa apontada devido sua fisionomia apresentada na foto do arquivo do DEPS/SP. Tendo uma narrativa de sua morte, com alguns embates, no entanto se conclui que o militante foi assassinado por agentes do DOI-CODI, durante a Operação Bandeirante.

3.3.2 – O exame e o verídico da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos

A Lei 9.140, que restou conhecida como “Lei dos mortos e desaparecidos políticos”, ensejou à família Brianezi, assim como a outras que viviam situações comparáveis ou similares, a abertura de um novo capítulo para apurar a verdade sobre as condições de morte de José Idésio Brianezi e para demandar reparação pública.

Em seu artigo 1º. a Lei 9.140/95 estabeleceu:

São reconhecidos como mortos, para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas no Anexo I desta Lei, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Do anexo I constaram 136 nomes de pessoas desaparecidas, uma lista extraída do dossiê elaborado pelo Movimento de Familiares. Em seu artigo 4º., a Lei 9.140 instituiu:

Fica criada Comissão Especial que, face à situação política mencionada no art. 1º. e, em conformidade com este, tem as seguintes atribuições:

I – proceder ao reconhecimento de pessoas:

a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei;
b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

II – envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados; e

III – emitir parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta Lei.

Em 25 de março de 1996, a Sra. América Tomioto Brianezi formalizou o requerimento para que o caso de seu filho, José Idésio Brianezi fosse analisado pela CEMDP.

O documento requereu reconhecimento como incluso nas determinações da do art. 4º., inciso I, letra b, da Lei 9.140/95.

Em 25 de abril de 1996, a Comissão Especial dos Mortos e dos Desaparecidos Políticos encaminhou ao Ministro da Justiça requerendo fornecimento de documentos a respeito de uma lista de opositores políticos mortos no período militar, entre os quais se incluía José Idésio Brianezi. Especificamente, o documento solicitava a localização do laudo necroscópico, fotos e perícias realizadas.

Em 3 de maio de 1996, a Comissão Especial emitiu relatório das circunstâncias das mortes de José Idésio Brianezi, de acordo com o documento do DOPS, Brianezi faleceu em tiroteios travado com a Polícia, após ferir gravemente o Sargento Absalon Moreira Luz e o Sargento Manoel Alves do Nascimento, solicitou-se ao IPT a fotografia do cadáver e suas impressões digitais.

Nilmário Miranda alegou que a segunda página da requisição sumiu, não foi encontrada no DOPS, a exemplo de outros casos. Deste modo, a informação sobre o horário de entrada no IML do corpo não é conhecida; poderia comprovar ou desmentir a Versão Oficial, pode ter sido intencionalmente subtraída; O laudo de necropsia vem assinado por legistas habitualmente usados para as versões fabricadas, Cypriano Mônaco e Paulo Augusto Queirós Rocha; A Arma que Brianezi portaria não foi recolhida. O laudo descreve ferimentos provocados por três projéteis de arma de fogo que o atiraram.

Foi solicitado ao perito criminal Celso Nenevê, a análise do laudo necroscópico e da única foto de Brianezi. O perito viu a impossibilidade de reconstruir a dinâmica do evento, face às omissões, imprecisões do laudo, da falta de fotografias da necropsia, da perícia de local.

A Comissão Especial reconheceu vários casos de militantes que tinham a versão de morte em tiroteio, como José Roberto Arantes, Alex Xavier, Joelson Crispim, Dimas Casemiro, Gastone Lúcia Beltrão. Na verdade, essas pessoas foram detidas, provavelmente feridas e levadas a algum centro de torturas onde eram interrogadas até à morte ou executadas após esgotados os recursos e possibilidades de obter informações. Só então eram levados ao IML. Isto explica o

sumiço da 2ª página de Requisição de Exame Necroscópico, o que impossibilita detectar as contradições entre as datas e horários alegados na Versão Oficial e a data e horário de entrada no IML

Há outros pontos em comum com os casos analisados pela Comissão Especial: Como por exemplo, o uso de legistas não confiáveis; a causa-mortis sempre a mesma “hemorragia interna traumática”; a existência de manchas, lesões, equimoses, ferimentos visíveis não descritos no laudo; e a não realização de perícia de local, exigida pelo Código de Processo Penal nos artigos 158 e 169.

Foi descartada exumação para análise dos restos mortais visando à reconstrução da dinâmica do evento, porque os pais de José Idésio Brianezi ao trasladarem seu corpo do Cemitério de Vila Formosa acreditavam que o corpo não pertencera ao filho.

Conclui-se que as dificuldades encontradas neste caso foram; inexistência de perícia de local; a arma, supostamente, usada por Brianezi não ter sido recolhida; a inexistência de fotos de necropsia; o fato de já não existir a pensão da Rua Itatins, 88; a inexistência de qualquer testemunha; o laudo necroscópico impreciso, incompleto, omissivo, contestável; o sumiço da 2ª página da Requisição de Exame de Necropsia que poderia dar à hora de entrada no corpo do IML.

De acordo com Miranda, Brianezi não morreu no local indicado pela versão oficial, ele foi aprisionado, torturado como todos, até que não pudesse mais servir aos designados de obter informações e daí executado ou levado à morte, em uma dependência policial (OBAN) ou assemelhada.

Dando continuidade no requerimento o parecer criminalístico ocorreu no dia 24 de junho de 1996, no Instituto de Criminalística da Coordenação de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal, o Diretor e Perito Criminal Engenheiro Marcos Henrique dos Santos, foram designados ao Perito Criminal Celso Nenevé, proceder a análise do processo de José Idésio Brianezi, a fim de ser atendida a solicitação efetuada pelo Deputado Federal Nimário Miranda descrever e encontrar tudo que possa esclarecer o caso.

Celso Nenevé recebeu no dia 06 de agosto de 1996, os autos do processo nº 0266/96 que pertencia a Idésio, o trabalho objetivou a análise do Laudo de Exame de Corpo de Delito/Exame necroscópico, assim como do estudo da fotografia verificada nos autos, fornecer Parecer Criminalístico sobre aspectos técnicos e materiais da morte do militante.

O histórico do Laudo afirmou que a vítima faleceu em tiroteio travado com a polícia, o Laudo também apresenta aos fenômenos pós morte, a seguinte descrição: *“Evidenciava-se pelos clássicos sinais tanatológicos de certeza”*. Diante do descrito, não há nenhuma referência ou descrição de quais sinais tanatológicos refere-se o Legista, o que impossibilita qualquer inferência quanto ao tempo de morte e possíveis mudanças eventualmente produzidas no corpo depois da morte. Especialmente quanto a este aspecto o Laudo é incompleto. No exame externo do corpo são descritos cinco lesões e o achado de um projétil.

Esses ferimentos não são visíveis na fotografia, e embora as referidas descrições apresentem detalhes importantes quanto aos efeitos primários, não foram descritos a presença de zona de enxugo, nem tão pouco os efeitos secundários, o que poderiam permitir caracterizar a distância destes disparos. Os exames internos são descritos os órgãos atingidos, não tendo sido especificado o trajeto de cada projétil, a quantidade de sangue retirada das cavidades, o que caracterizou associado às lesões dos órgãos internos atingidos.

Diante do exposto no Laudo Cadavérico, as conclusões apresentadas quanto às trajetórias dos projéteis, ou seja, da esquerda para a direita e de baixo para cima, encontram-se evidentemente corretas, salientando-se que para pelo menos dois destes disparos, o primeiro que apresentou lesão de entrada na região carotidiana esquerda e de saída na região occipital, e o segundo que penetrou na linha axilar esquerda e se alojou nos músculos dorsais, seus projéteis apresentam trajetórias ligeiramente de frente para trás e mão de trás para frente como descrito no Laudo.

Pelo descrito, fica evidente uma diferença de nível, no momento dos disparos, entre o corpo de José Idésio Brianezi e os autores dos disparos, contudo, dada as diferentes posturas que os corpos podem assumir vítima e agressores, as possíveis diferenças de nível do local, entre outros fatores, resultam que o quadro dos vestígios apresentados é insuficiente para que se possam aventar considerações e hipóteses, que permitam inferências conclusivas, além das discutidas acima, quanto à dinâmica do evento que culminou com a morte de Idésio.

Assim como exposto ficou ao Perito a impossibilidade de formular um parecer conclusivo sobre a dinâmica do evento, por falta de elementos materiais, restando apenas retificar que para pelo menos dois destes disparos, aquele que apresentou lesão de entrada na região carotidiana esquerda e de saída na região occipital, e aquele que penetrou na linha axilar esquerda e se alojou nos músculos

dorsais, seus projéteis apresentaram trajetórias ligeiramente de frente para trás e não de trás para frente como relatou o Laudo.

Em face da oportunidade aberta pela nova lei, foi solicitado um novo o requerimento a respeito de José Idésio Brianezi, foi novamente apresentado à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, em substituição ao requerimento de 25 de março de 1966 que foi enviado por América Tomioto Brianezi, cujo falecimento ocorreu em Agosto de 1966, a apreciação foi inserida em 11 de Agosto de 1997 agora pela irmã Maria Isabel Brianezi.

A Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, em reunião realizada em 07 de Agosto de 1997, reconheceu e o incluiu nos beneficiados pela Lei 9140/95. Para efeito de indenização, em consonância com o artigo 11 e seus parágrafos, a requerente faz jus a importância de R\$ 124.110,00 (Cento e vinte quatro mil, centro e dez reais).

3.3.3 – A Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade de São Paulo realizou no dia 20 de março de 2014 a 118ª audiência pública, esta se tratava do caso de José Idésio Brianezi. Na década seguinte, o caso relativo ao assassinato de José Idésio Brianezi foi objeto dos trabalhos e debates da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo conclusões da CNV, diante das investigações realizadas, conclui-se que José Idésio Brianezi morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomendam-se a retificação da certidão de óbito, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

Isso ocorre, pois o terno morto oficial significa que as mortes dessas pessoas foram reconhecidas pelos órgãos repressivos, mesmo que muitas vezes ainda seja necessário localizar seus restos mortais, já que foram enterrados com nomes falsos, na forma de ocultar os cadáveres, já que as autoridades sabiam a verdadeira identidade das vítimas sendo a versão policial da morte falsa, como no caso de Marighela, que a Comissão dos Mortos e Desaparecidos desfez a versão oficial de morto em tiroteio, sendo que o guerrilheiro foi executado, se pensarmos nas versões da morte de Idésio, a versão oficial de confronto com os agentes da OBAN é sumariamente descartada se analisado os relatos de seus companheiros que acreditavam na possibilidade de prisão e tortura, essas evidências ficam nítidas se forem levados em consideração outros relatos sobre a

investigação das causas da morte de José Idésio, como exposto anteriormente, ficando claro que houve execução por conta de como se apresentou a lesão de entrada do tiro na região carotidiana esquerda e de saída na região occipital, e o segundo que penetrou na linha axilar esquerda e se alojou nos músculos dorsais, o que aponta os disparos frente para trás e não de trás para frente como descrito no laudo. "Pretendendo assim eximir a ditadura de suas responsabilidades, e impedir a elucidação das reais circunstâncias dos crimes cometidos." (DOSSIÊ MORTOS E DESAPARECIDOS, 1996, p 28)

A Comissão não se sentia suficientemente esclarecida com as informações contidas no Laudo Oficial da morte de Idésio, partindo do que já foram expostos das análises de dezenas de outros casos, apresentam elementos de convicção de que José Idésio Brianezi foi ferido, torturado e executado pelos agentes do Estado.

3.4 Homenagens

Considerando vida e trajetória de José Idésio, sua luta contra a Ditadura Militar, em busca de uma redemocratização no país, o que levou a perseguição e morte do mesmo. Esse é um personagem que se configura no sentido da toponímia urbana, Segundo Dias (2012) essas honrarias contribuem para a elaboração da memória histórica, e na elaboração de um novo significado para a biografia dos militantes políticos na história e memória nacionais.

Como veremos, a seguir nas homenagens realizadas em nome e memória de José Idésio. "Com o intuito de preservar a memória desse passado de violência e homenagear os mortos e desaparecidos políticos, seus familiares e entidades defensoras dos direitos humanos têm conseguido que seus nomes sejam colocados em logradouros públicos⁴⁴."

Em homenagem póstuma a José Idésio, no ano de 1990, na cidade de Apucarana, se deu o seu nome a uma escola pública de primeiro grau, que analisaremos no próximo tópico.

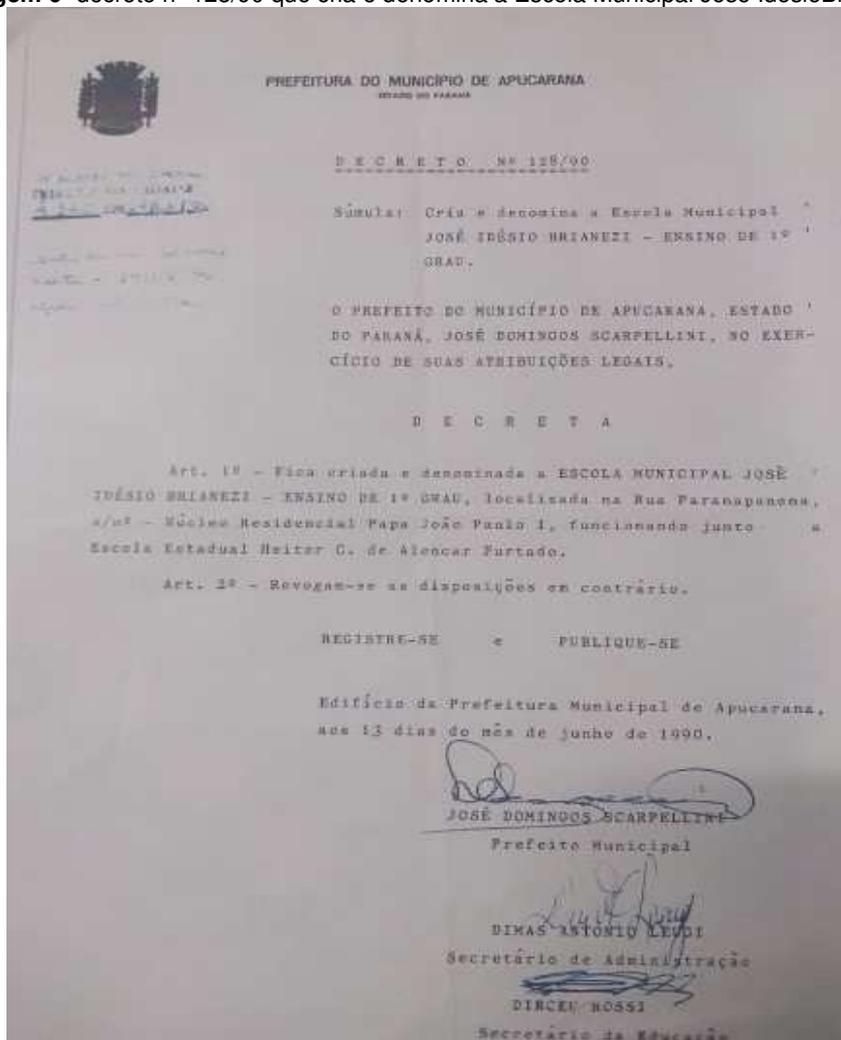
3.4.1 Municipalização

⁴⁴ DOSSIÊ DITADURA. 2009, p. 20

A primeira homenagem relacionada à figura de José Idésio trata-se da municipalização da Escola. “Com o intuito de preservar a memória desse passado de violência e homenagear os mortos e desaparecidos políticos, seus familiares e entidades defensoras dos direitos humanos têm conseguido que seus nomes sejam colocados em logradouros públicos” (DOSSIÊ DITADURA. 2009, p, 20).”

Ocorrida no ano de 1990, a escola recebeu seu nome por meio do decreto de número 128/90, conforme mostra a imagem abaixo.

Imagem 6- decreto nº 128/90 que cria e denomina a Escola Municipal José Idésio Brianezi



Fonte: ARQUIVO DA PREFEITURA DE APUCARANA, (2019)

Esse decreto foi instituído pelo então prefeito, José Domingues Scarpellini, seguido da súmula de criar e denominar a Escola Municipal José Idésio Brianezi, com o ensino de 1º grau, localizada na Rua Rio Paranapanema, no Núcleo Habitacional Papa João Paulo I, anexada ao Colégio Estadual Heitor Cavalcante de Alencar Furtado⁴⁵.

É interessante notar essa homenagem, durante um momento onde a memória sobre a ditadura ainda era recente, e a mesma ainda estava fustigada pelo fim recente do regime militar, o que contrasta que ao ocorrer do tempo a partir de 2010, esses logradouros que levam nomes de presos acabam sendo destruídos em algumas cidades, negando a homenagem a esses presos políticos.

O instituto de ensino já oferecia ensino da 5ª série (hoje 6º ano) ao 3º ano do ensino médio, a organização se deu da seguinte maneira.

No período matutino e noturno funcionava o Colégio Estadual Heitor Cavalcante de Alencar Furtado, o período vespertino era destinado aos alunos da Escola José Idésio, sendo estabelecida esta ordem até o ano de 2003. Os alunos do Colégio que cursavam a 5ª e a 6ª série (hoje chamadas de 6º e 7º ano), passavam a estudar no período vespertino, e os alunos que cursavam a 3ª série e a 4ª série (hoje 4º e 5º ano) da Escola Municipal, passavam a estudar no período matutino, nas demais turmas não houve alterações.

Assim, observamos que no prédio (Imagem 7) funcionava o Colégio Estadual Heitor Cavalcante de Alencar Furtado e a Escola Municipal José Idésio Brianezi.

⁴⁵Heitor Cavalcanti Alencar Furtado nasceu em Paranavaí no dia 1º de maio de 1956, filho de José Alencar Furtado e de Miriam Cavalcanti Alencar. Advogado bacharelou em ciências jurídicas e sociais pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal em 1977. Herdeiro político do pai, em novembro de 1978, com apenas 22 anos, foi eleito deputado federal pelo Paraná na legenda do MDB. Empossado em fevereiro de 1979, tornou-se líder de seu partido na Câmara dos Deputados. Com o fim do bipartidarismo (29/11/1979) e a consequente reorganização partidária, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), agremiação que sucedeu ao MDB. Atuou nos trabalhos legislativos como vice-presidente e presidente da Comissão de Serviço Público. Em 22 outubro de 1982, quando disputava uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná, Heitor Alencar Furtado foi assassinado por um policial entre as cidades de Jandaia do Sul e Mandaguari, seu assassinato representou um golpe na candidatura a governador de Saul Raiz, do Partido Democrático Social (PDS), em função do clima de violência que se estabeleceu durante a campanha eleitoral. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heitor-cavalcanti-alencar-furtado>, acesso em 26 de maio de 2020.

Imagem 7- Fachada da Escola



Fonte: GOOGLE IMAGENS

O processo de municipalização vai ao encontro com o que diz Reginaldo Dias(2012), segundo o autor isso aconteceu também com vários outros mortos e desaparecidos políticos, “pela disputa da memória do período da ditadura para fazer nomeação de ruas, praças escolas entre outros agentes públicos” (DIAS, 2012, p. 155).

Em 2004 (Imagem 8), a Escola Municipal ganhou um novo espaço, com um prédio agora só para as realizações pedagógicas. Assim, foi inaugurada no endereço que se encontra atualmente, na Rua Rio Alonzo, também pertencente ao Núcleo Habitacional Papa João Paulo I.

Imagem 8- Placa de inauguração do novo prédio da escola



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Essa instalação ganhou repercussão com a matéria do *Jornal Tribuna do Norte*, que enfatizou a seguinte notícia.

Uma grande festa deve marcar hoje, às 15 horas, a inauguração da nova Escola Municipal do Núcleo Habitacional João Paulo, na Rua Alonzo, em Apucarana. Executada pela empresa JC Rosas Construções e Serviços Ltda vencedora da licitação, a obra era uma antiga reivindicação da comunidade. A nova estrutura abriga, a partir de agora, a Escola Municipal José Idésio Brianezi, que até então funcionava de forma compartilhada com a Escola Estadual Heitor de Alencar Furtado. Segundo o prefeito Valter Pegorer, são 648 metros quadrados de área, num investimento total de R\$ 224.709,40. A instituição de ensino está sendo alicerçada ao lado da quadra de esportes do João Paulo e dispõe de 8 salas de aulas, corredor, banheiro masculino e feminino, cozinha, pátio secretária, banheiro para professores e almoxarifado. (TRIBUNA DO NORTE DE APUCARANA, 2004 p. 5b)

Como podemos observar é enfatizada a separação do Colégio e da Escola. Na imagem abaixo referente à notícia da *Tribuna* vemos a nova estrutura da escola. Que comporta o total de 217 alunos, totalizando oito salas, que vai desde a educação infantil, Fundamental I no período integral (1º-5º ano), e Fundamental II no período noturno (6º-9º ano EJA Educação para Jovens e Adultos).

Imagem 9- Inauguração da Escola no João Paulo



Fonte: TRIBUNA DO NORTE DE APUCARANA (2004)

Já instalada no novo prédio a escola passou agora a ingressar o ensino integral, e no período noturno passou a funcionar com a educação voltada para jovens e adultos. No ano de 2020 a Escola passa por uma reforça para ampliações das salas, aumento de pátios, secretária e instalação de um parque para os alunos. Face ao que apresentamos até o momento, observamos que a nomeação da Escola

foi concretizada cinco anos após do processo de redemocratização no Brasil e 20 anos após a morte de Idésio.

A ideia era reviver a memória tanto em torno da vida desse estudante, quanto em torno da história local da cidade, como uma forma de agradecimento por sua luta e sua participação política no processo de luta e redemocratização no país, mesmo perdendo sua vida para isso fosse possível.

3.4.2 Apresentações

Logo após a municipalização da Escola, anexada ao Colégio Estadual Heitor Cavalcante de Alencar Furtado, começaram as homenagens, designado como o “Dia do Patrono”. As apresentações tiveram início logo nas primeiras gestões de coordenação. Em uma entrevista com uma das diretoras que passaram pela gestão escolar, Suzimara Carvalho da Cruz Oláh de Almeida Lima, relatou a importância desse dia para a comunidade escolar e a comunidade de modo geral, nas palavras de Lima, (22/05/2020).

O Patrono da escola ele têm uma importância para a cidade, quando a gente começou a comemorar o dia do patrono, é para tornar a história dele conhecida aos alunos, e a comunidade escolar em geral, fazendo assim, a gente dava um sentido e um significado ao nome José Idésio, que não é um nome inventado do nada, é uma pessoa de verdade, as crianças tem que entender que foi uma pessoa de verdade, e no nosso caso, nosso patrono, ele morreu na ditadura militar, então ele morreu lutando por um ideal que era a democracia, então isso veio a calhar com outras coisas que se ensina na escola, morreu muito jovem, então foi uma época difícil para o país, que as vezes a gente não consegue passar para a criança pequena todo o significado, mas lá na frente ela vai entender, o que são essas comemorações por mais simples que seja, lá na frente ela vai lembra e vai entender o porque a gente comemorava o dia do patrono, para dar realmente um significado ao nome da escola (LIMA, 2020)⁴⁶.

Ao analisarmos a fala da entrevistada, fica evidente que as homenagens e apresentações ocorriam para criar uma identificação ao personagem que nomeava a Escola, além de não só gerar apenas a identificação entre Idésio (o patrono) e os alunos, mas também uma leitura estabelecida de uma sociedade resistente contra uma ditadura e que deixou muitas vítimas com sua opressão

⁴⁶ Depoimento de Suzimara, ex-diretora da escola durante uma entrevista pelo whatsapp, devido à pandemia de Covid 19.

Na plataforma de canal do *Youtube*, é possível encontrar um vídeo do ano de 2013 sobre a homenagem⁴⁷ do Patrono. Nessa apresentação ocorreu no período de aula e não era aberto ao público, sendo voltada para os próprios alunos.

A mulher que dá início a apresentação, pergunta aos alunos o nome do Patrono. Posteriormente ressalta o que foi o período militar no país, em seguida agradece a presença de Maria Isabel Brianezi a apresenta como irmã do homenageado, nesse momento uma aluna a entrega um vaso de flor. Paralelamente agradece também a presença da professora Lourdes que representava a Autarquia Municipal.

A apresentação é dividida em duas partes, a primeira é feita uma leitura da biografia do José Idésio pelos alunos e com um vídeo com cenas sobre a ditadura militar, ao fundo musical do vídeo, é a música *Cálice* de Caetano Veloso.

A segunda parte é composta por uma canção cantada pelos alunos, à canção escolhida é *Caminhando e Cantando*, letra e composição de Geraldo Vandré.

Por meio da pesquisa de campo, foi assistido em 2019 umas dessas apresentações que homenageiam o Patrono da Escola Municipal José IdésioBrianezi, no dia 22 de março, nesse ano diferente do que observamos no vídeo já citado, um público maior foi convidado para assistir o evento.

Algumas pessoas estavam na mesa de honra, em que compunham um cargo de representatividade na cidade, ou de valor para o homenageado. Entre elas estão: Maria Isabel, a irmã de José Idésio a pessoa que é referida as homenagens; Eliana Rocha, representando os moradores do Núcleo Habitacional Papa João Paulo I; Ana Paula Cunha representando a Secretária de Educação Municipal de Apucarana; Adriana Belelatti a diretora da Escola; e Elisângela Maroneze a coordenadora da Escola. E na platéia pais, familiares dos alunos e os professores da escola.

A apresentação teve início com do Hino Nacional do Brasil. Em seguida Adriana expõe uma pequena biografia do homenageado, para posteriormente os alunos começarem as apresentações. O aluno Enzo Gabriel faz uma leitura sobre o significado da ditadura militar, e também traz um pouco do que foi a ditadura e sua conjuntura no país, enfatiza a importância de saber sobre esse período. Nesse momento um vídeo é apresentado. .

⁴⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pG-5Qvv44zg>, acessado em 22 de novembro de 2019.

Depois, ensaiados pela professora de música Jordana, os alunos cantam a música de autoria de Raul Seixas, *Tente outra vez*, música escolhida pela professora, momento também registrado por vídeo. Logo em seguida o aluno João Vitor, juntamente com a professora Valéria encenam um pequeno teatro sobre a ditadura (Imagem 10, 11 e 12), nesse momento a professora aparece vestindo uma roupa preta, com uma fenda, e uma faixa nos lábios e as mãos amarradas, tendo a palma da mão pintada na cor vermelha, ainda nessa parte alguns alunos citam frases sobre a liberdade e o respeito sobre opinião.

Imagem 10- Apresentação Professora Valéria e João Vitor



Fonte: BRANDÃO (2019)

Imagem 11- O silêncio e a violência da ditadura



Fonte: BRANDÃO (2019)

Imagem 12- Opressão



Fonte: BRANDÃO (2019)

A professora recita frases da música de Renato Russo *Mas Uma Vez* pronunciando os seguintes versos:

*Mas é claro que o sol
Vai voltar amanhã
Espera que o sol já vem
Ecuridão já vi pior
De endoidecer gente sã
Espera que o sol já vem
Nunca deixe que lhe digam
Que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém
Quem acredita sempre alcança.*

A última frase é repetida pela professora duas vezes e uma vez pelos alunos, e depois eles cantam o refrão do hino da escola de samba Imperatriz Leopoldinense, escrito em 1989, que diz assim:

*Liberdade, liberdade
Abre as asas sobre nós
Das lutas, nas tempestades
Dá que ouçamos sua voz*

Nas imagens podemos observar a solenidade do evento na escola, com as bandeiras expostas, a mesa de honra, a imagem de José Idésio em destaque e flores.

Quando a apresentação da professora Jordana se encerra, se inicia um vídeo sobre a ditadura militar, esse vídeo é feito em homenagem ao patrono José Idésio Brianesi, o vídeo tem ao fundo uma canção da Elis Regina *Como nossos pais*.

Nesse vídeo contém uma pequena biografia do patrono, essa biografia é apresentada de uma maneira que intercala algumas cenas reais sobre o período ditatorial, que vão mesclando com imagens, cenas e pequenos trechos da biografia do mesmo. Além, da imagem do patrono é mostrada fotos de outras vítimas.

Já se encaminhando para o fim das apresentações, Isabel que é representante da família, é presenteada com uma orquídea que é entregue a ela pelo aluno João Vitor, o mesmo aluno que entrou com a professora para o teatro, como mostra a imagem abaixo.

Imagem 13- Irmã de José Idésio é homenageada



Fonte: BRANDAO (2019)

Isabel pronuncia algumas palavras em ato de agradecimento, na qual transcrevemos abaixo,

Agradeço a todos que está presente aqui de coração, que lembra do meu irmão, a memória dele, que foi uma pessoa muito boa muito especial, na vida minha, da minha família e de todos os amigos, mas como diz o destino não quis que ele tivesse vivo aqui com nós, mas ficou essa escola para representar o nome dele, eu acho que para sempre né, nem que eu viver até os 100 anos eu vou ter que vir aqui para a comemoração, então eu agradeço os alunos, os professores, os visitantes, os pais de alunos, mãe e os coordenadores, tudo por ser tão amável assim comigo e com a minha família e a memória do meu irmão que é muito importante para mim(BRIANEZI, 2019).

A intenção da escola para com os alunos é apresentar aos convidados que se fazem presente, a trajetória, a vida e a luta pela cidadania que José Idésio lutou, e também homenagear os familiares que se fazem presentes principalmente Isabel que durante as apresentações se emociona ao falar e lembrar-se de seu irmão.

Essas homenagens se tornam importantes para a construção da memória local, regional, além de trazerem para os alunos o conhecimento de uma história que a cada dia que passa se torna esquecida e deixada de lado, outro fator importante é a introdução feita pelas professoras ao contextualizarem os alunos sobre a ditadura militar, e trabalhar com esse tema voltado para a história da cidade, fazendo com que os mesmos insiram Apucarana não apenas no espaço regional e sim nacional, partindo de uma representação da figura de José Idésio como militante e perseguido á de patrono escolar.

As homenagens acontecem todos os anos, em uma entrevista concedida com a diretora Adriana Beletatti (2019), enfatiza que as apresentações sempre ocorrem

no mês de março, por ser próximo ao aniversário de José Idésio, e que o intuito dessas honrarias é pensado diretamente na família, pois está não pode fazer um funeral ao ente que morreu, além de lembrar-se da vida, da trajetória, da morte e da sua luta pela cidadania do patrono escolar. Durante os preparativos para as homenagens a professora responsável pelo 5º ano, faz uma contextualização com os alunos, contando o que foi o período de ditadura militar, como e porque ocorreu e o motivo da figura do patrono estar relacionada ao período, os alunos do 5º quinto são os escolhidos devido à idade, o que demonstra como as memórias sobre a Ditadura são percebidas com dores e marcadas por violências, na qual os professores acreditam que as demais crianças não estão preparadas para o aprofundamento desse período. É possível dizer que outra questão que influencia a discussão sobre a ditadura na escola, mesmo que seja apenas para os alunos de 5º ano, se refere à lei 13381/2001 de processo 1078/06, onde foi aprovada em 10 de novembro de 2006, a inclusão dos conteúdos de história do Paraná no currículo da Educação Básica. Que delibera cinco artigos, o artigo que mais merece destaque e simplifica bem a questão de os professores optarem pela biografia de José Idésio e no estudo da ditadura no Paraná, é o artigo segundo e o 1º parágrafo diz o seguinte:

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino poderão ofertar a disciplina História do Paraná na parte diversificada do currículo, em mais de uma série ou distribuiu os seus conteúdos em outros componentes curriculares, baseados em bibliografia especializada.

1º Para a aprendizagem dos conteúdos curriculares, as escolas deverão oferecer atividades por diversas abordagens metodológicas, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, com o estudo das comunidades, municípios e regiões do Estado. (ESTADO DO PARANÁ: CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2006)

A lei em questão preza pelo o ensino de história regional e local, aqui o tema sobre a ditadura é pertinente, pois deixam claro que a ditadura afetou todo o país, até mesmo as cidades no interior do Paraná. Não foi um regime distante da realidade dos apucaranaenses.

3.4.3 Monumento pessoas imprescindíveis

As cerimônias de homenagens, mais do que momentos de inauguração, no caso dos monumentos são também momentos de reflexão e um espaço

para que as vozes dos familiares e amigos sejam ouvidas. (BOMBA, 2016.p 67)

A cidade de Apucarana ganhou um memorial que foi construído no ano de 2010, a obra ficou sobre a responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. José Idésio e Antônio dos Três Reis foram lembrados nesse memorial, o local escolhido para a implantação do monumento foi a Praça 28 de janeiro próximo a biblioteca Municipal, a praça é carregada de valor simbólico para a cidade além de conter o nome da data da implementação do município.

De acordo com Bomba (2016), essa luta pela memória e o direito de justiça vai além de identificar os crimes, pois ela busca também o reparo, e isso ocorre por meio das ações que buscam o reconhecimento dessas lutas pela democracia referente aos desaparecidos, mortos e torturados.

Em maio de 2010, foi lançado o Plano Nacional dos Direitos Humanos: Terceira Edição (PNDH-3), plano este que foi lançado pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva em 2009, e tendo à frente o ministro Paulo Vannuchi.

A PNDH-3 é a continuidade de ações realizadas desde 1995, através do decreto de nº 9140, ocorre o reconhecimento dos mortos, desaparecidos e todos aqueles que participaram de atividades políticas entre os períodos de 2 de setembro de 1961 até 15 de agosto de 1979, e que não tiveram seus corpos localizados,

Foi por intermédio dessas políticas públicas, assim como menciona o próprio decreto de 2009, que o *reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado* veio como um dos meios a viabilizar a informação à sociedade e a sua transformação/reconhecimento e para muitos conhecimentos sobre esse passado recente (BOMBA, 2016, p. 68, *grifo autor*).

Através desse decreto que se instituiu as Comissões Nacionais da Verdade, que atuavam em todo país por meio de audiências públicas e tinham como principal características debater sobre os desaparecidos do período ditatorial.

Entre essas audiências a de José Idésio ocorreu entre os dias 05 e 07 de agosto de 2013, em Apucarana a aplicação da PNDH-3, ocorreu por meios dos depoimentos, esses depoimentos possibilitaram elencar os nomes daqueles que foram presos, torturados e exilados, que tiveram suas histórias silenciadas e esquecidas. Como já mencionado acima entre estes estão José Idésio Brianesi (figura principal desse projeto) e Antônio dos Três Reis de Oliveira. Esse memorial

foi construído em mais 35 cidades do país e leva o nome de *Pessoas Imprescindíveis*, sobre essas instalações Dias destaca:

Outra iniciativa diz respeito à instalação de memoriais “Pessoas Imprescindíveis”, relativos a pessoas mortas ou desaparecidas por razões políticas durante a ditadura. Na justificativa oficial, tem-se que o objetivo é “recuperar um pouco da história dos brasileiros e brasileiros que deram suas vidas na luta pela democracia no país”. O relatório de gestão da Secretaria Especial de Direitos Humanos contabiliza a instalação de memoriais em mais de 35 cidades brasileiras. Por meio do noticiário veiculado no sítio eletrônico da SEDH, encontram-se informações a respeito dos eventos realizados, entre 2009 e 2010, em Diadema (SP), São Paulo, Rio de Janeiro, Apucarana (PR), Maceió (AL), São Luís (MA) e Natal (RN) (DIAS, 2012, p. 160).

O jornal *Tribuna do Norte* fez uma reportagem relatando o projeto e também o dia da inauguração (Imagem 14), a primeira reportagem foi publicada em 27 de abril de 2010, na reportagem Cristina Pozzobon, artista responsável pelo trabalho exaltou a importância do memorial dizendo, “São peças permanentes. O objetivo é mostrar para novas gerações este passado da vida pública brasileira, para que elas possam conhecer a verdade sobre os fatos” (TRIBUNA DO NORTE, 2010, p. 5B)⁴⁸

Imagem 14- Mortos na ditadura ganham memorial em Apucarana



Fonte: Tribuna do Norte (2010)

Na mesma reportagem Pozzobon ainda relata que a lembrança de trajetórias como a dos dois jovens de Apucarana contribui para evitar que novos episódios de violação dos direitos se repitam no país. “Precisamos democratizar o futuro, mas

⁴⁸ POZZOBON, Cristina. Mortos na ditadura ganham memorial. In: *Tribuna do Norte*. p. A5, 27 de abril de 2010.

para isso, é preciso que saibamos o que aconteceu. Só assim poderemos criar uma sociedade em que isso não ocorra mais”(TRIBUNA DO NORTE, 2010, p)⁴⁹.

A intenção de o monumento ser instalado na Praça 28 de janeiro foi para modernizar o local e torná-lo um local voltado para jovens e adolescentes, transformando-a em uma praça para a juventude. Segundo Dias (2012) nesses espaços, “Em que podem ser visualizadas disputas pela memória do período da ditadura, pela soberania sobre espaços públicos e pela impressão de símbolos históricos no tecido urbano” (DIAS, 2012, p. 165). Após a notícia divulgada pelo jornal local da cidade, o jornal *Tribuna do Norte* também cobriu a matéria de inauguração do monumento da Praça 28 de Janeiro (Imagem 15, 16), o periódico foi publicado em 15 de maio de 2010, ou seja, 19 dias após a primeira reportagem. O Ministro da Secretaria de Direitos Humanos Paulo Vanucchi foi o responsável pela inauguração e aproveitou para enaltecer a importância da obra na Cidade, dizendo, “Não haverá liberdade autêntica enquanto não lutarmos pela igualdade. Nisso está o exemplo do que Apucarana ofereceu ao Brasil com seus filhos” (TRIBUNA DO NORTE, 2010 p. 5b)

Imagem 15-Imagem capa Tribuna



Fonte: TRIBUNA DO NORTE (2010)

⁴⁹ POZZOBON, Cristina. Mortos na ditadura ganham memorial. In: *Tribuna do Norte*. p. A5, 27 de abril de 2010

Imagem 16- Homenagem aos estudantes de Apucarana mortos na ditadura



Fonte: TRIBUNA DO NORTE (2010)

Mais uma vez é enaltecida a importância desses jovens na cidade, e sendo lembradas as lutas e ressaltando a memória local, o Ministro ainda chama os jovens de, “Pessoas Imprescindíveis”. Outra figura emblemática que estava presente na inauguração era o então governador do Paraná Orlando Pessuti (PMDB), que também destaca a importância dos estudantes dizendo, “Antônio foi um mártir da democracia, no Vale do Ivaí, ao lado do tanto outros como José Idésio. Homenageá-los é falar também da história da cidade, da região” (TRIBUNA DO NORTE, 2010 p. A5)

Maria Isabel Brianezi, irmã de José Idésio, participava da inauguração como convidada, em uma entrevista ao Jornal Tribuna do Norte, Isabel destaca: “Ficamos triste até hoje com o que aconteceu, mas nos sentimos gratificados com a construção do memorial. A luta dele será lembrada ainda por muitos anos”. (TRIBUNA DO NORTE, 2010 p. 5). Percebe-se na fala de Maria Isabel, o quando ela fica feliz em receber homenagem em nome de seu irmão e a importância de lembrar sua trajetória e sua luta pelo processo de democratização, exaltando que por muitos anos sua luta será lembrada.

Um detalhe muito importante da reportagem, é que no final consta uma biografia e imagem dos dois estudantes, essas biografias e foto ganharam destaque no memorial, como segue na imagem abaixo.

Imagem 17- Biografia dos estudantes mortos na ditadura



Fonte: TRIBUNA DO NORTE (2010)

Os Homenageados

José Idésio Brianezi (1946-1970): Filho de América Tomioto Brianezi e José Paulino Brianezi nasceu em 23 de março de 1946, em Londrina (PR). Estudante da Escola Técnica de Comércio de Apucarana, ele iniciou suas resistências políticas na União dos Estudantes de Apucarana (UEA) em 1966. Dois anos depois, passou a integrar a dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Apucarana. Com a invasão e o fechamento da UEA em dezembro de 1968, tornou-se insustentável permanecer na cidade. Idésio então se mudou para São Paulo, para se integrar à Ação Libertadora Nacional (ALN), com Antônio dos Três Reis de Oliveira de quem era amigo e colega de militância. Documentos dos órgãos de segurança registram que ele seria um subcomandante da ALN, em São Paulo, no início de 1970. Nesse mesmo ano, foi morto por agentes da Operação Bandeirantes (OBAN). Sua certidão de óbito traz a versão oficial de que faleceu em 23 de março de 1970, na pensão onde morava, na capital paulista, em greve. Análise pericial dos documentos existentes e de uma foto encontrada no arquivo do DOPS levaram a concluir que José Idésio foi executado com três tiros.

Antônio dos Três Reis de Oliveira (1948-1970): Filho de Gláucia Maria de Oliveira e Argeu de Oliveira, Antônio dos Três Reis de Oliveira nasceu em 1948, em Tiroso (MG), mas cresceu em Apucarana. Em 1966, estudou na Escola Técnica de Comércio de Apucarana, quando começou suas atividades políticas na União dos Estudantes de Apucarana (UEA). Em 1968, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea). Foi delegado da UPE (União Paranaense dos Estudantes) durante o 30º Congresso da UNE, em 1968, realizado clandestinamente em Ibiúna. Antônio integrou a dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e após a invasão e o fechamento da UEA pelo Exército em dezembro de 1968, se mudou para São Paulo. Com Brianezi, passou a fazer parte da Ação Libertadora Nacional (ALN). Segundo um relatório do Ministério da Aeronáutica de 1993, Antônio morreu em 17 de maio de 1970, no bairro de Tatuapé em São Paulo quando uma equipe dos órgãos de segurança assegurava a excelência de um "aparelho". Os documentos sobre sua morte foram encontrados na pesquisa feita pelo Instituto

⁵⁰ Segunda parte da reportagem do Jornal Tribuna do Norte de 27/04/2010: Mortos na ditadura militar ganham memorial.

Médico Legal (IML) de São Paulo em 1991. Presos políticos relacionam que o líder estudantil foi assassinado com Alceri Maria Gomes da Silva. Ambos teriam sido enterrados no Cemitério de Vila Formosa. Seus corpos, entretanto nunca foram encontrados⁵¹.

No que se refere ao requisito de homenagens, no ano de 2017, três cemitérios de São Paulo ganharam placas para homenagear 52 vítimas da Ditadura Militar, que foram sepultadas nos cemitérios municipais da cidade entre os anos de 1969 e 1979, além dos nomes dados as placas, houve também o plantio de árvores de Ipês nesses lugares. O primeiro a receber a homenagem foi o Cemitério de Dom Bosco (em Perus), que recebeu 31 placas, seguido do Cemitério Campo Grande na Zona Sul, e por último o Cemitério de Vila Formosa na Zona Leste que recebeu 19 nomes nas placas. A primeira cerimônia de inauguração aconteceu no dia 4 de setembro do mesmo ano, no Cemitério Dom Bosco, no dia 18 de setembro, o Cemitério de Campo Grande recebeu a placa, e por último, no dia 26 de setembro, o Cemitério de Vila Formosa. Segundo o site de notícias G1⁵², o projeto é uma parceria das secretarias de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e o Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSF). Dentre essas 52 vítimas Idésio está entre elas, sua placa foi colocada no Cemitério de Vila Formosa.

3.5 Política de memória, e a memória social e coletiva

Existe um processo de seleção de memória, um processo de reconciliar a memória coletiva e a memória individual. Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos, é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as dos outros para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstituída sobre uma base comum (HALBWACHS. 1968, p. 12). A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade.

As políticas de memórias têm como finalidade reconhecer o terror do Estado e suas consequências dentro do âmbito social e coletivo, permitindo que memórias

⁵¹ Citação referente à imagem 17.

⁵² G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo, foi lançado em 18 de setembro de 2006.

distintas sobre o passado ganhassem espaços fazendo que sobreviventes e familiares dos mortos e desaparecidos políticos, tivessem a condição de luto.

Ainda no Brasil prevalecem à ocultação dos acontecimentos, na negação do direito à verdade e do acesso à justiça. O processo de reparação conduzido por meios das leis de anistia e a lei 9140/95 como exposto anteriormente, não contempla a restituição da verdade jurídica, a recuperação dos restos mortais dos militantes assassinados e a punição dos responsáveis,

A ausência de debate sobre a ditadura militar com a inexistência de espaços para compartilhar do terrorismo de Estado da cultura do medo, tornou impossível a elaboração de uma memória coletiva sobre essa experiência e assim a memorial oficial consolidou hegemonicamente como a 'verdade' sobre os fatos da história recente brasileira. Não houve proibições para essas memórias emergentes, subterrâneas, no entanto, elas foram revestidas de descrédito, o sentido comum estabelecido pela memória oficial situou-as nas inconveniências do reconhecimento e no isolamento de grupos diretamente atingidos pela própria repressão política [como vítimas e familiares de mortos e desaparecidos políticos] (BAUER. 2019, p. 210).

Desde 1974, os familiares de mortos e desaparecidos políticos protagonizaram a luta por verdade e justiça,

No campo judiciário, poucas ações, quase todas cíveis, foram iniciadas visando garantir o direito à verdade em relação aos crimes cometidos pelo terrorismo de Estado durante a ditadura. Mas as ações judiciais promovidas pelos familiares desde os anos 1970 têm sido encaminhadas de forma muito lenta pela justiça brasileira (TELES. 2005 p. 254).

O Estado vem sendo responsável pelos crimes, no entanto a produção de provas ocorreu de forma limitada, já que o mesmo se negava a apresentar informações, impondo às vítimas em 1995 o ônus da prova. A publicação do livro *Brasil: Nunca mais*, em 1985 trouxe voz aos testemunhos de sobreviventes da violência do Estado ditatorial, algo que não era possível pelos meios de justiça. De acordo com o direito internacional e a jurisprudência interamericana, em casos de graves violações de direitos humanos, o Estado têm a obrigação de investigar e punir, no entanto no Brasil esse dever foi posto de lado em nome de uma suposta reconciliação nacional (TELES. 2005 p. 254).

A memória coletiva prevalece uma elaboração que consolida dominante a luta travada pela oposição ao Regime militar, e silenciada sobre os demais comportamentos sociais, cristaliza uma imagem de acordo com a qual toda

sociedade sempre resistiu à ditadura. No entanto essa memória ela muitas vezes se perpetua apenas entre aqueles que tiveram participação efetiva ou que tenham alguma relação com o período, sendo uma memória que muitos não querem lembrar, se pensarmos no momento atual do Brasil essa memória se torna um pouco esquecida, e acaba deixando de ser uma memória coletiva para ser uma memória individual e esquecida com a ideia equivocada de que no Brasil houve apenas uma dita branda, fazendo assim ser esquecida a parte da repressão e mortes, obscurecendo a verdade para que ela não seja repassada as futuras gerações e que sejam apagadas da história recente do Brasil. De acordo com Janaina Cordeiro (2009) as Forças Armadas e os segmentos que apoiavam venceram no campo militar, ainda que no campo das memórias seja a versão da esquerda, que é recuperada como memória social, pois ser a visão de quem resistiu e combateu a ditadura. Portanto, essas articulações entre lembranças e esquecimento que a memória sobre a ditadura militar brasileira deve ser entendida, são necessárias compreender o esquecimento do público. Ficando evidente a importância da memória local e a memória política, pois é necessário que as pessoas que perderam suas vidas sejam lembradas para que essa história não se repita e não fique esquecida.

É importante destacar que políticas de memórias tiveram um caráter histórico. Bauer (2010) ressalta que a história política brasileira foi marcada pela lógica da protelação, não significa que essas políticas de memória e esquecimento estariam condicionadas a ser como são: mas, si, que existem possibilidades de serem alteradas.

Os anos 2000 foram marcados pela investigação dos desaparecidos políticos, seus familiares e a sociedade como um todo, por conta de que algumas questões que antes não se podia cobrar do Estado, devido aos métodos que foram utilizados para a implantação do terrorismo de estado. No início do século XXI essas relações passaram a receber diferentes graus de legitimidade, “Nesse sentido, pode-se afirmar que os anos 2000 marcam uma diferença qualitativa, comparado com as décadas anteriores, no que diz respeito ao tratamento da questão dos desaparecidos” (BAUER. 2010 p. 328).

No Brasil, podemos ainda falar sobre esquecimentos e silêncios, isso ocorre ainda mais, com a formação do Estado democrático, mesmo superados os conflitos do período ditatorial, ainda são vigentes o processo de privatização da memória.

Esse período no país ficou caracterizado por meios dos veículos de comunicação que enfatizaram uma dita branda, uma visão explicativa em relação a quantidades dos números de mortos e desaparecidos.

Com a posse do presidente Lula, chegando ao poder uma personalidade que havia combatido a Ditadura Militar de forma direta, foi criada uma expectativa em relação às políticas de memórias, mas para isso era necessário o enfrentamento as Forças Armadas, e a subordinação ao poder civil.

Sobreviventes e os mortos e desaparecidos políticos que fizeram parte de organizações guerrilheiras passaram a ser representados como membros da oposição democrática, como militantes que pretendiam restabelecer a democracia no país. Parte da responsabilidade sobre a mudança neste discurso decorre da ação dos Movimentos dos Direitos Humanos que atuavam no país.

No Brasil se tem mudanças nos codinomes que foram expressos para se referir ao preso político, logo após do ressurgimento dos movimentos de Direitos Humanos, na tentativa de normalizar a identidade dos mortos e desaparecidos políticos, destituindo os termos terroristas e subversivos, e relação aos sobreviventes uma conscientização da derrota do projeto revolucionário (BAUER. 2019 p. 222.).

O fato de mortos políticos ganhar homenagens com monumentos, escolas, e ruas, não foram apenas um processo que ficou restrito ao Brasil, e sim foi evidenciado no mundo todo, isso ocorreu por conta dos processos de tensões que o mundo passou no final do século XX.

Esses monumentos não residem apenas no efeito de plano memorial, mas também em um plano político e social e se inserem nas relações regionais e internacionais. Desde sempre, em áreas que os sistemas políticos e sociais, outorgam em lugares importantes quando não conferem direitos equivalentes nas maiorias, que na formação do espaço público, no plano nacional ou regional.

Ficando evidente a importância da memória local e a memória política, pois é necessário que as pessoas que perderam suas vidas sejam lembradas para que essa história não se repita e não fique esquecida.

As medidas de memórias e reparação são distintas na relação entre política de memória, na qual se centra a figura do sujeito vítima. Todavia, tem-se um esquecimento sobre os torturadores. Assim, reconhece a morte e desaparecimento de presos políticos, mas não responsabilizam seus agressores.

Consequentemente recorda-se e homenageiam-se as vítimas e esquecem os torturados. A questão das homenagens, da construção de memória política está presente ao analisarmos José Idésio, seu nome foi designado a uma escola municipal, além de anualmente os alunos fazerem homenagens em torno da figura de José Idésio, rememorando sua trajetória como militante. Entretanto, o caso de José Idésio ainda é investigado, com declarações contraditórias entre as investigações do Comitê da Verdade e os policiais envolvidos no confronto que levou José Idésio a morte, esses são contemplados pela anistia, desse modo, não foram julgados.

Esses desaparecidos eram perseguidos e torturados, exilados, considerados subversivos, pois se opunham ao regime ditatorial e não democrático que o país vivia. Em estados ditatórios não há liberdade política, conforme ocorre pressões tanto internas quanto externas a muito custo esse regime vai perdendo forças, e a lei da anistia é um dos principais exemplos, mesmo que ainda tenha muitas brechas, a lei de anistia, possibilitou um passo para os familiares e vítimas da ditadura a busca de justiça e dos arquivos, e a reparação por parte do Estado, recuperando a memória da história do país.

A criação de outros órgãos como o comitê da verdade, de mortos e desaparecidos a imagem e memória dessas pessoas são modificadas, passam a serem pessoas “heróis”, sendo homenageados.

Assim, as informações advindas de memória não são representações reais do passado, mas construções individuais conforme a importância atribuída aos fatos narrados (LE GOFF, 1992). Sendo muitas vezes esquecidos ou manipulados por aqueles que não viveram tal acontecimento. A história da história como ciência tem aspectos diferentes no que se refere à memória, pois ela é móvel, flexível, e, acima de tudo, está vinculada com as experiências e as identidades. A história ciência é diferente. A memória faz parte da história, mas não a contém, por isso, muitas vezes, em casos de autoritarismo, se confronta com as experiências distintas e com memórias diferentes, isso se dá quando se analisou a Ditadura em Apucarana o que possibilitou interpretar que para uns foi um período tranquilo enquanto para outros obscuros.

Mas que conforme pode ser visto, o Brasil ainda carece tratar esse assunto com maior ênfase, pois foi abrandada a ditadura, tanto pela falta de total impunidade dos militares, como nenhuma retratação por parte desses, que abre brecha ainda para

memórias que se compadeçam, compactuem e legitimem os regimes de extrema direita. A memória nesse caso atua como fonte de referentes identitários, como pilar a partir da qual se edificam as identidades, cujas vigas mestres são evocadas do passado, sob a forma de lembranças (BOMBA, 2016, p 37).

A memória é desta forma um fenômeno construído e essa construção, em nível individual, Pollak (1992), é resultado de um verdadeiro trabalho de organização.

Assim, a perspectiva que ganha importância é acerca da memória coletiva, que deixa de ser individual e passa a ter uma dimensão coletiva, vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas lembranças isoladas e sim pertencentes ao um grupo. A lembrança necessita de uma comunidade afetiva (SILVA, 2013 p. 248).

Os alunos fazem parte dessa construção mediante do convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas. Partindo da percepção da construção da memória individual e coletiva, a presença de Isabel Brianezi, reforça essa relação.

Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho (SILVA, 2013., p 248).

Nessa ótica, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva, ou seja, a memória de Maria Isabel sobre a vida de seu irmão e a memória que as professoras passaram para os alunos para que as apresentações fossem realizadas.

Segundo Maurice Halbwachs (2013, p.30) o indivíduo que lembra no caso aqui a irmã de Idésio, está inserido na sociedade na qual sempre possui um ou mais grupo de referência, os pais e os alunos, a memória é então sempre construída em grupo, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Como podemos ver o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado, visto que as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Dessa maneira, a lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico. As lembranças permanecem coletivas e

são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito se encontre envolvido. Isso acontece na medida em que o indivíduo está sempre inserido em um grupo social.

No entanto, é necessário que o processo de rememoração seja importante que a memória individual esteja em consonância com a memória de outros membros, ou seja, só se pode falar na memória coletiva se um evento que também faz parte da vida do grupo no qual faz parte, e inserir os alunos faz parte desse processo. É importante que as lembranças sejam reconstruídas e reconhecidas pelos membros do grupo, é aqui que entra o trabalho da professora regente da turma em inserir os alunos antes da apresentação, abordando a ditadura no Brasil e no Paraná, enfatizando a figura de Idésio.

Ainda no que tange a memória Giuslane Francisca da Silva (2013) aponta que,

Os suportes em que a memória individual está assentada, dizem respeito às percepções produzidas pela memória do grupo, assim como pela memória histórica. A convivência em um grupo atua como base para formação de uma memória individual e que, portanto, carregará "marcas" da memória coletiva do grupo social no qual está inserido. O sociólogo apresenta a distinção de duas categorias de memórias, uma que denomina interna (autobiográfica) e outra social (histórica), sendo que a primeira recebe reflexos da segunda, visto que a memória individual faz parte da história geral, uma vez que a segunda é bem mais extensa que a primeira. Todavia, ela só representa para nós o passado de uma maneira um tanto resumida, por outro lado a memória de nossa vida nos apresenta um panorama mais longo e contínuo (SILVA, 2013, p.250).

A memória coletiva é compreendida e defendida por Halbwachs(2013), como processo de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo social. Essas contribuições são pertinentes para o trabalho com a memória, visto que a categoria de memória coletiva permite compreender que o processo de rememoração não depende apenas do que o indivíduo lembra, mas que suas memórias são de certo modo, partes da memória do grupo à qual pertence. Existe um fato que merece destaque que é a questão que envolve os conflitos da memória, seja ela individual quanto coletiva. No casodos Estados Nacionais, existe uma "memória oficial" que procura dar legitimidade a este estado, e de outro lado, esta memória oficial sempre confrontada pela memória dos grupos quesofreram com a ação deste Estado, no caso brasileiro, quando, se tem a criação da CNV, o Estado brasileiro passa a assumir uma nova postura frente a essa história recente, ou seja, as ditaduras militares, gerando assim confrontos com os grupos já estabelecidos e

com uma memória já existente sobre o período, surgindo uma nova frente de confronto.

No entanto, o sociólogo não descarta a memória individual, que pode ser pensada como “memória ressignificada”, ou seja, a interferência da subjetividade do indivíduo no processo de rememoração.

Diante das questões levantadas, podemos perceber que a figura de Idésio está marcada na história da Cidade de Apucarana. Sua trajetória é lembrada devido sua luta no Regime Militar em busca de uma democracia brasileira. Desse modo, as “honrarias contribuem para a elaboração da memória histórica, e na elaboração de um novo significado para a biografia dos militantes políticos na história e memória nacionais” (DIAS. 2012 p. 155).

Concluimos por fim, que estudar e analisar a vida de José Idésio contribuiu para história local, para que se tenha um conhecimento sobre os impactos da ditadura na cidade de Apucarana, no estado e no país. Por vezes, são informações ignoradas e vistas como distantes da realidade social e local das pessoas, principalmente de cidades do interior e de porte pequeno e médio. Assim, apontamos que cidadãos na cidade de Apucarana sofreram com repressão, violência e morreram na ditadura militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partimos da análise da vida de um personagem político, e ao ser analisado a ditadura no Brasil, partindo da perspectiva da história macro para micro, percebesse que por mais que acredite ter sido um movimento que ficou restrito apenas nos grandes centros, nota-se que se tratou de uma história não apenas de nível nacional, mas regional e municipal.

Ficando evidente que cidade do interior do país, no caso aqui trabalhado Apucarana, teve grande importância na composição da história do Paraná e do Brasil, isso se deu principalmente a partir da instalação do 30º batalhão de infantaria motorizada, o que para muitos era considerado um período tranquilo, ficando evidente que seus moradores não faziam a ideia do que se passava dentro do 30º BIM e o motivo real da sua instalação em um ponto tão estratégico, localizado na BR-376, a mesma que se têm acesso a grandes centros como Curitiba, Maringá e Londrina, além de não fazerem alusão das pessoas de dentro da própria cidade, que muitas vezes estava sendo perseguidos por militares.

A ditadura em Apucarana foi significativa para a composição da história local além de ter sido um dos lugares de maior repressão no Estado do Paraná, sendo seu batalhão instalado e usado com órgão de repressão, onde muitas pessoas foram transferidas para a cidade para ali serem torturadas e presas. Se de um lado acreditavam que a cidade era calma e não havia indícios de repressão por outro lado muitas pessoas foram detidas e outras até fugiram da cidade para tentar sobreviver, muitas vezes sendo presas em outros Estados e acabaram mortos por outros órgãos do governo assim como José Idésio Brianezi.

Outro aspecto muito importante que merece destaque foi à luta dos familiares pela verdade, pela Anistia daqueles que se encontravam no exílio, a luta pela memória daqueles que morreram, e a busca por seus corpos, a CEMDP (comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos) foi fundamental na busca de maiores informações e na constituição dos crimes e reafirmando a culpa do Estado sobre as mortes e sobre os crimes cometidos durante a Ditadura Militar, processo enfatizado após a criação da Lei 9140 de dezembro de 95, sendo através da Lei que a família de Idésio e muitos outros presos, puderam alegar que os atestados de óbito traziam esclarecimentos falsas sobre a verdadeira causa das mortes, além de poderem lutar pelo processo de indenização que a Lei os garantiam.

Partindo dessa busca pela memória, a condição de culpa do Estado, e o processo de garantir a muitos familiares o direito de verdade e justiça, muitos desses jovens se tornaram símbolo de luta e admiração na década de 1990, enfatizamos a luta de Idésio e de seus familiares em busca de informações sobre sua morte e na busca pela justiça e pela indenização, tivemos a decretação da Escola Municipal em Apucarana que carrega o nome de José Idésio Brianezi como patrono, e o regaste da sua memória feita pelos professores e funcionários da escola, que fazer apresentações em sua memória tornando viva e dando sentido ao nome do Patrono.

REFERÊNCIAS

Documentais

Trabalho de Campo

BRANDÃO, Denise Tathiane. *Observação do Dia do Patrono, 2019*. Escola Municipal José Idésio Brianezi, Apucarana-PR, 2019. Trabalho de campo. (História, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR). 19 de março. De 2019.

Depoimentos

BELETATTI, Adriana. *Adriana Beletatti*(depoimento, 2019).

CARDOSO, Valéria. *Valéria Cardoso* (depoimento, 2019).

MENDES, Jordana. *Jordana Mendes*. (depoimento, 2019).

LIMA, Suzimara Carvalho da Cruz Oláh de Almeida. *Suzimara Carvalho da Cruz Oláh de Almeida Lima* (depoimento, 2020).

Escritos

ARNS, Dom Paulo Evaristo et al. (Org.). *Brasil: nunca mais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à memória e à verdade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília:

Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007 400p. : il. Memória. São Paulo, Unesp, v.8, n.1, p.155-181, janeiro-junho, 2012.

Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 1; 392 p.

Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 2; 432 p.

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

Dossiê Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964/ Equipe Responsável, Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação Mário Covas – Governador do Est. SP. São Paulo – Imprensa Oficial do Estado. 440p. : Il

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996. Arquivos do IEVE/SP. Caso 266/96, na CEMDP.

TRIBUNA DO NORTE, *Apucarana inaugura hoje nova escola no João Paulo*. p. B-5, 26 de jun. 2004.

TRIBUNA DO NORTE. *Mortos pela ditadura ganham memorial*. p. B-5, 15 de maio. 2010.

TRIBUNA DO NORTE. *Monumento lembra luta de estudantes*. p. B-5, 24 de abril. 2010.

Bibliografias

BATISTELLA, Alessandro: A Gênese e os anos iniciais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1969). Tempos Históricos • Volume 23 • 2º Semestre de 2019 • p. 429-469

BATISTELLA, Alessandro: Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965. História. 2015, vol. 34, n. 1, PP. 274-302

BOMBA, Guilherme Alves: Apucarana: uma história de Lutas e resistências/ Guilherme Alves Bomba. – Maringá: UEM/PGH/História, 2018. 121 p. : il.

BRUNELO, Leandro. Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias. Maringá, EDUEM, 2009.

CALCIOLARI, Silvia. Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978). Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro e outros ensaios. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979.

CODATO, A. N. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais...

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro, Revan/Fapesp, 2002.

DIAS, Reginaldo Benedito. Sentidos políticos da toponímia urbana; ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. In: Patrimônio e

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: Ação política e poder e golpe de classes. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1981

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1996.

Figueiredo, Lucas. Lugar nenhum. Militares e civis na ocultação dos Documentos da Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FIGUEIREDO, Lucas: ministério do silêncio: historia do serviço secreto brasileiro de Washington Luis á Lula (1927-2005). São Paulo: Record, 2005.

Godoy, Marcelo: A CASA DA VOVÓ : UMA BIOGRAFIA DO DOI-CODI (1969-1991), O CENTRO DE SEQUESTRO, TORTURA E MORTE DA DITADURA MILITAR: HISTÓRIAS, DOCUMENTOS E DEPOIMENTOS INÉDITOS DOS AGENTES DO REGIME,. Marcelo Godoy. São Paulo : Alameda, 2014.

HELLER, M. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JOFFILY, Mariana: No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975) / Mariana Joffily: orientadora Maria Aparecida de Aquino. – São Paulo, 2008. 349f

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004, p. 231-411.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. 2, Ed, São Paulo, Editora contexto, 2008.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Traduzido por Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: Editora da UFSCar, 1995

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

O que resta da ditadura : a exceção brasileira / Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). - São Paulo :Boitempo, 2010. - (Estado de Sítio)

PIOVESAN, Flávia. A construção social da subcidadania. Belo Horizonte, UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992.

RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SALLES, Jean Rodrigues: *A luta armada contra a ditadura militar. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*, São Paulo, Perseu Abramo, 2007.

TELES, Janaína de Almeida, *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por "verdade e justiça" no Brasil* (Dissertação de Mestrado em História Social, São Paulo, Depto. de História da FFLCH,USP, 2005)

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

Referências online

<http://www.apucarana.pr.gov.br/ame/historia/>

<https://curitibaspace.com.br/quem-foi-alfredo-romario-martins/>

<https://www.youtube.com/watch?v=pG-5Qvv44zg>

<https://www.youtube.com/watch?v=ltawI64zBEo>